

**FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Construir no Construído: Apropriações do Convento e da Cerca dos Capuchos

Relações entre exterior e interior, público e privado no objecto
arquitectónico

Projecto e Dissertação para obtenção de grau de mestre em Arquitectura
Mestrado integrado em Arquitectura

Candidato

Pedro Diogo Correia Lacerda da Silva Leitão

Orientador científico

Professor Doutor Luís Filipe Ferreira Afonso

Co-orientador

Professor Arquitecto António Pedro Pacheco

Júri

Presidente: Doutor José António Jacob Martins Cabido

Vogal: Doutor Luís Filipe Ferreira Afonso

Vogal: Doutora Maria Soledade Gomez Paiva Sousa

Lisboa, Março 2014

Resumo

Este trabalho tem como objectivo estudar as relações e os limites que o objecto arquitectónico estabelece entre lugares exteriores e interiores, públicos e privados. Procura-se para isso compreender de que modo o edifício gera espaço público pela sua presença e com que dispositivos convida a comunidade a entrar no seu interior. Define-se o conceito de limite e como este dispositivo inerente ao edificado gera relações entre espaços de carácter diferente, e também como este limite se expande para dar lugar a um espaço intermédio. Para sustentar esta investigação teórica, procede-se ao estudo de um conjunto de casos de estudo paradigmáticos nas diferentes formas como separam, unem ou colocam em confronto as dicotomias exterior/interior e público/privado. Demonstra-se a importância de realizar transições entre lugares dicotómicos através de variados mecanismos, de modo a que a relação do edifício com o utilizador seja tornada complexa e significativa pela sua estabilização no tempo e no espaço. Estas conclusões são expressas num trabalho prático projectual, onde se expressam várias ideias exploradas no corpo de texto.

Palavras-chave: arquitectura, limite, transição, in-between

Abstract

This paper aims to study the connections and boundaries that the building establishes between exterior and interior places, as well as between public and private domains. One of its goals is to understand in which ways the building generates public space by its presence, and through which architectural devices it invites its users to its interior. The concept of boundary is defined, and it is established how this device confronts different places, and also how the boundary expands its dimensions to become an intermediary place. To support these arguments, some architectural case studies are picked and laid out by their different ways of separating, uniting or relating the exterior/interior and public/private contrasting places. The importance of providing transitions between contrasting places through various mechanisms is proven. As such, it is concluded as of utmost importance to consider the relationship between the building and the user as complex and meaningful, which is obtained by the building's ability to stabilize through time and in its space. These conclusions are expressed in an architectural project, where various concepts explored throughout the paper are expressed.

Keywords: architecture, boundary, transition, in-between

Agradecimentos

Agradeço ao professor Luís Afonso por se ter disponibilizado a orientar este trabalho, e por me motivar à pesquisa contínua e ao aperfeiçoamento do projecto.

Agradeço ao meu pai por me mostrar o caminho a seguir, e agradeço à minha mãe por me manter nele.

Introdução	1
Estado de Arte	5
Capítulo 1 O espaço público criado pelo edifício	9
Capítulo 2 O limite como separador entre público e privado	21
Capítulo 3 O desenho da transição na caracterização dos espaços que une	33
Capítulo 4 Memória do projecto	55
Conclusão	73
Bibliografia	77
Índice de imagens	79
Anexos	85

Introdução

Objecto do trabalho

O tema base deste trabalho relaciona-se com os diferentes modos como o objecto arquitectónico, ao ser implantado, organiza espaço. Isto acontece de várias maneiras, nomeadamente como o edifício acrescenta e se relaciona com o espaço público em redor; como a forma do seu limite se encarrega de articular espaços de carácter diferente; e que mecanismos específicos, e com que justificações do seu uso, essa transição é realizada ao colocar em separação, confronto ou gradação os lugares que esses mecanismos intersticiais ligam.

Enquadramento do tema

O tema é enquadrado ao serem exploradas ao longo do texto as vertentes históricas, fenomenológicas, sociais e arquitectónicas (tanto na componente disciplinar teórica, como na projectual) da problemática da transição do exterior de um edifício para o seu interior, e o que isso significa na organização do espaço à sua volta. Especificamente, o tema é discutido com base na investigação teórica realizada sobre o tema da

transição abordado de vários ângulos por diferentes autores, para posteriormente ser feita uma análise comparativa dos vários modos de realizar a transição e do edifício se apropriar de espaço público assente em diversos casos de estudo.

Justificação do tema

O tema da transição é transversal à disciplina da arquitectura. É por intermédio do espaço liminar entre edifício e exterior que todas as relações entre homem e contexto começam e se desenvolvem. Tendo isto em conta, pareceu relevante explorar a verdadeira importância da transição na vivência dos objectos arquitectónicos pelos usuários, a saber, a articulação de espaços, de comunidades, e de vivências. A cidade, sendo essencialmente um somatório de edifícios, precisa de saber afirmar-se como um grande lugar comunitário que se dispersa por lugares cada vez mais restritos, e o espaço de transição é fundamental para resolver este problema. Como esta é uma questão sempre relevante no contexto da disciplina da arquitectura, e de interesse para o arquitecto em crescimento – é da nossa opinião que o arquitecto é tanto mais experiente quanto melhor souber articular espaços opostos por intermédio de mecanismos de transição – foi escolhida como questão a explorar.

Objectivos do trabalho

O nosso objectivo é organizar as bases teóricas que sustentam os mecanismos que a prática de arquitectura tem encontrado para resolver tanto o confronto do limite do objecto arquitectónico com o espaço público e exterior, como a gradação entre o exterior e os espaços interiorizados do próprio edifício. Em vista disso, propor-se-á então a selecção e a consideração de casos de estudo achados relevantes por constituírem a expressão prática dos conceitos teóricos abordados. Especificamente, considerou-se de maior importância centrar-se em edifícios públicos ou equipamentos, por oposição à habitação, não só por causa da sua maior relevância tendo em conta as temáticas do projecto final que acompanha esta dissertação, como também por se considerar que esses edifícios raramente necessitam de espaços completamente individuais, e por isso a temática da transição e do grau de privatização do espaço ganha mais complexidade pela sua maior relativização, quando comparado com o espaço da habitação.

Desde o início que foi considerado de maior importância abordar os temas da dissertação pensando na relevância que eles têm para a prática projectual. O objectivo foi encontrar a utilidade prática da investigação teórica já realizada, e não focalizar-se na investigação teórica como razão de si mesma ou tema central desta dissertação. Foi com o pensamento da teoria ao serviço da prática da arquitectura que todo o texto foi abordado.

Estudar o tema das relações entre exterior e interior, e entre público e privado, foi o ponto de partida para toda a pesquisa efectuada. Tendo em conta o estudo de uma bibliografia relevante para discutir estes temas, chegámos à conclusão que seria relevante abordar um número determinado de conceitos estreitamente relacionados com os espaços intersticiais, que ligam as realidades opostas referidas. Procedeu-se à organização da informação de um modo a que a progressão da dissertação ocorresse dos temas gerais para os temas particulares, e dos conceitos teóricos para os exemplos práticos e concretos. Neste contexto, a pontuação com referências projectuais foi tida sempre como uma necessidade.

Seleccionou-se um conjunto de casos de estudo em que a expressão das relações público/privado e exterior/interior era evidente. Pela variedade dos exemplos escolhidos, achou-se relevante organizá-los por categorias de transição, de acordo com o tipo de relações que realizam e com o modo como a transição é caracterizada ou expressa.

Estrutura

A dissertação está assim organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, realiza-se uma investigação sobre o papel que o objecto arquitectónico cumpre no conjunto da cidade e como este reorganiza o espaço público pela sua implantação.

No segundo capítulo, debruçamo-nos sobre o conceito teórico de limite e o seu papel nas dicotomias exterior/interior e público/privado, bem como os modos como o espaço liminar se expressa: desde a parede bidimensional até à rede complexa de antecâmaras de transição.

No terceiro capítulo, aprofundamos as características concretas da transição e como a sua apreensão depende de decisões projectuais concretas. Vemos também três

formas de realizar o espaço de transição, apoiadas fortemente na análise de casos de estudo achados relevantes.

No quarto capítulo é feita uma descrição das intenções de projecto consoante o contexto urbano em que ele se insere, bem como as questões teóricas e da prática de arquitectura sobre as quais nos debruçamos nos capítulos anteriores.

Estado de Arte

A escolha deste tema em específico levou à procura de bibliografia de autores cujo trabalho é paradigmático no desenvolvimento de investigação teórica e projectual sobre o espaço da transição e a sua articulação de espaços públicos e privados. Naturalmente, o corpo de textos e projectos de Aldo van Eyck é incontornável, dado que o arquitecto holandês constitui uma alavanca para a exploração, em oposição a ideais modernistas, dos temas do lugar intermédio, da transição como articulação, e da contaminação entre exterior e interior. Herman Hertzberger acrescenta a esta investigação, o seu contributo teórico e a sua própria obra arquitectónica, levando algumas ideias, como a de rua interior ou de reciprocidade entre áreas de um edifício, mais além.

Considerando que os temas das transições e do modo do edifício relacionar-se com os espaços adjacentes são centrais na discussão da prática da arquitectura, mostrou-se relevante investigar o que certos autores paradigmáticos da investigação geral da fenomenologia da arquitectura dissertaram acerca destes conceitos. Christian Norberg-Schulz, com a sua reflexão sobre a importância da forma do edifício para definir a cidade, bem como a sua catalogação de modos do edifício se relacionar com a envolvente por várias vertentes, mostrou ser um autor relevante para debater como

o edifício cria espaço público. Do mesmo modo, a investigação feita por Aldo Rossi acerca do modo como os edifícios estabilizam na cidade mostrou-se útil para a compreensão de como um edifício pode, com o tempo e por intermédio de que factores, ser tornado relevante na vida pública da cidade.

Fernando Távora lembra que o objecto de arquitectura tem responsabilidades em resolver problemas de índole pública e urbana, o portanto a sua forma e a sua fachada devem procurar cumprir esse papel. A investigação da relação entre interior e exterior levada a cabo por Robert Venturi evidencia a importância da necessidade do objecto arquitectónico resolver questões vivenciais dos dois lados da parede, abrindo espaço para uma terceira dimensão, no espaço intersticial, para realizar a transição entre exterior e interior. Manuel Tainha, por seu lado, considera que a arquitectura experiencia-se principalmente através da experiência da parede, ou do limite, e que por isso não é possível compreender arquitectura sem interiorizar que sem limite, não se faz arquitectura.

A arquitectura ocorre no encontro de forças interiores e exteriores de uso e espaço.

– Robert Venturi

Capítulo 1: O espaço público criado pelo edifício

1.

A implantação de um edifício num contexto urbano sedimentado e estabilizado é uma operação muito significativa e de extrema delicadeza. Operar em arquitectura implica sempre um profundo conhecimento do contexto cultural e do modo de fazer e de construir que o caracteriza.

Mas como discernir esse contexto, de modo a ser possível operar com autoridade e sensibilidade no tecido urbano existente? É necessário estudar o passado da cidade, a sua fenomenologia e o seu modo de se organizar, de forma a poder daí extrair o que Fernando Távora chama de “o essencial”, a essência do lugar, algo que define como “unidade, coesão, equilíbrio, integração”¹. Em primeiro lugar, reconhece-se a acção fundamental que as relações sociais, políticas, económicas e culturais/transculturais têm no modo de pensar, planear e construir a cidade. É o ajuntamento humano e a noção de comunidade que coloca em movimento a expressão física daquela sociedade, sob a forma de arquitectura.

É pela consolidação de contexto arquitectónico e urbano que o construído ganha valor próprio como expressão do pensamento colectivo da época. Para além do que a cidade de facto fisicamente é, ela ganha uma dimensão temporal por perdurar no

¹ TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP, 1999, p. 67

tempo, gerando a espessura necessária para carregar com ela a memória do que significa aquele contexto, e porque é importante preservá-lo.

A importância da preservação da memória do lugar construído é um tema amplamente explorado por Christian Norberg-Schulz, ao utilizar o termo *genius loci* para definir o espírito ou a memória do lugar, e é essa camada de tempo e consciência cultural que o edifício novo deve almejar respeitar. Mas tendo em conta que um contexto urbano é construído e reconstruído segundo intervenções pontuais ao longo do tempo, é relevante lembrar a afirmação de Aldo Rossi de que “a arquitectura não representa senão um aspecto de uma realidade mais complexa”², a realidade urbana. A arquitectura por si só não constitui cidade, mas sendo a cidade constituída de muitos objectos arquitectónicos, a arquitectura torna-se o ponto de partida para estudar a cidade, através da observação de casos pontuais de edifícios representativos do todo pelas tipologias e morfologias urbanas que integram.

Rossi serve-se do exemplo do Palácio da Razão de Pádua para argumentar que um objecto arquitectónico ganha uma nova dimensão e um maior peso no contexto urbano ao prolongar-se no tempo, ao criar raízes na memória da cidade e ao assumir diferentes papéis e cargas simbólicas no decorrer do desenvolvimento da imagem da cidade, participando de forma cada vez mais influente nas vivências do seu contexto urbano. É por este edifício ter esta capacidade de se adaptar às necessidades de épocas específicas – e é por ser refinado pela necessidade constante de ser provado relevante – que o palácio consegue perdurar no tempo, retendo a memória daquele contexto urbano, sendo assim possível estabelecer uma “relação com a colectividade através dele”³.

² ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001, p. 43

³ ROSSI, Aldo, *Op. cit.*, p. 45



Figura 1 – Palácio da Razão de Pádua na actualidade

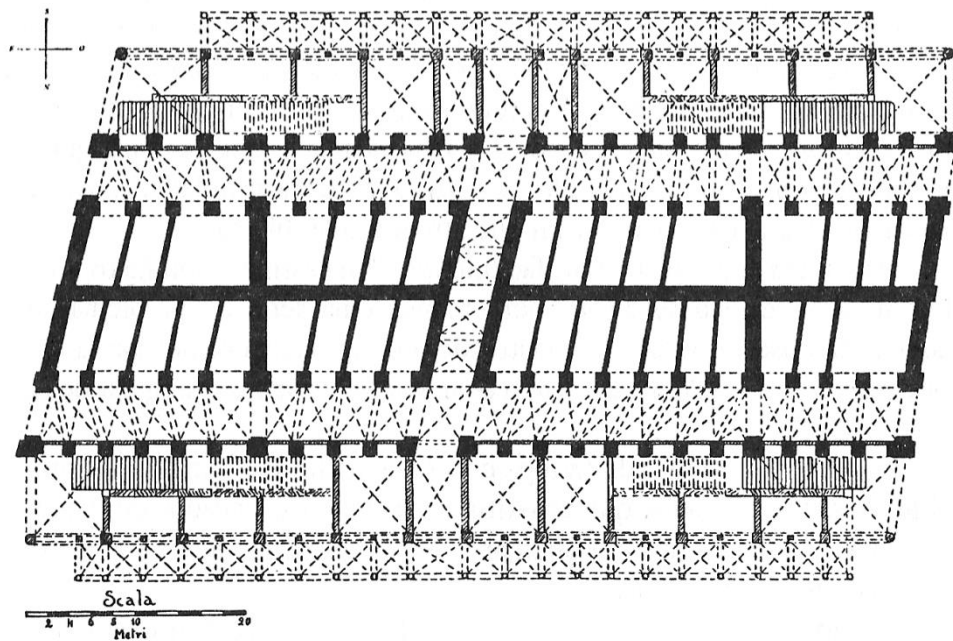


Figura 2 – Planta do Palácio da Razão de Pádua, mostrando a evolução no tempo

Ora, se a relação da comunidade com o edifício, para ser bem-sucedida, depende da sua capacidade para tornar relevante o modo como os habitantes se apropriam do seu contexto urbano, isto significa que o edifício é ancorado devidamente na cidade quando este exerce influência no espaço à sua volta, modificando-o pela sua presença – essencialmente, quando cria espaço público pelas suas características enquanto objecto arquitectónico.

Para a criação de espaço público acontecer de modo a que algo seja realmente dado ao contexto urbano é preciso ter em conta, novamente, o pano de fundo cultural e vivencial. O tipo de organização do espaço público depende e reflecte necessariamente a visão da sociedade da época, dado que o espaço criado visa responder a necessidades específicas de determinado contexto. Para além disso, para que o espaço público funcione, é necessário sentir-se que ele é apropriável pelos seus utilizadores, porque isso é de vital importância para que o espaço possa pertencer realmente a qualquer pessoa. A “sala de estar comunitária”⁴ terá de ser o objectivo ao desenhar o espaço público, porque é este espírito que cria lugares sociais, vividos e de estadia, em vez de simplesmente lugares de passagem entre dois pontos. É a diferença entre a infra-estrutura que resolve fluxos e o lugar de acontecimentos de vida urbana, entre a rua e a estrada, entre o lugar e o não-lugar.

Naturalmente que o edifício que cria espaço público adjacente terá responsabilidades na concretização desse objectivo, não só pelo seu volume, como pelas particularidades como resolve necessidades específicas de vivência comunitária. Rossi considera a forma do edifício muito mais importante do que a sua função na sua habilidade de organizar espaço público, e retomando o exemplo do Palácio da Razão de Pádua, afirma que os edifícios mais fortemente sedimentados no tecido e na memória da cidade são aqueles cujo uso original já se perdeu há muito; é pela sua forma que esses edifícios continuam a ser confirmados relevantes, pela sua importância contínua na caracterização da cidade. A forma é o elemento invariável do edifício, e como tal é o elemento que irá perdurar no tempo.

⁴ HERTZBERGER, Herman, *Lições de Arquitectura*, São Paulo, Martins Fontes, 2006, p. 48

É pela forma do objecto arquitectónico ser o elemento mais determinante na organização do espaço urbano que ele próprio se torna um prolongamento do espaço que cria, ladeando-o. É por isso que o edifício não deve ser pensado isoladamente, e em vez disso é preciso assumir que ele “deverá agir para melhoria da circunstância pré-existente”⁵. O edifício participa activamente no espaço público que cria, e é pela sua relevância urbana que a sua qualidade arquitectónica é provada. Assim, o edifício tem responsabilidades directas na concretização e na eficácia do espaço público adjacente.



Figura 3 – O espaço enclausurado. Monteriggioni, Itália

⁵ TÁVORA, Fernando, *Op. cit.*, p. 55

É expectável que a função do edifício influencie o desenho da sua forma, bem como o modo do edifício se relacionar com o exterior adjacente. Hertzberger reconhece a utilidade dos edifícios comunitários e públicos na construção da vida urbana, simplesmente por serem locais onde muita da actividade social e vivencial acontece; por outro lado certos tipos de edifícios, como catedrais ou igrejas, estão normalmente associados a um espaço público complementar, facto que é indissociável da centralidade da função que esses edifícios cumpriram e continuam a cumprir. Mas o uso do edifício é um pretexto inicial para a implantação deste: o objecto físico em si é o elemento fundamental para organizar a vida urbana. O objectivo primário de um meio urbano é a construção de um ambiente artificial tornado “natural” ou apropriável pelas referências culturais que evoca. É pela criação de espaços abrigados, ladeados e resguardados que a implantação da presença humana é assegurada, e nesse sentido é possível compreender por que a forma do edificado é muito mais importante do que a sua função. É oportuno lembrar o conceito de clausura.

Norberg-Schulz define clausura – *enclosure* no original – como uma área distinta separada da sua envolvente por meio de um limite construído⁶, e o modo como o edificado cria clausura pela sua forma e características é considerado o elemento mais importante para um edifício que pretende organizar espaço público. É portanto através da existência ou da não-existência de clausura, e dos modos de desenhar e caracterizar o espaço enclausurado, que se definem de forma mais palpável as características do lugar público que o edificado delimita. Entende-se, no entanto, que o espaço enclausurado é caracterizado tanto pelo edificado, como pelo modo como o espaço público é projectado ou como este é influenciado pelos elementos topográficos ou naturais; é de interesse notar a observação que o arquitecto Craig Dykers faz sobre a Times Square, em Nova Iorque: apesar de medir 400 metros longitudinalmente, a depressão de 2,5 metros no seu centro é suficiente para provocar uma sensação de pressão no pedestre que se encontra no centro, pela maior cota a que se encontram as multidões à volta⁷. Note-se portanto que mudanças subtis na modelação do terreno, em conjunto com o modo de desenhar o construído em redor, têm um profundo impacto na apreensão do espaço e no modo como ele é vivenciado.

⁶ NORBERG-SCHULZ, Christian, *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, Nova Iorque, Rizzoli, 1984, p. 58

⁷ OWEN, David, *The Psychology of Space*, The New Yorker, Nova Iorque, Condé Nast, 21/01/2013, p. 31

O efeito de clausura, no entanto, não deixa de ser algo que deve ser devidamente controlado e doseado, em vez de algo a alcançar de forma superlativa. O espaço público surge num determinado contexto urbano que contém as suas próprias questões a resolver, e é necessário reconhecê-las para que a nova intervenção as resolva, e assim o edificado crie raízes e acrescente à coerência do resto do tecido da cidade.

Um bom exemplo é o modo como a Praça de São Marcos, em Veneza, coloca em confronto o mar e a cidade. É um espaço público que surge como nó que resolve, enquanto excepção, o encontro entre a extensão marítima e o tecido densificado urbano. Pela sua escala e configuração, é um espaço que realiza a transição de um modo sensível às questões do lugar, porque faz a abertura sobre o mar, enquanto se fecha na ligação aos arruamentos de menor dimensão, ao mesmo tempo que abriga os pedestres numa bolsa com a escala própria de um espaço de chegada de uma cidade. Faz assim a transição entre o natural e o construído, porque era isso que seria necessário resolver naquele contexto. As referências naturais também se encontram no projecto da Ópera de Oslo, do atelier Snøhetta, ao referenciar as montanhas da cidade e o mar no modo como a própria cobertura inclinada é transformada numa praça pública e pela assunção do espaço adjacente como uma “praia urbana” que ladeia o edifício e o integra no contexto portuário do terreno.



Figura 4 – Praça de São Marcos. Veneza, Itália



Figura 5 – Ligação do edifício com a envolvente. Oslo Opera House, Atelier Snøhetta

4.

O edificado que ladeia o espaço público enclausurado será aquilo que caracteriza mais concretamente esse lugar que cria. Especificamente, é o limite dos objectos arquitectónicos que exerce maior influência no modo como as pessoas o apreendem e vivenciam. Será pelo desenho específico das fachadas, assim como pela articulação entre exterior e interior através da parede, que é expresso que tipo de lugar urbano foi criado e como ele será utilizado.

A catalogação de Norberg-Schulz dos variados modos do edifício se relacionar com o espaço que delimita – o modo como *se apoia*, como *se ergue*, e como *se abre*⁸ – é agora abordada. Em primeiro lugar, o modo como o edifício *se apoia* será importante para concluir como o edifício se quer apresentar à escala humana, dado que a sua

⁸ NORBERG-SCHULZ, Christian, *Op. cit.*, p. 177)

maior ou menor permeabilidade na base será determinante na caracterização do confronto entre lugar e edifício: poderá ancorar-se fortemente e de modo opaco ao plano do chão, ou colocar-se num plano acima do chão, por intermédio de colunas ou outro sistema. Em segundo lugar, o modo como o edificado se *ergue* influi directamente na percepção da silhueta do edifício em confronto com o céu, e o desenho da cobertura em si irá determinar como é apreendido o limite superior do lugar. Em último lugar, é considerado o modo como o edifício se *abre* para o exterior, algo que se expressa de vários modos: se o edifício dilui a diferença entre interior e exterior através de mecanismos de transição irregulares, se a dicotomia interior/exterior é preservada com uma barreira distinta, ou se o interior e o exterior são apreendidos de um modo unido por parecer fazerem parte da mesma “substância”⁹.

Todos estes pontos considerados exaltam o facto de que é a parede do edificado que caracteriza o espaço público, de modo que as particularidades do desenho desse limite são de extrema importância para a definição das transições entre espaço público e edifício privado. Especificamente, a permeabilidade e a espessura da parede separadora são aspectos fundamentais para caracterizar não só o exterior e o interior, mas também o modo como um observa o outro. O limite, enquanto barreira entre o natural e o construído, o exterior e o interior, o público e o privado, surge então como conceito central ao discutir não só o modo de pensar o tema da transição, mas também a própria disciplina da arquitectura.

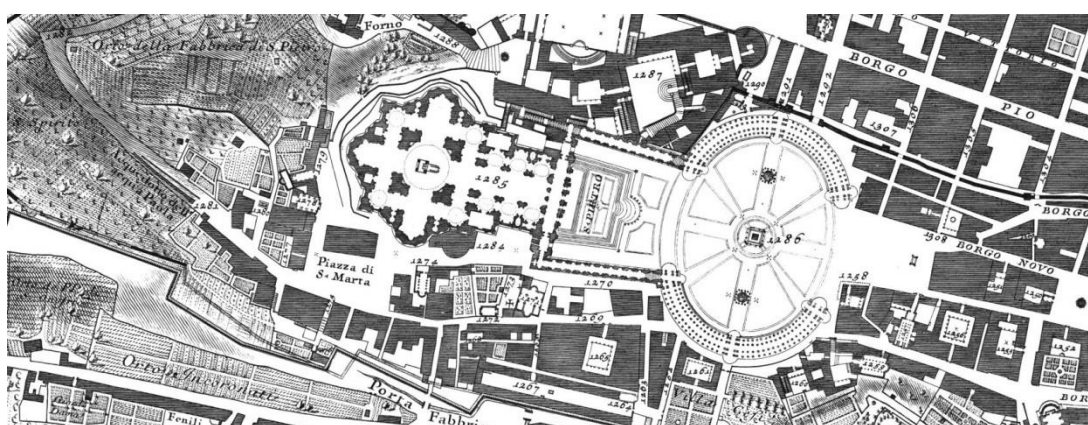


Figura 6 – Secção da Pianta Grande di Roma, Giambattista Nolli. O edifício como gerador de espaço público

⁹ NORBERG-SCHULZ, Christian, *Op. cit.*, p. 179

Capítulo 2: O limite como separador entre público e privado

1.

O acto de fazer arquitectura nasce da necessidade de criar um espaço separado do exterior. A delimitação desse espaço expressa-se na construção de um perímetro onde o homem se sente abrigado, seguro e, acima de tudo, no pleno controlo das suas capacidades e do espaço que o rodeia. Podemos dizer que é o acto de erigir uma parede, ou um conjunto de paredes que formam um espaço enclausurado, que constitui fazer arquitectura nos seus termos mais elementares, e é experienciar e viver o espaço criado pela construção de parede – a “distância” entre o eu e a parede, segundo Manuel Tainha – que significa habitar o objecto de arquitectura.

A criação de um objecto arquitectónico tem como consequência a definição de dois espaços distintos: aquele que é contido pelo objecto, e aquele que alberga o objecto. De modo geral caracterizamos estas duas categorias de espaço como interior e exterior, respectivamente, e a diferença é criada pela construção de parede. Essa delimitação cria um “cá” e um “lá”, ao mesmo tempo que a expressão física desse limite pertence aos dois lugares. Os espaços interior e exterior participam igualmente do mesmo limite que os separa, e se ele pertence simultaneamente a esses espaços tornados opostos, isso significa que o limite surgirá necessariamente como elemento mediador das duas realidades. O limite é assim o dispositivo através do qual toda a arquitectura é pensada e construída, dado que o propósito básico da arquitectura é criar espaço independente do exterior. Sendo assim, para além da decisão de onde

erigir limite, surgem também as questões de como caracterizar esse limite, com que permeabilidades, com que tipo de fenestrações e acessos, tendo em conta que essas decisões vão acarretar códigos e significados específicos, qualificando de modo determinante o exterior e o interior que o limite divide, pois a experiência desses espaços prende-se directamente com a “experiência do limite”¹⁰.



Figura 7 – Muro que resguarda jardim da Villa «Le Lac» de Le Corbusier, Vevey, Suíça

Sendo o habitáculo a unidade primária e elementar da arquitectura, é aquela que exprime de modo mais claro a necessidade de criar um espaço para o homem individual, por oposição ao mundo exterior colectivo. Robert Venturi caracteriza a finalidade do espaço interior como consistindo “mais em encerrar do que em dirigir um espaço”¹¹, sendo uma separação necessária para o homem se recolher e reunir as condições para a sua tranquilidade física e mental. É uma protecção contra as intempéries exteriores, assim como um resguardo da comunidade. O domínio exterior é de todos, e portanto de ninguém em particular, mas o interior pertence ao indivíduo.

¹⁰ TAÍNHA, Manuel, *Textos de Arquitectura*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2006, p. 46

¹¹ VENTURI, Robert, *Complexidade e Contradição na Arquitectura*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p.91

É portanto natural que o espaço exterior seja associado à colectividade e ao plural, enquanto o espaço interior se associe à individualidade e à pessoa singular. O espaço restrito pertence ao grupo restrito de pessoas que a ele têm acesso, mas o espaço exterior é apropriável por qualquer pessoa que o deseje. Neste sentido, os conceitos de “público” e de “privado” são usados para descrever de modo geral o espaço comunitário e o espaço restrito. São os lugares onde a comunidade ou o grupo restrito de pessoas realiza os seus tratos sociais, e assim podemos definir público e privado como Hertzberger os definiu: como “a tradução em termos espaciais de ‘colectivo’ e ‘individual’”¹². O espaço privado surge portanto em confronto e na sequência da existência de espaço público, porque é pela criação de um perímetro, ou um limite, dentro do lugar comunitário que o espaço privado é criado.

Ora, a caracterização de um espaço como público ou privado depende muito do modo como o usuário se apropria dele. Podemos dizer que aquilo que diferencia um espaço privado dum espaço público é a sua correspondência na pessoa a quem o espaço pertence. Por outras palavras, o beneficiário do espaço privado tem que se rever nele, e para isso cabe ao espaço ter o grau de maleabilidade necessário para o usuário o poder adaptar a si mesmo. A importância do espaço privado é a de criar um ponto de referência para o usuário, a partir do qual este se orienta e se relaciona com o exterior. Esse ponto de referência só o será se o usuário sentir que o espaço lhe pertence, porque sem “um lugar que possa chamar seu, você não sabe onde está”¹³.

Deste modo podemos concluir que é o uso que define o carácter (público ou privado) do espaço. Como tal, o arquitecto é responsável por projectar a individualidade ou a colectividade de um espaço desenhando as formas de esse espaço ser usado. O que isto significa é que, como Hertzberger refere, é o desenho do objecto arquitectónico que define de que modo um espaço é vivenciado. A caracterização de um espaço como privado ou público é uma definição administrativa, que está associada aos dispositivos que asseguram que o espaço funcione administrativamente do modo que se pretende. Mas a compreensão do espaço como lugar acessível a todos ou só a alguns é sobretudo um aspecto de desenho projectual.

¹² HERTZBERGER, Herman, *Op. cit.*, p. 12

¹³ HERTZBERGER, Herman, *Op. cit.*, p. 28



Figura 8 – Antecâmara de uma sala de aula na Escola Apollo, de Herman Hertzberger

A diferença entre espaço público e espaço privado é mediada pelo limite, tal como se estabeleceu anteriormente para a dicotomia exterior/interior. A parede irá ser fundamental na definição do modo como o edifício apreende a realidade exterior e pública, resguarda a realidade interior e privada, e realiza a transição entre uma e outra. Ora, se o edifício tem obrigações na resolução de problemas tanto de natureza pública e urbana como de problemas da sua organização interior, como estabelecido no Capítulo 1, isto significa que pode ser vantajoso ou mesmo necessário resolver as duas realidades de modo independente. O invólucro exterior do edifício poderá surgir de forma independente do espaço interior ou mesmo em contraste com este. A máxima modernista expressa por Corbusier, quando diz que o exterior é uma reflexão directa do interior, é assim posta em causa ao considerar-se que a parede pode desempenhar papéis diferentes de lados opostos, ainda que esta seja o mesmo objecto.

A questão que surge é se este limite, como plano bidimensional, tem a capacidade para concentrar em si esta função agregadora de realidades opostas. Arquitectos estruturalistas como Aldo van Eyck consideram que não, e que o facto do movimento moderno pretender resolver (ou dispensar) o problema da transição entre exterior e interior com a simples parede ou o plano de vidro torna-se um problema, ao ser impossível realizar a transição entre espaços de forma adequada, ainda que o isolamento e a separação sejam garantidos. A observância da história da arquitectura, no entanto, leva-nos à conclusão de que os objectivos do movimento moderno não são mais do que uma abstracção de um problema que tem sido resolvido ao longo dos séculos e em variadas culturas de um modo orgânico, gradual e progressivo. O percurso desde o exterior até o interior mais restrito no edifício deve ser feito, não através da passagem por um plano bidimensional, mas mediado pelo atravessamento de uma profundidade, ou de uma distância, que implique vivenciar um pouco o limbo criado entre as duas realidades, não ocupando nenhuma delas. O espaço liminar entre público e privado não deve ser uma barreira, mas sim uma gradação.

2.

Um limite entre público e privado, para ser gradativo, implica que haja não uma separação abrupta entre as duas realidades, mas sim uma reciprocidade vivencial entre elas. Esta reciprocidade só existirá se os dois domínios estiverem presentes, se a colectividade e o indivíduo estiverem “um em face do outro”¹⁴. Não é uma questão de escolher um sobre o outro – escolher o exterior ou o interior – mas sim o contrário deste gesto exclusivista: integrar um no outro, permitir a interpenetração do exterior no interior e vice-versa, para que a entrada nos espaços mais profundos do edifício seja sequencial, e não abrupta. O percurso do público para o privado é tornado complexo pela ancoragem de espaços de cariz contrário ou complementar.

Isto significa portanto que já não estamos necessariamente a falar de um simples limite entre duas áreas de uso distinto. Uma transição que se deixa contaminar pelos dois espaços que separa já não é apenas parte pertencente a um espaço ou a outro. O acto de dar espessura à parede delimitadora implica dar-lhe uma terceira dimensão, transformando-a num dispositivo articulador que possibilita conservar em si características dos dois espaços que separa. Retomando a ideia de que o edifício

¹⁴ HERTZBERGER, Herman, *Op. cit.*, p. 12

pode expressar diferentes soluções ao resolver simultaneamente questões do exterior e particularidades do interior, Robert Venturi lembra que, quando criamos duas paredes diferentes para os espaços opostos que elas resolvem, irão sobrar espaços intersticiais entre elas, dado que se está a sobrepor duas formas não coincidentes. Esse é o princípio da criação de um espaço intermediário, que realiza a transição do exterior para o interior.

O desenho é assim, novamente, o modo pelo qual se estabelece essa conexão entre espaços opostos, e é por mecanismos projectuais que se colocam esses espaços face a face. Como van Eyck diria, é o projecto que cria as condições para que estas transições ocorram de um modo equilibrado, sem um espaço canibalizar o outro. Essa capacidade de criar uma boca no edifício que convide a pessoa a entrar é um gesto de desenho, e implica pensar a parede não como parede, mas como entrada, e a entrada por sua vez como um lugar. Essa é a função principal do limite e esse é o seu papel enquanto lugar de transição entre espaços: tornar-se uma área com espessura que agregue os espaços exterior e interior, unindo-os.



Figura 9 – O lugar de transição. Entrada da Escola de Montessori de Herman Hertzberger, Delft, Holanda

Ora, se o limite ganha espessura, e se a parede ganha tridimensionalidade; e se é necessário que esse limite contenha em si um ponto intermediário entre as zonas que divide, não sendo parte nem de uma nem de outra, isso significa que o espaço liminar torna-se um terceiro espaço, independente dos dois que separa, com as suas características próprias enquanto espaço de conexão. Por isso, deve ser projectado tendo em conta as possibilidades que deve criar para acontecer o confronto entre exterior e interior, público e privado. Enquanto espaço intermediário, ele é igualmente relevante para os dois espaços que coloca frente a frente, ao mesmo tempo que cumpre uma função diferente de qualquer um deles. Este conceito de espaço intercalar que nasce a partir da necessidade de separar dois lugares é resumido no termo “*in-between*”.

3.

Não é possível discutir a ideia de espaço intermediário em geral, e de *in-between* em particular, sem nos debruçarmos sobre a investigação teórica – e respectiva concretização projectual – de Aldo van Eyck. A rejeição completa da ideia modernista de diluir ou mesmo apagar a continuidade entre exterior e interior por parte do arquitecto, como já referido, levou-o a usar a ideia de *in-between* como tema fulcral na sua contribuição para a disciplina da arquitectura. A ideia de que a presença física do limite deva ser menos pronunciada e mais apropriável, para poder servir de articulação entre espaços, é essencialmente o que a palavra *in-between* procura englobar.

A importância do espaço intermediário – o *in-between* – é mostrada quando se considera que é por intermédio dessa zona que o homem se pode começar a apropriar directamente do edifício, onde o edifício deixa de ser um cenário composto para uma realidade urbana para passar a transparecer espaço realmente habitável. É no espaço intermediário que existe o primeiro contacto directo entre o corpo do usuário e os mecanismos de transição, como a soleira e a ombreira da porta, ou o parapeito da janela. A respeito da soleira, Hertzberger realça a sua importância por considerar que o conceito de transição começa nesse espaço que fenestra a parede e mostra directamente a sua espessura: é o espaço de transição por excelência, dado que é o principal espaço reconciliador. Citando-o directamente, a soleira “é a tradução em

termos arquitectónicos da hospitalidade”¹⁵, o que significa que o seu papel é fundamental na ancoragem do espaço privado na vida pública, ao oferecer um espaço intermédio através do qual o edifício é ligado à comunidade. A soleira não pertence ao público nem ao privado, e no entanto participa directamente na modulação de ambos os espaços. É pelo seu desenho que se concretiza o modo como a soleira coloca em confronto espaços contrários.

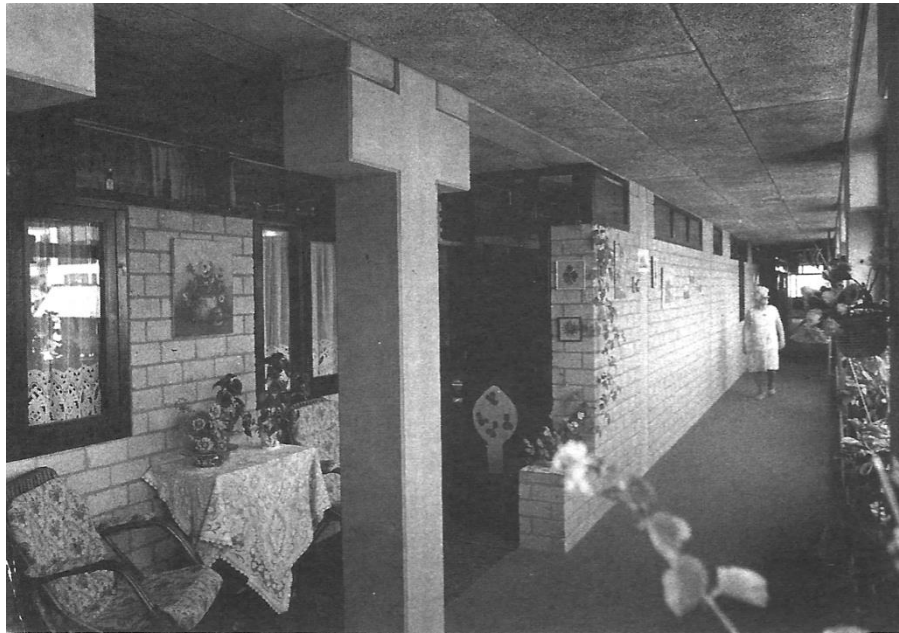


Figura 10 – A soleira dentro do edifício. Lar de idosos De Drie Hoven de Herman Hertzberger, Amsterdão, Holanda

No entanto, o *in-between* pode ser mais do que a soleira, ou dito de outro modo, a soleira pode ser mais do que a própria soleira. O espaço intermediário, tendo a necessidade de observar de perto as duas realidades que une para cumprir o seu propósito, irá naturalmente ganhar uma maior ou menor presença – tornando a transição mais ou menos significativa – consoante se ache necessário: o contexto é fundamental para esta decisão. A reciprocidade entre espaços mediada pelo *in-between* será tanto mais bem-sucedida quanto mais se tiver em conta as particularidades dos espaços a unir; isso pode significar decidir-se de modo legítimo por uma transição mais brusca e opaca em detrimento de uma transição fluida e permeável. Por outro lado, o papel do espaço de transição cruza-se de um modo fundamental com a necessidade de tornar duas realidades em “fenómenos-gêmeos”, o que significa que a união de espaços contrários passa pela contaminação de um

¹⁵ HERTZBERGER, Herman, *Op. cit.*, p. 35

espaço pelo outro através da mediação deste terceiro lugar articulador. Um equilíbrio baseado no estudo do contexto particular é necessário para que a transição seja feita de modo a poder ligar o público e o privado eficazmente.

Ora, isto significa que o *in-between* terá poucos limites na dimensão da espessura que lhe é possível ter para resolver a transição; tudo depende das necessidades particulares dos espaços. Num contexto de cidade consolidada, talvez a soleira seja uma transição suficiente e desejável, de modo a formar uma parede opaca em consonância com o contexto urbano, ao mesmo tempo que enclausura o interior de acordo com as necessidades de uso do espaço; noutros casos pode ser requerido criar uma concavidade no limite do edifício para que se possa criar uma área de paragem adjacente à entrada, onde a vida pública começa a participar do objecto arquitectónico e de um pouco das características interiores transparecíveis (Figura 11); sendo até mesmo é possível, e por vezes desejável, criar todo um conjunto de divisões transicionais sucessivas, onde o enclausuramento é progressivamente acentuado pela experiência de um percurso cada vez mais interiorizado, onde a segurança e separação do exterior são levadas a um grau superlativo (Figura 12).



Figura 11 – O espaço de entrada côncavo do edifício. Escola Montessori de Herman Hertzberger, Delft, Holanda

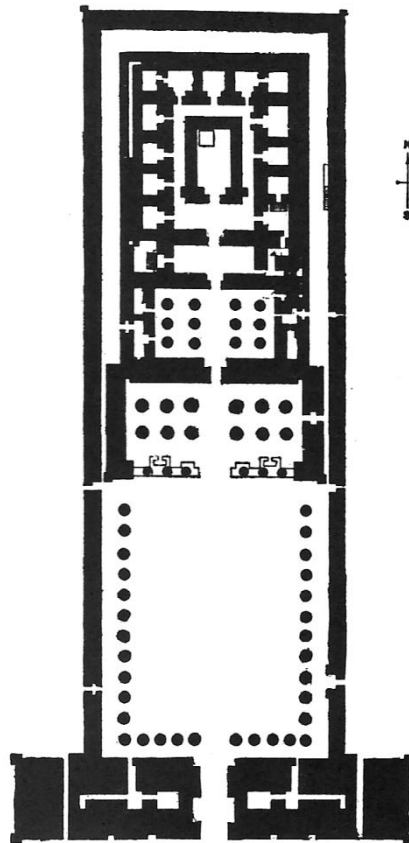


Figura 12 – A sucessão de espaços interiores.
Planta do templo egípcio Edfu

Portanto, o desenho projectual dos espaços de transição entre exterior e interior, e entre público e privado, é de uma enorme importância na concretização destes tipos de lugares. A forma como experienciamos os espaços que o limite separa está ligada ao modo como esse limite se nos apresenta. Assim, potencializar as relações entre espaços e modular a vivência de um em confronto com o outro depende de como os espaços são delimitados, de que forma e por que mecanismos são separados, e com que instrumentos a reciprocidade entre eles é concretizada. Em suma, a compreensão do limite, do espaço liminar ou do lugar de transição é fulcral para moldar os lugares por eles separados.

Capítulo 3: O desenho da transição na caracterização dos espaços que une

1.

A escolha dos mecanismos de transição a utilizar num determinado contexto projectual depende dos arquétipos que se deseja referenciar e do modo como estes se relacionam com o pano de fundo cultural e arquitectónico daquele lugar. Esta base da memória comunitária é prolongada no tempo e continuamente transformada e construída em cima da base referencial anterior. Mas podemos estabelecer a sua origem nos processos construtivos iniciais e nas questões climáticas que esses processos pretendiam resolver. Junichiro Tanizaki relembra que o alpendre do telhado da casa tradicional japonesa avança muito mais do que as soluções ocidentais para resolver as intempéries com materiais e processos construtivos locais e, portanto, o facto de a casa japonesa ser caracterizada pela divisão escura era inicialmente uma consequência, mas tornou-se uma virtude e um arquétipo a preservar pela sua prevalência no tempo¹⁶.

¹⁶ TANIZAKI, Junichirō, *Elogio da Sombra*, Lisboa, Relógio D'Água, 2008, p. 43



Figura 13 – A penumbra como consequência do sistema construtivo. Edifício tradicional japonês, Kyoto, Japão

A importância dos materiais e dos processos construtivos é evidente quando consideramos que é na transição – na abertura, ou rompimento, de um vão¹⁷ no limite exterior do edifício – que esses elementos são expressos de modo mais claro. É quando o vão revela a terceira dimensão da parede, a sua profundidade e espessura, que são revelados os mecanismos e os materiais com que o objecto arquitectónico se relaciona com a comunidade, sendo isso o ponto-chave para compreender o contexto arquitectónico do lugar. Norberg-Schulz descreve apropriadamente a janela como elemento fundamental para expressar a organização espacial, a luz, o modo como o edifício se apoia e se ergue, e especialmente o modo como ele se abre às pessoas¹⁸.

¹⁷ Por “vão” entendemos qualquer dispositivo fenestrador de parede que controla a sua permeabilidade.

¹⁸ NORBERG-SCHULZ, Christian, *Op. cit.*, p. 179

A transição, quer por vão quer por outros dispositivos mais completos, caracteriza de vários modos a entrada que proporciona, quer em termos de claridade, quer de permeabilidade, quer de continuidade na transição. A materialidade também tem um papel importante na caracterização, por causa dos códigos implícitos que acarretam. Por exemplo, um espaço pode ser caracterizado como público ou privado se os materiais empregues referenciam de algum modo o espaço exterior ou interior. Também, o tratamento da superfície de uma porta pode indicar as características da divisão seguinte de forma intuitiva. (Figura 14). O próprio material tem o poder de caracterizar o uso de determinado espaço.

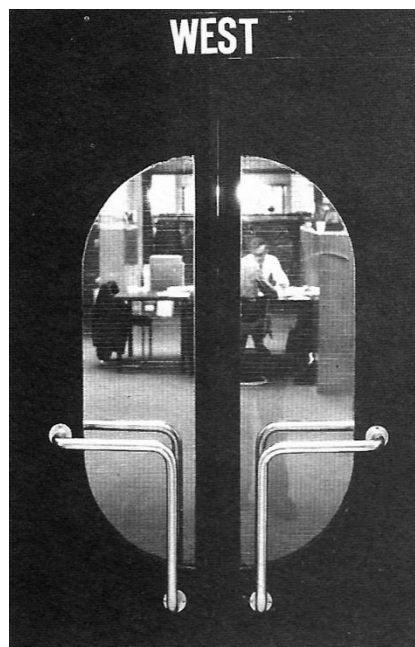


Figura 14 – A porta como transição. Edifício Centraal Beheer de Herman Hertzberger, Apeldoorn, Holanda

São os códigos inferidos pelo desenho do espaço que vão ditar como ele é usado. Isto é especialmente importante no desenho da transição, por ser um espaço à partida ambíguo. Neste caso deve-se potencializar a apropriação do espaço pelos usuários, porque desse modo ele será vivificado, cumprindo a sua função de agregador de realidades diferentes, em suma, um ponto de encontro. Neste sentido, a necessidade de dar algum poder de transformação do espaço aos usuários pode ser benéfico para a sua consolidação junto das pessoas que o utilizam. A entrada das salas de aula da Escola Montessori de Hertzberger é um bom exemplo disso.



Figura 15 – Entrada na sala de aula da Escola Montessori de Herman Hertzberger, Delft, Holanda

O espaço de transição, pela sua função e pelas características que necessita ter, não deixa de ser um “fenómeno instável”¹⁹. Sendo um espaço definido pelos contornos dos espaços que agrega, é fundamental considerar de que forma a transição molda o enclausuramento dos edifícios, e de que modo traz o interior para fora, e leva o exterior para dentro.

2.

A transição entre o espaço totalmente público e o compartimento individual pode realizar-se de um modo progressivo. Em vez de definir uma área de transição com o objectivo claro de articular um exterior e um interior, a protecção do interior poderá ser conseguida pela colocação de espaços sucessivamente mais interiores entre a área exterior e o compartimento mais profundo. A exterioridade ou interioridade de cada compartimento é assim modulada consoante nos encontramos mais ou menos perto de um pólo ou de outro: obtemos assim um percurso linear e gradual na sua

¹⁹ HERTZBERGER, Herman, *Space and the Architect*, Roterdão, 010 Publishers, 2000, p. 215

aproximação ao coração do edifício. Venturi revê esta ideia no seu expoente máximo no templo egípcio de Edfu, onde encontramos uma sequência de espaços cada vez mais abrigados, contidos em perímetros sucessivos, até chegar ao espaço central e protegido, o santuário do templo²⁰ (Figura 12). Esta lógica resguarda tanto mais o interior quanto mais prolongada for a transição.

A agregação de espaços sucessivamente mais resguardados e privativos não é algo novo – o arquétipo da casa comum funciona deste mesmo modo – mas alguns projectos-chave reformularam esta ideia no sentido de proporcionarem características de espaço público para dentro do próprio edifício, de modo a que o utilizador não aceda imediatamente a um interior, mas antes a um percurso progressivamente menos público. O exemplo do edifício residencial Cité Napoléon, de M. H. Veugny, é um exercício interessante ao trazer a rua para dentro do edifício como modo de realizar a transição entre exterior e interior num bloco de apartamentos de vários andares. Nele é desenhado um interior com características e usos de um espaço exterior, e por isso um espaço mediador entre o exterior da rua e o interior do habitáculo.

A ideia de trazer a rua para dentro do objecto arquitectónico como espaço intersticial entre o exterior e os módulos privados remete para o conceito de rua interior. Tanto a Escola Montessori como o lar de idosos De Drie Hoven, ambos de Hertzberger, e a escola primária em Nagele, de van Eyck, são bons exemplos de como o uso de pequenas unidades privativas unidas por espaço agregador de forma livre proporciona um ambiente de rua comunitária, como lugar de encontro entre os utilizadores daqueles edifícios. A estrutura da planta do edifício De Drie Hoven, em particular, foi organizada colocando as várias alas de habitáculos em torno de “praças” comunitárias, que por sua vez se ligam a um átrio central, que realiza a conexão ao exterior. Esta progressão de cidade, comunidade, vizinhança e casa torna a progressão orgânica e sucessivamente mais privativa, enquanto estabelece nós de articulação entre alas que servem cada vez menos pessoas, cumprindo o objectivo proposto de funcionar como uma “cidade em escala reduzida”²¹.

²⁰ VENTURI, Robert, *Op. cit.*, p. 100

²¹ HERTZBERGER, Herman, *Lições de Arquitectura*, São Paulo, Martins Fontes, 2006, p. 61



Figura 16 – A rua interior. Edifício Cité Napoléon de M. H. Veugny, Paris, França

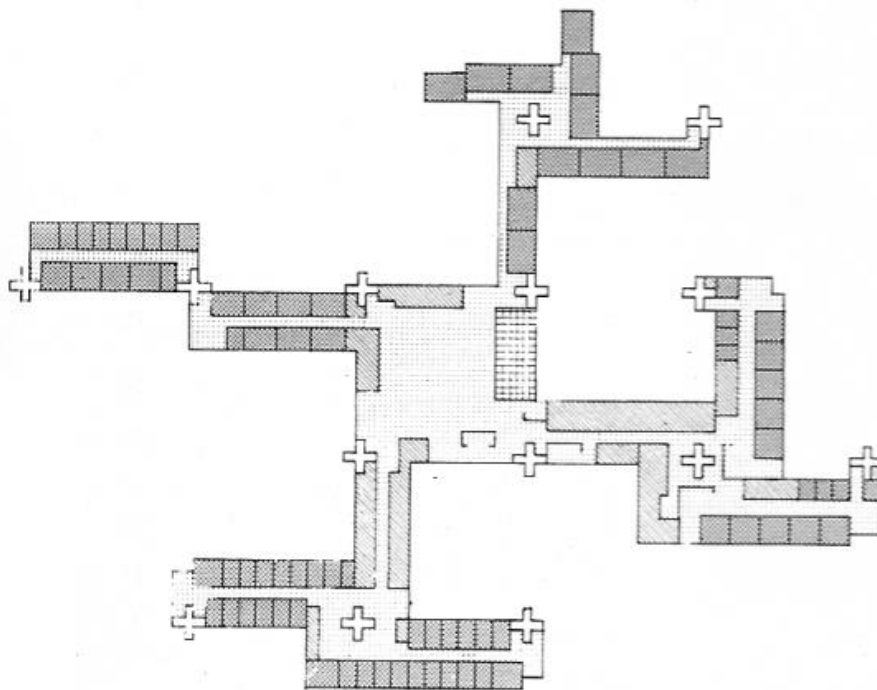


Figura 17 – Planta do lar de idosos De Drie Hoven de Herman Hertzberger, Amsterdão, Holanda



Figura 18 – o espaço vivencial no interior do edifício. Lar de idosos De Drie Hoven de Herman Hertzberger, Amsterdão, Holanda

No entanto, o exemplo mais determinante deste tipo de estrutura é sem dúvida o orfanato de Amsterdão, de van Eyck. O desenho de qualquer elemento arquitectónico, pequeno ou grande, é colocado ao serviço de se proporcionar um ambiente de comunidade, numa lógica de arruamento/habitação dentro do próprio edifício. A “rua interior” surge aqui novamente como dispositivo de organização e agregação dos elementos funcionais dispersos como modo de realizar uma transição do exterior, para a rua interior, para a unidade particular. Esta lógica é levada mais além quando, pelo uso dos mesmos materiais dos pátios exteriores, em conjugação com formas e equipamentos que referenciam espaços públicos, é realizada uma associação dos espaços transitórios com um lugar claramente público, ainda que interior. Isso leva as crianças do orfanato a encararem as ruas interiores como encaram os recreios. Esta ambiguidade, junto com o desenho da planta como uma sequência de espaços pequenos ligados por espaços livres maiores, torna todo o conjunto um “tecido verdadeiramente urbano”²². O facto da estrutura funcional do edifício estar claramente orientada de modo a que a sequência “do mais público para o mais privado” se alinhe com um percurso linear (do exterior à praça central, ao espaço de entrada, às ruas interiores, aos módulos, aos pisos superiores de dormitórios), juntamente com o facto de todos os espaços, exteriores ou interiores, serem unidos por uma só medida de pé-direito, torna esta obra de van Eyck um caso de estudo muito importante ao abordar mecanismos de transição graduais dentro do próprio objecto arquitectónico.



Figura 19 – O pé-direito uniforme do edifício. Orfanato de Aldo van Eyck, Amsterdão, Holanda

²² LIGTELLIJN, Vincent, Aldo van Eyck Works, Alemanha, Birkhäuser, 1999, p. 31



Figura 20 – A ambiguidade do espaço interior pela sua caracterização. Orfanato de Aldo van Eyck, Amsterdão, Holanda

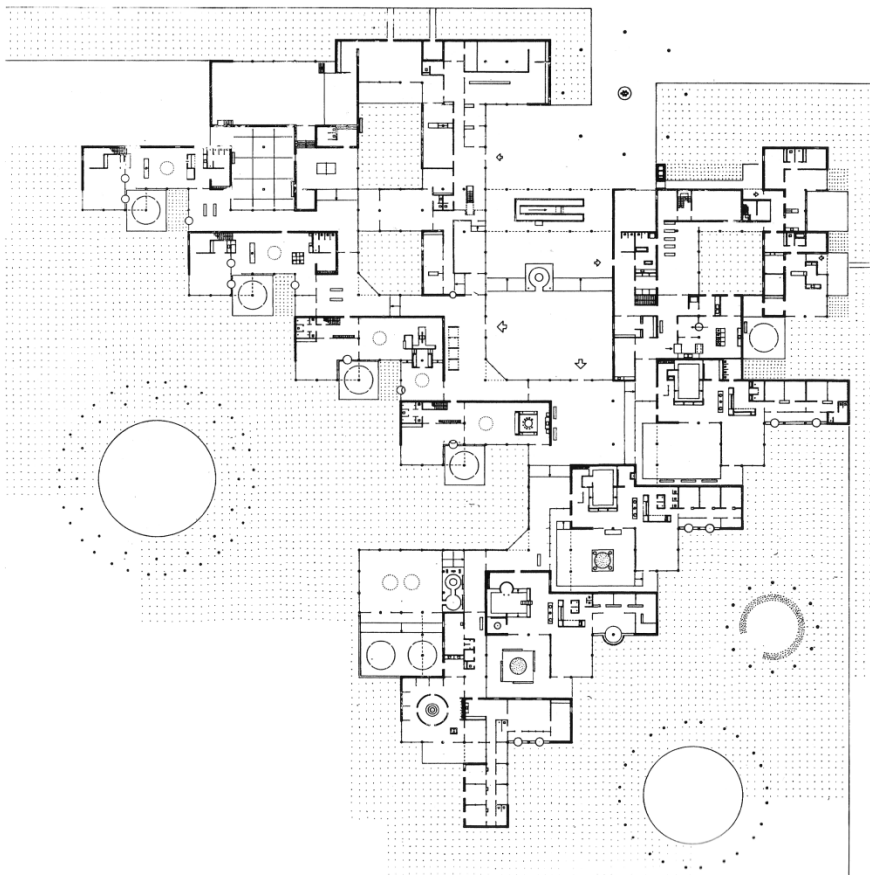
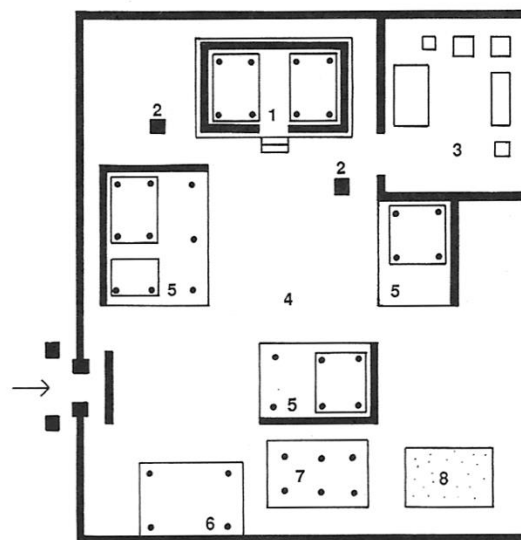


Figura 21 – A sequência de espaços, do exterior para o interior. Planta do orfanato de Aldo van Eyck , Amsterdão, Holanda

3.

O desenho do espaço intermediário como um terceiro elemento, que articula directamente o exterior com o interior, coloca a presença do objecto arquitectónico em directa ligação com a acessibilidade do espaço público, e traz o espaço exterior para dentro do edifício pela ligação visual, funcional ou sonora. Podemos simplificar esta questão se considerarmos que, tendo como intenção unir um espaço exterior e público com um lugar interior e privado através de um espaço articulador com características de ambos, teremos as opções de desenhar esse terceiro espaço com um carácter exterior e privado ou com um carácter interior e público.

Um bom exemplo de um espaço transicional exterior e privado é o que Hertzberger usa ao referir as habitações em Bali, onde os quartos são muitas vezes pequenos habitáculos construídos separadamente, agrupados em volta de um pátio interno, no qual se entra por um portão: ao atravessarmos o portão, já estamos de facto a entrar dentro da casa, mas por continuarmos no espaço exterior – apesar de já ser um espaço privado – estamos de facto a entrar numa área que realiza a transição entre a rua e o quarto particular.



- | | |
|-----------------------------|----------------------|
| 1. Dormitório para os pais | 5. Dormitório |
| 2. Altar | 6. Cozinha |
| 3. Templo familiar | 7. Depósito de arroz |
| 4. Área de estar/convidados | 8. Eira |

Figura 22 – A transição exterior e privada. Residência típica, Bali

O desenho de um espaço de transição interior, mas público, é bem mais comum, até pelas suas vantagens de segurança e controlo administrativo. É essencialmente o lugar público coberto que recebe o utilizador no edifício, mas como o seu desenho arquitectónico deixa ambígua a relação desse primeiro interior do edifício com o exterior – por intermédio de ferramentas como a continuação da luz, o uso evocativo de materiais, ou outros – será difícil dissociar a existência de cobertura de uma aparente privatização. Assim, temos um espaço com a sua função própria, de ligar dois tipos de vivências num só espaço, que as transforma uma na outra.

Um dos exemplos mais elementares deste tipo de transição pode ser observado no conjunto de habitações para idosos em Sloterveer, de van Eyck. A projecção do volume das arrumações ajuda a configurar a área de entrada para que possa existir um resguardo, uma cobertura e um limite – o qual também é definido pelo corrimão na soleira – de forma a codificar o espaço público adjacente à entrada como já pertencente ao domínio privado. O espaço de transição, aqui, é entendido como pertencendo ao domínio da habitação, ainda que acessível por todos.

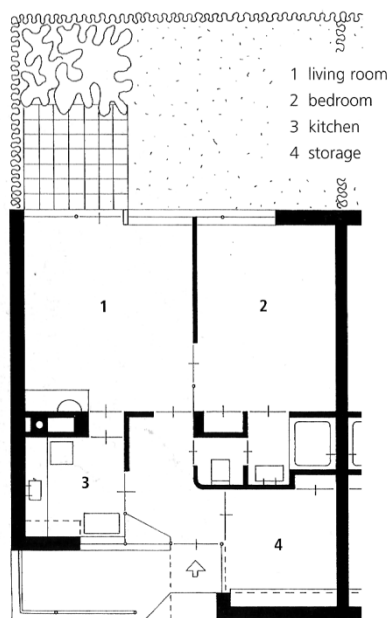


Figura 24 – Planta do módulo do conjunto de habitação para idosos de Aldo van Eyck, Sloterveer, Holanda



Figura 23 – A soleira como espaço intermediário. Conjunto de habitação para idosos de Aldo van Eyck, Sloterveer, Holanda

A necessidade de deixar o espaço interior ser contaminado pela presença do espaço exterior é uma boa razão para projectar uma transição interior, mas permeável: o Teatro Markant em Uden, de Hertzberger, é um bom exemplo do que pode significar desenhar um átrio extremamente penetrável visualmente e pela iluminação. Dado que o envidraçado está num plano mais recuado em relação ao resto do edifício, a área ganha é subentendida como estando na área de influência do edifício, e não do espaço público. Mas como essa fachada é totalmente transparente – fazendo do plano da parede interior a verdadeira “fachada” do edifício, e não a fachada literal em vidro – coloca-se a vivência do espaço exterior em confronto directo com o espaço do átrio interior, em que a única barreira entre os dois é o plano de vidro, bem como o desnível de 1,5m entre os dois lugares, colocando o átrio a um plano inferior do exterior. Outro aspecto interessante é o controlo administrativo em sintonia com o que o desenho projectual deixa transparecer: o átrio funciona essencialmente como um café que serve a área pública adjacente, o que significa que esse espaço de transição participa tanto visualmente como funcionalmente de ambos os espaços que liga. É relevante também mencionar o modo como o atelier Snøhetta configurou o átrio da sua Ópera de Oslo para funcionar como uma *keyless structure*²³: um espaço interior sem a necessidade de controlo administrativo, tornando-se efectivamente público, mesmo que formalmente sugira ser privado.



Figura 25 – A participação do interior do edifício na construção das vivências exteriores. Teatro Markant de Herman Hertzberger, Uden, Holanda

²³ OWEN, David, *Op. cit.*, p. 28



Figura 26 – Interior e exterior: a separação e o confronto. Teatro Markant de Herman Hertzberger, Uden, Holanda

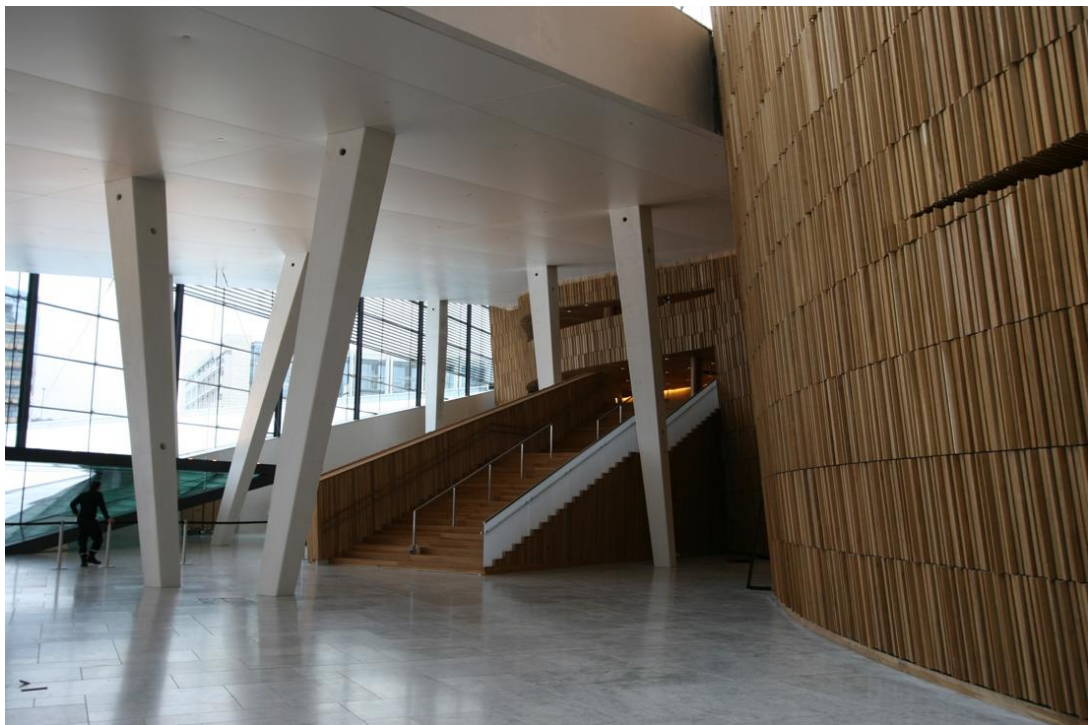


Figura 27 – O conceito de “keyless structure”. Átrio da Oslo Opera House do atelier Snøhetta

Mas se o espaço de transição pode servir para aproximar dois espaços adjacentes, pode também ser útil para as separar: esse é o caso do edifício da Fundação Ford, de Kevin Roche e John Dinkeloo. Aqui, o enorme átrio de transição procura criar um afastamento entre os gabinetes e a rua, ao mesmo tempo que preserva o volume que se exige ter a um edifício destas dimensões em plena Nova Iorque. O espaço de transição alberga um grande jardim interior, realizando uma ligação visual e funcional com o parque a que o edifício está adjacente, ao mesmo tempo que proporciona um espaço comum partilhado pelos trabalhadores. É à volta deste espaço de transição que todo o edifício se resolve, e por ser desenhado numa lógica de inversão do edifício – como se a verdadeira fachada deste fosse a que está virada para este átrio – este espaço de transição ganha um valor de praça exterior, ainda que seja administrativamente parte do edifício, e por isso um espaço privado.



Figura 28 – A transição como separação. Edifício da Fundação Ford de Kevin Roche e John Dinkeloo, Nova Iorque, EUA

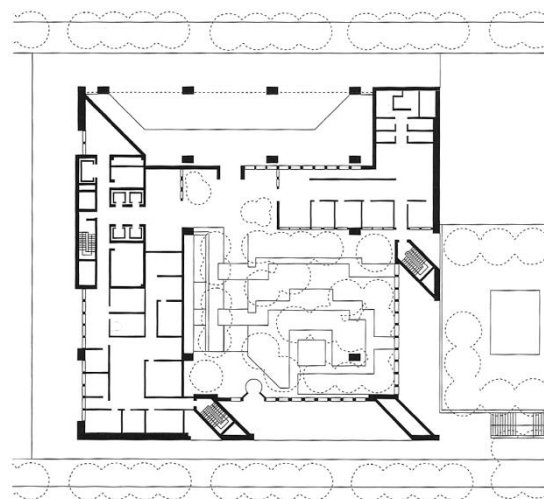


Figura 29 – Planta do edifício da Fundação Ford de Kevin Roche e John Dinkeloo, Nova Iorque, EUA

A contaminação entre exterior e interior, público e privado, pode acontecer sem um espaço articulador específico. O desenho arquitectónico poderá colocar em directo confronto áreas de vivências diferentes sem uma transição que suavize o choque entre elas. Este modo de projectar espaço cria uma apreensão diferente de ambos os lugares, ao serem apreendidos simultaneamente. O exterior não é mais apenas exterior, ao passo que o interior não se encontra num estado isoladamente privativo. O objecto arquitectónico, no seu conjunto, é pensado como um estado permanente de transição.

A ideia de estar “dentro e fora ao mesmo tempo”²⁴ é, portanto, o ponto-chave para entender o modo de pensar a transição nestes casos. Não se fala apenas do facto do espaço ser ou não coberto, mas também da ambiguidade quanto ao seu acesso, da ligação visual e sonora entre áreas não ligadas funcionalmente, ou do confronto directo entre a área particular e a circulação pública, sem fechamento. O uso de instrumentos como a varanda ou a galeria em contextos de espaço interior, bem como a interpenetração entre espaços tidos como individuais e colectivos, ajudam a criar este tipo de lugares ricos na sua complexidade.



Figura 30 – A penetração da circulação exterior no volume. Carpenter Center for the Visual Arts de Le Corbusier, Cambridge, EUA

²⁴ NORBERG-SCHULZ, Christian, *Op. cit.*, p. 59

Um primeiro esforço neste sentido é o observado pelo modo como o Carpenter Center em Cambridge, EUA, de Corbusier, usa a circulação pública para quebrar o volume do edifício, colocando em directo confronto o modo de chegar e o ponto de chegada, transformando o modo de apreender quer um, quer outro. Ao entrelaçar espaços de carácter diferente, todo o conjunto “esbate os limites do espaço público”²⁵, integrando-o no espaço privado. Um exemplo em menor escala é o jardim da casa Vevey na Suíça, também de Corbusier, onde o exterior é trazido para dentro do espaço privado, não obstante mediado por uma parede com vãos, o que torna a experiência daquele jardim ambígua pela idiosincrasia de se estar num espaço exterior (ainda que privado) mas controlado por paredes, como se dum interior se tratasse.

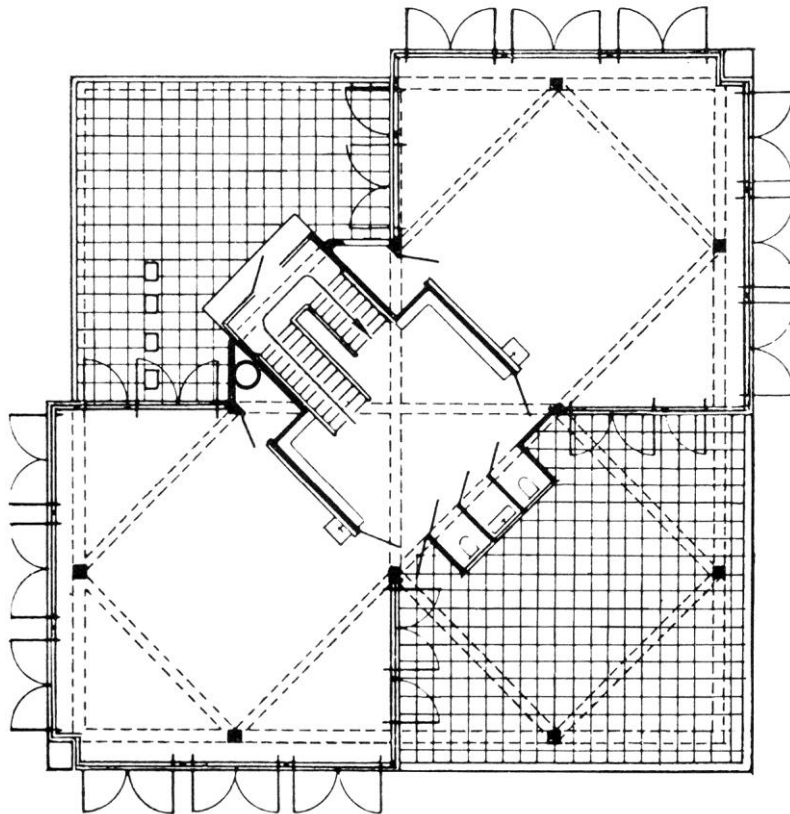


Figura 31 – O espaço privado exterior. Planta da escola ao ar livre de Johannes Duiker, Amsterdão, Holanda

²⁵ HERTZBERGER, Herman, *Space and the Architect*, Roterdão, 010 Publishers, 2000, p. 218

Trazer o exterior para dentro do objecto arquitectónico foi uma ideia explorada por alguns ao pensar a escola no início do século XX, e a escola ao ar livre em Amsterdão, de Johannes Duiker, é um exemplo paradigmático de como o espaço privado, ao abrir-se para o exterior, ganha uma inteira nova dimensão, mesmo não estando ao nível térreo. O espaço torna-se imediatamente mais ambíguo perante a ausência de quaisquer barreiras físicas, e a contaminação de sons e odores do exterior para o espaço do edifício implica uma apreensão completamente diferente: o usuário encontra-se de facto num lugar exterior, ainda que coberto. Pensar um espaço como um lugar exterior, ainda que albergue exactamente a mesma função do que se fosse fechado, modifica-o fundamentalmente ao ser colocado em confronto com o espaço público adjacente. Por outro lado, à área envolvente somam-se as vivências do interior do edifício, tornando o espaço público mais saturado de humanidade.

Esta contaminação entre privado e público ao abrir-se um para o outro pode também acontecer dentro do próprio objecto arquitectónico, sendo o edifício de escritórios Centraal Beheer em Apeldoorn, Holanda, um grande exemplo. Neste projecto, Hertzberger desenha todo o complexo através de uma lógica modular, onde cada indivíduo tem o seu próprio lugar num “povoado de unidades semelhantes a torres”²⁶, o que significa que existe por si só uma lógica organizacional em que o espaço entre as torres é livre, potencializando a relação entre estas unidades através de passagens transversais que misturam peremptoriamente a circulação pública com o espaço privado dentro do próprio edifício. Mas para além desta organização em planta, o modo como os gabinetes são pensados muda determinantemente a apropriação do edifício: em vez de divisões enclausuradas, cada gabinete é um módulo desenhado como uma varanda com ligação visual quer para o espaço público em baixo, quer para as outras unidades de trabalho. Ora, este somatório de plataformas de trabalho numa grelha ortogonal tridimensional vai propositadamente confundir a relação entre espaços públicos e privados; o utilizador nunca está de facto num ou noutro, mas sim num espaço permanente de transição.

²⁶ HERTZBERGER, Herman, *Op. cit.*, p. 90



Figura 32 – A interpenetração de espaços públicos e privados. Edifício Centraal Beheer de Herman Hertzberger, Apeldoorn, Holanda



Figura 33 – A relação visual entre espaços privados. Edifício Centraal Beheer de Herman Hertzberger, Apeldoorn, Holanda

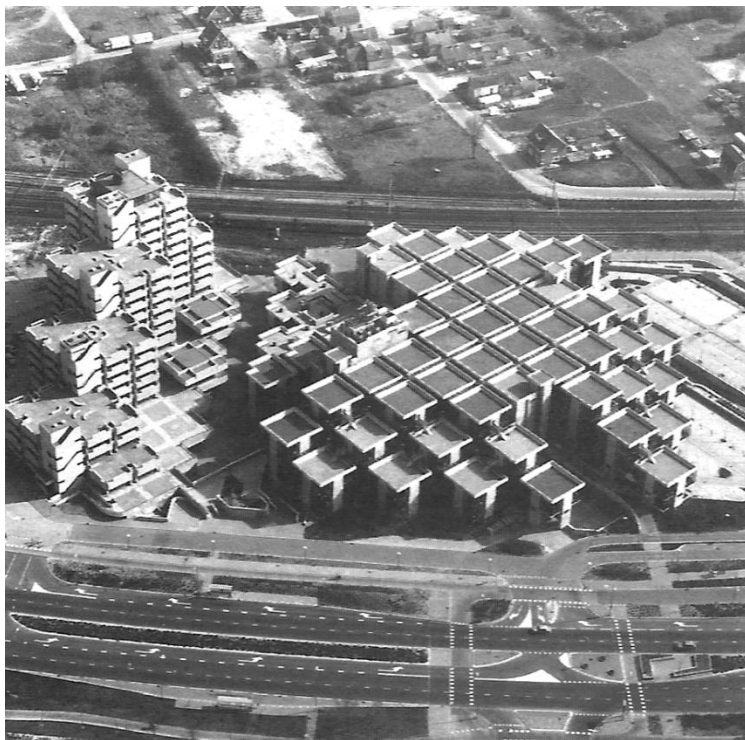


Figura 34 – A lógica modular de espaços privados na construção de um edifício complexo. Edifício Centraal Beheer de Herman Hertzberger, Apeldoorn, Holanda

Capítulo 4: Memória do projecto

A colina e a cerca

O tema que enquadrou o enunciado do trabalho para a disciplina de Laboratório de Projecto VI, no qual assenta este trabalho de Projecto Final de Mestrado, tinha como título "Construir no Construído". Tendo em conta o contexto urbano da cidade de Lisboa e da colina de Sant'Ana em particular, é um título apropriado, ao considerarmos a contínua transformação do tecido urbano da cidade, da sua consolidação e da construção da sua identidade.

Ao analisar a consolidação história do contexto urbano da colina de Sant'Ana, torna-se muito claro que os complexos conventuais presentes constituem a génese da organização urbana dessa área, a partir dos quais todo o resto do tecido urbano se desenvolveu. Foi pela sua presença e em relação a eles, como focos de vida urbana que os centros de adoração religiosa constituíam nessa época, que a cidade se consolidou. Ao longo do desenvolvimento e transformação da cidade, esses pedaços de cidade tornaram-se, cada vez mais, elementos caracterizadores das vivências da colina.

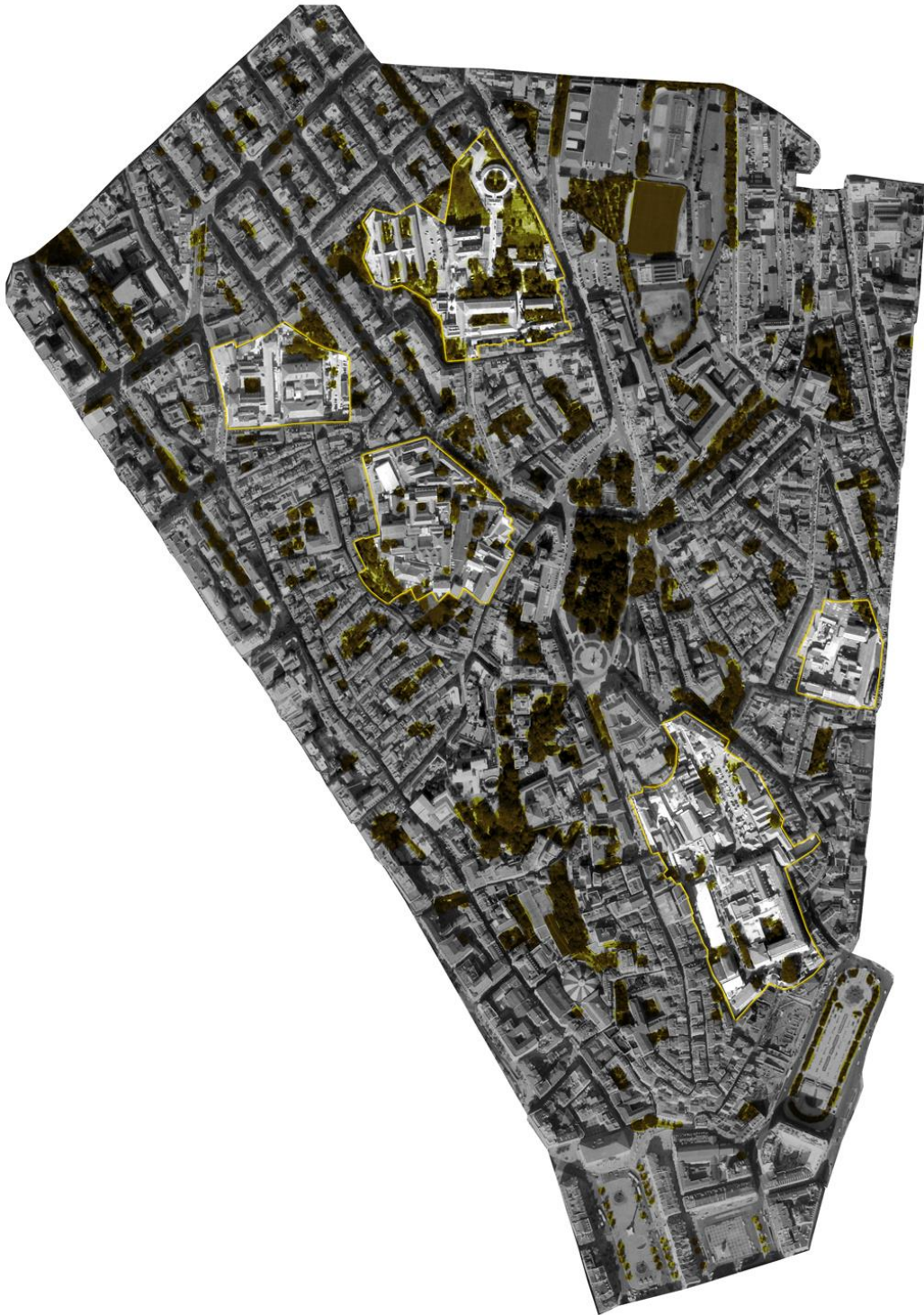


Figura 35 – Ortofotomapa da colina de Sant'Ana com os conventos e as suas cercas a destacado

A relação da colina com as cercas conventuais esbateu-se cada vez mais – e foi resolvida de um modo cada vez menos satisfatório – ao longo dos tempos. Até hoje, o interior das cercas foi tratado como simples terreno a rentabilizar, quando essa não é de todo a lógica que faz sentido, sabendo-se o papel que os jardins servidores tinham para os conventos que serviam. No entanto, a existência destas cercas, destas bolhas de espaço, encravados no meio de um tecido urbano extremamente densificado, abre a porta a possibilidades de apropriação destes espaços pela cidade. Se por um lado considerarmos que estes limites no passado teriam um papel de delimitador e separador entre a área privada e o campo livre, hoje em dia, pelo desenvolvimento da cidade em redor destas cercas, podemos considerar o espaço servidor dos conventos como algo a servir potencialmente uma malha urbana que precisa de aberturas verdes para compensar a sua densificação.

A abertura das cercas às cidades torna-se assim uma proposta necessária face ao contexto urbano actual, possibilitando a apropriação de áreas existentes como públicas, ainda que relativamente enclausuradas. O Jardim do Torel é uma referência na reflexão sobre o que estas áreas podem oferecer à colina de Sant’Ana mediante a sua requalificação.



Figura 36 – Evolução do edificado na cerca dos Capuchos. I. Fundação do convento em 1579; II. A cerca em 1858; III. A cerca actual; IV. A proposta de grupo; V. A proposta individual

O edifício conventual do hospital dos Capuchos sofreu várias modificações formais e de uso ao longo dos séculos. Desde a sua inauguração no século XVI, o edifício e o complexo em redor funcionou como convento de frades, albergou o Asilo de Mendicidade de Lisboa, e a partir de 1928 passou a funcionar como o actual Hospital de Santo António dos Capuchos. A forma do complexo também foi-se modificando ao longo dos tempos para conter novos usos e adaptar-se às necessidades impostas mediante cada subsequente ocupação.

No entanto, as obrigações logísticas que se impunham ao complexo sobrepuaram-se ao interesse de manter a traça original dos edifícios conventuais, e desta forma a memória de um lugar criado num topo da colina e de um edifício servido por áreas de cultivo foi-se perdendo no tempo. Actualmente, a área inserida na cerca conventual é caracterizada pela organização caótica de volumes acrescentados consoante as necessidades hospitalares que se lhe exigiam, pouco ou nada restando da clara hierarquia entre edifícios e lugares que consolidava o espaço interior da cerca.

Nesse sentido, o complexo proposto procura recuperar a organização passada do convento dos Capuchos. Esta é uma conclusão lógica por várias razões: em primeiro lugar, a necessidade de preservar a memória destes lugares conventuais está directamente relacionada com a consolidação da identidade da colina de Sant'Ana, para que se possa construir sobre esta memória no futuro, sem esquecer aquilo em cima do qual se constroem novas realidades. Em segundo lugar, a necessidade acima referida de retomar a lógica de espaços verdes espalhados ao longo da colina, dados pelas cercas conventuais, é encarada com um alvo com benefícios valiosos numa área urbana consolidada, não só por oferecer espaços verdes como também pela própria vertente pública e geradora de vivências urbanas que um espaço assim proporciona, especialmente quando inserida numa zona residencial e de comércio de bairro. E por último, concluiu-se que recuperar de algum modo aspectos da traça inicial seria útil para a potencialização dos edifícios existentes, ao mesmo tempo que os qualificam com novos usos e que se acrescenta mais funcionalidades pelos edifícios propostos, de forma a dinamizar a área da cerca e prepará-la para apropriações futuras.

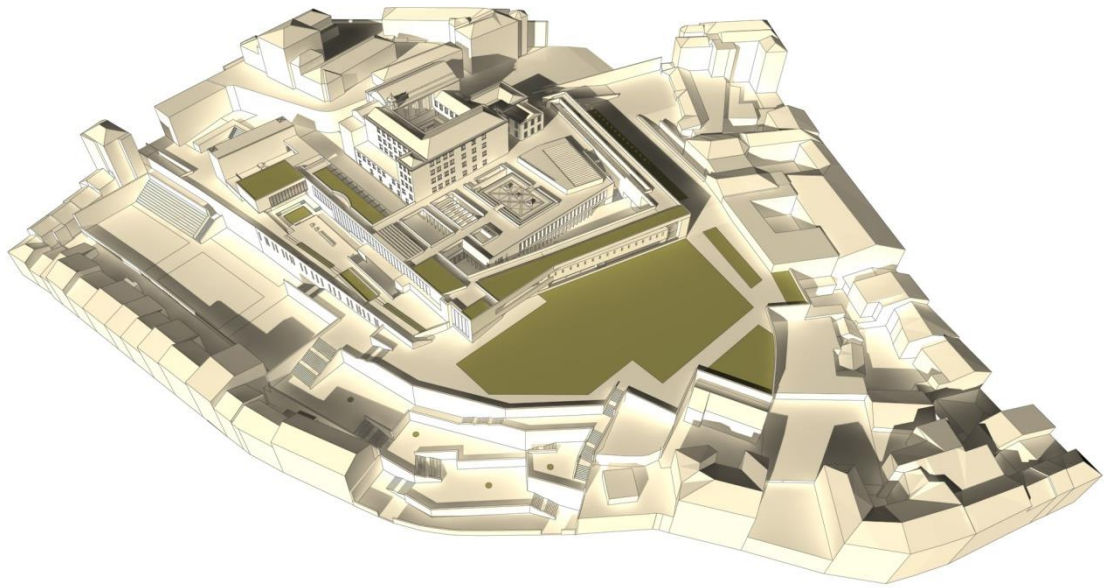


Figura 37 – O projecto proposto inserido no contexto existente da cerca e do quarteirão

Ora, é possível ver pela cartografia histórica que o complexo conventual era constituído, essencialmente, pelo edifício do claustro, rodeado de campos verdes onde os monges cultivavam e de onde retiravam produtos agrícolas. Existia apenas um pátio adjacente ao convento, que realizava a transição de cota entre a área ocupada por edificado e a encosta de jardins e pomares, e oferecia espaço para o edifício conventual respirar. É essa lógica de hierarquização entre campos, plataforma e convento que nos propusemos a recuperar.

A diferença, no entanto, comparativamente ao modo como os ocupantes sucessivos se foram apropriando do terreno circunscrito pela cerca, reside na forma de organizar a introdução de programa novo. No passado, tanto se construía no limite da cerca, de modo a criar frente edificada para as ruas adjacentes; como se alargava o perímetro do complexo ao incluir edifícios adjacentes (o Palácio dos Condes de Murça, edifício integrante do complexo hospitalar, é disto exemplo); como, mais no século XX, se construíram pavilhões em redor do existente, numa lógica mais funcional do que interessada na caracterização com qualidade do interior do espaço da cerca. Nesta proposta, procura-se retomar as linhas do passado, em que a ocupação por edificado em redor do edifício do convento era muito reduzida.

O resultado é a utilização do espaço que constitui a plataforma adjacente a esse edifício para integrar o novo programa. Essa plataforma é por assim dizer esvaziada

do seu conteúdo, mantendo as suas formas gerais, de modo a ser transformada em edifício. Para além disso, essa plataforma é caracterizada por um gesto de fenda ao longo do seu limite, o que permeabiliza o seu interior, conduz os fluxos urbanos para ele, e organiza as funções programáticas no redor do espaço criado. Toda a lógica de apropriação do volume da plataforma, aliás, consiste em abrir fendas verticais, que consoante as suas dimensões cria rasgos de luz, ligações visuais, circulações, ou até mesmo espaço público apropriável pelos utilizadores.

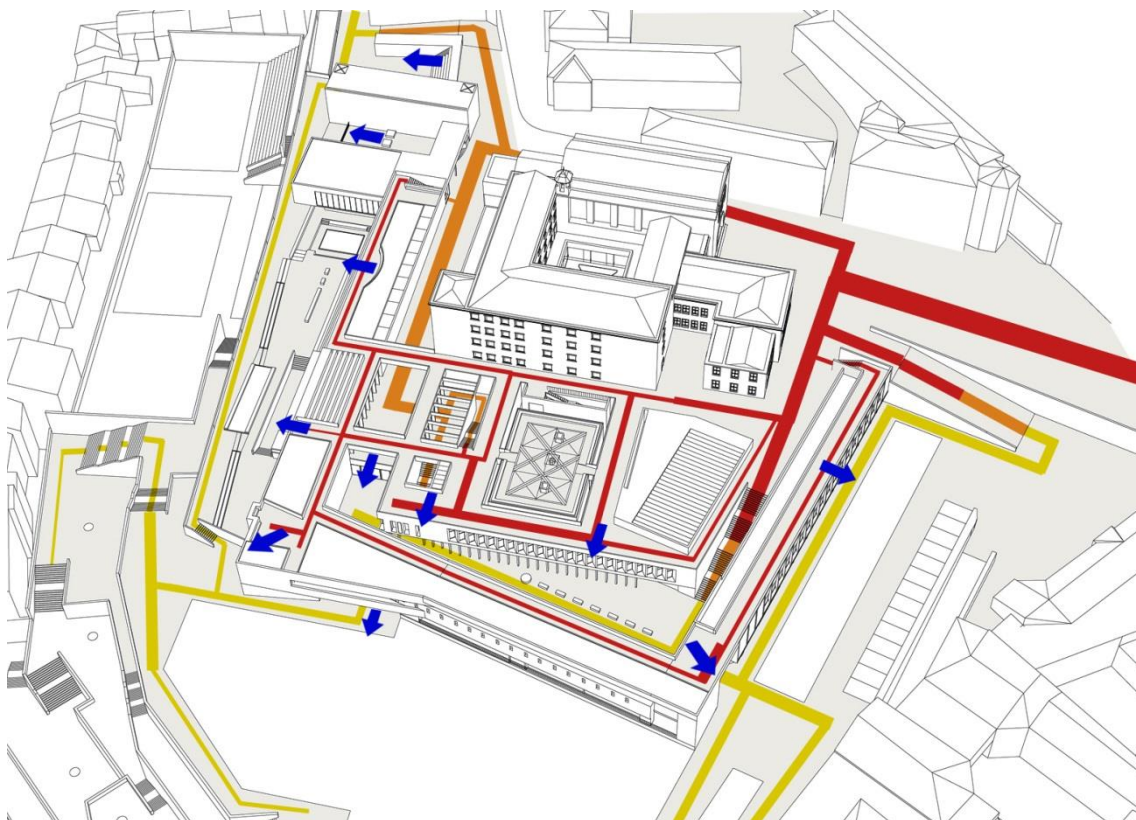


Figura 38 – Percursos, fluxos e vistas no projecto proposto

O programa

O programa proposto relaciona-se intimamente com o contexto de toda a colina de Sant’Ana e das expectativas para o seu futuro. Com a proposta da construção do Hospital de Todos os Santos, no Parque da Bela Vista, os serviços de cinco hospitais da colina de Sant’Ana serão para lá transferidos, sendo por isso desactivados. Tendo em conta que a presença destes equipamentos – não só em área ocupacional no total da colina, como mostra a figura 35, como por constituírem agregadores de tecido

crescido em seu redor – é muito significativa, considerou-se de máxima importância manter o complexo dos Capuchos com actividades associadas ao uso hospitalar ou de saúde, para assegurar a continuidade, e não o colapso, do contexto urbano, que se apoiava fortemente na caracterização da colina que todos estes hospitais fazem. Assim, considerando a grande concentração de comércio da área associado à saúde e o facto da Faculdade de Medicina da Universidade Nova de Lisboa se encontrar muito perto da cerca dos Capuchos, a decisão quanto ao programa passou por usos dedicados à aprendizagem e investigação médica.

Neste sentido, são propostos neste complexo três usos básicos. Em primeiro lugar, uma biblioteca focalizada na bibliografia médica, que sirva a faculdade nas proximidades e que integre, pelo menos em parte, a biblioteca do Hospital de São José. Em segundo lugar, a proposta integra na plataforma um pequeno centro de investigação médica, podendo ser associado à Faculdade de Medicina ou funcionar de modo independente, contendo também um auditório para apresentações e congressos. Em terceiro lugar, propõe-se a reabilitação do edifício conventual num museu, onde possa ser exposto o património museológico, tanto do Hospital de Santo António dos Capuchos, como dos outros hospitais que se prevê serem desactivados.

A lógica que organiza este programa no edifício proposto define-se sobretudo pelo modo como cada área de uso é colocada em confronto com – ou separada de – o espaço exterior seu adjacente. O piso térreo funciona essencialmente como um espaço de chegada. É naturalmente este piso que articula as entradas para os edifícios, oferecendo protecção do exterior e sendo coberto pela massa do piso superior, que se projecta sobre este piso. O piso térreo, na generalidade deste projecto, funciona como espaço de transição entre o exterior e as funções dos pisos superiores. Isto é evidente na entrada leste da biblioteca, ou na entrada sudoeste do centro de investigação.

O piso superior, por seu lado, alberga em si os usos principais do complexo. É no piso superior que todas as funções públicas da biblioteca se concentram, bem como as funções básicas do centro de investigação. O confronto deste piso com o exterior é estabelecido não só pela projecção dos seus volumes sobre os espaços públicos, mas também pelas ligações visuais e sonoras que se estabelecem com o exterior. A rua dos gabinetes do centro de investigação, bem como a ala sul da biblioteca, estão funcionalmente apartadas da área exterior, mas vivencialmente são colocadas em confronto, de modo a que o uso de um permeie a apreensão do outro.

Centro de investigação

- 1. Área laboratorial
- 2. Espaço de convívio
- 3. Entrada para complexo de investigação
- 4. Rua dos gabinetes
- 5. Gabinete
- 6. Sala polivalente
- 7. Sala de reuniões

Auditório

- 8. Foyer
- 9. Auditório
- 10. Camarim

Biblioteca

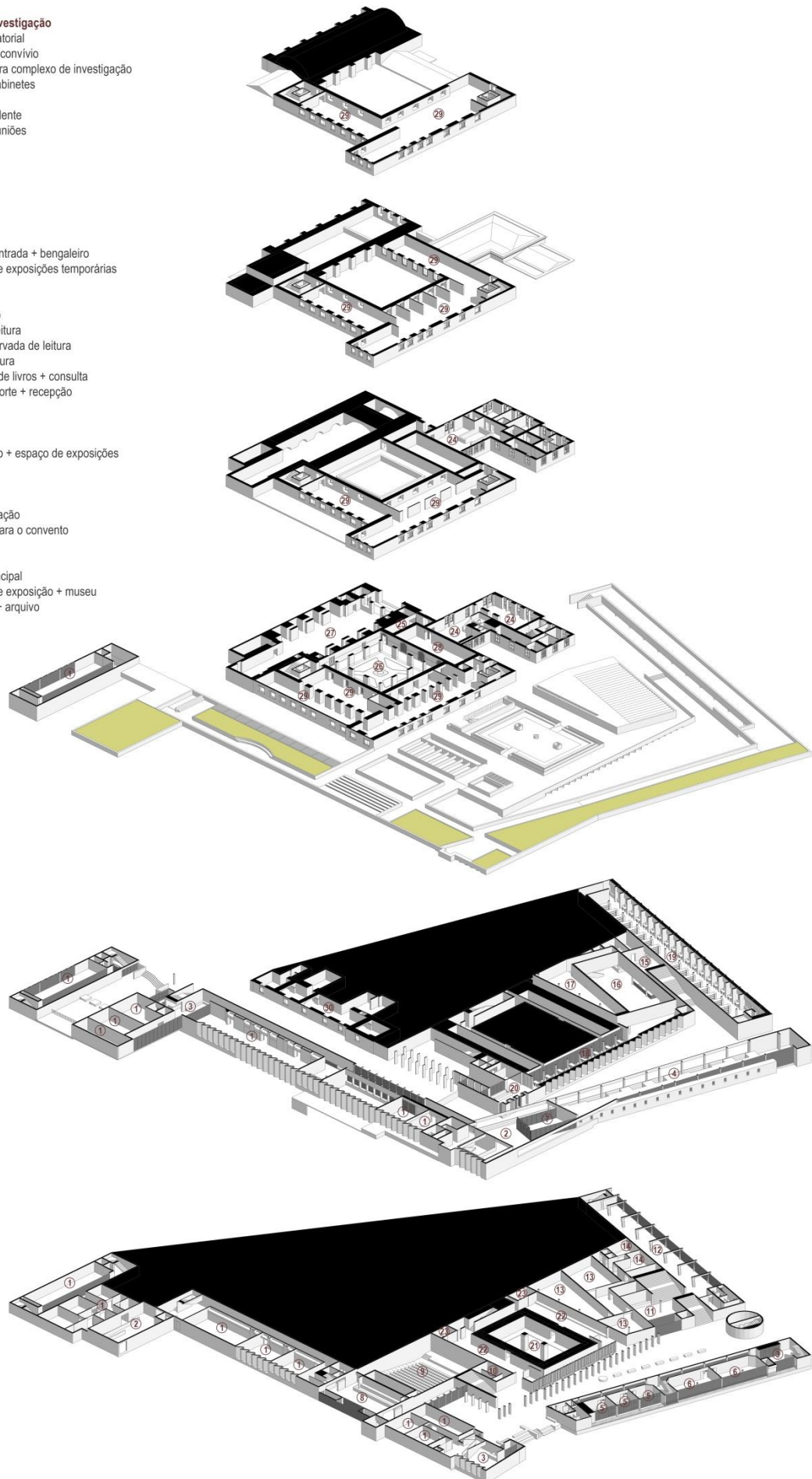
- 11. Átrio de entrada + bengaleiro
- 12. Espaço de exposições temporárias
- 13. Arquivo
- 14. Gabinete
- 15. Recepção
- 16. Átrio de leitura
- 17. Área reservada de leitura
- 18. Ala de leitura
- 19. Depósito de livros + consulta
- 20. Entrada norte + recepção

Cisterna

- 21. Cisterna
- 22. Circulação + espaço de exposições
- 23. Arrumos

Museu

- 24. Administração
- 25. Entrada para o convento
- 26. Claustro
- 27. Igreja
- 28. Salão principal
- 29. Espaço de exposição + museu
- 30. Arrumos + arquivo



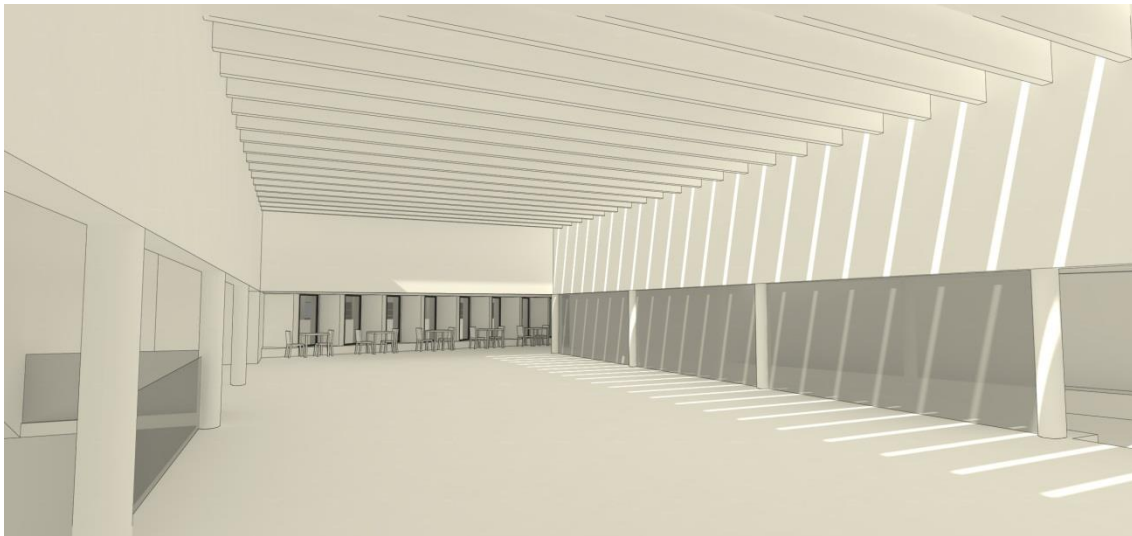


Figura 40 – O átrio de leitura da biblioteca



Figura 41 – O espaço de laboratórios

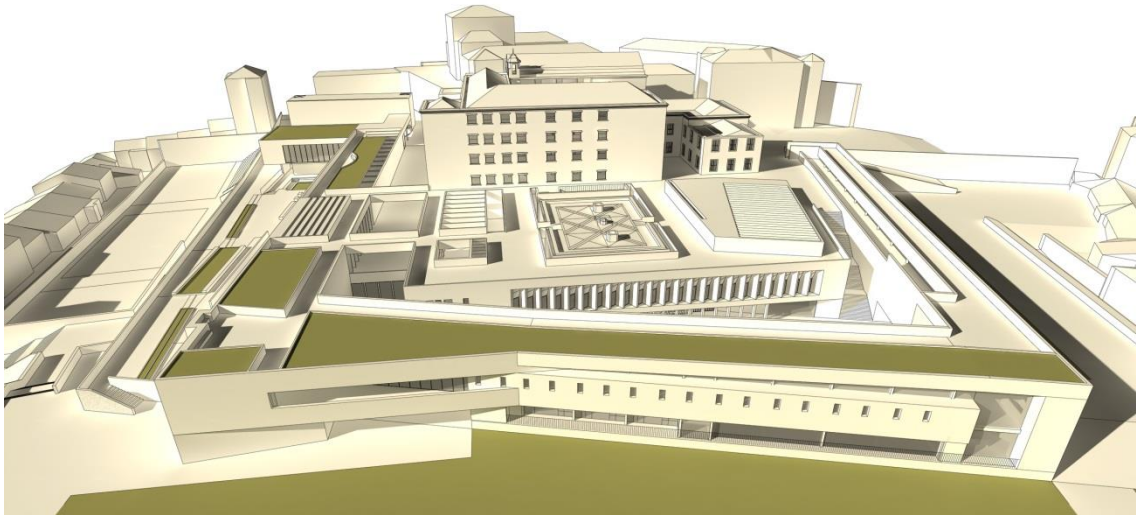


Figura 42 – A plataforma

A plataforma

A preservação da traça da plataforma adjacente ao convento cria toda uma área de circulação e de estadia ao redor do edifício existente, tornando-o relevante e virando as pessoas para ele. Em vez de ser obstruído por edifícios poucos qualificados, o projecto encarou como de máxima importância devolver ao convento tanto as vistas como a plataforma enquanto seu espaço servidor.

Com a introdução de programa no interior do terreno, cria-se uma rede de fluxos urbanos na plataforma – ou na cobertura do edificado proposto – que organiza o espaço associado ao convento. Estas circulações surgem pela necessidade tanto de criar pontos de miradouro e circuitos em redor do convento, como de buscar algumas fontes de luz zenital para o interior da plataforma, surgindo volumes nesta rede de fluxos como consequência desse facto.

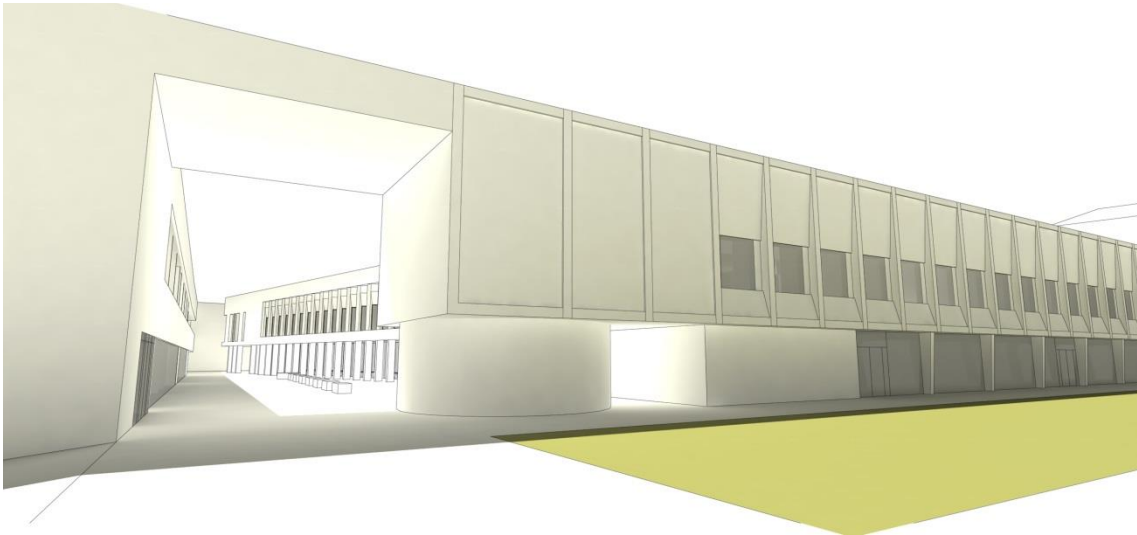


Figura 43 – A entrada

A entrada

Considerou-se uma prioridade, ao pensar este complexo, tornar público e livre o percurso desde a entrada da cerca, a leste, até à porta de qualquer edifício. A ideia de se circular por lugares sucessivamente mais resguardados era importante para poder dar todo este complexo à cidade e para que os utilizadores se pudessem apropriar dele como espaço público. O domínio interior e restrito só começa realmente no momento em que se entra dentro de qualquer edifício no interior da cerca. O lugar conventual é assim de todos os que dele quiserem desfrutar.



Figura 44 – A entrada da biblioteca

A entrada da biblioteca

O espaço exterior que nos leva à entrada leste da biblioteca, que se efectua pelo primeiro piso, tem um conjunto de mecanismos para realizar a transição entre o exterior e o interior – o hall de entrada da biblioteca. A primeira passagem por baixo do volume da biblioteca mostra-nos a espessura do edifício no qual vamos entrar de seguida, e se nos virarmos de costas ao estarmos no patim da escada podemos ter um vislumbre do seu interior. A seguir deparamo-nos com um sistema de colunatas e vigas, que nos indicam que estamos já num espaço associado aos edifícios que o circundam, porque a sua simetria e as suas galerias cobertas expressam a ideia de um pátio já meio interiorizado. Essa área parcialmente coberta pelas vigas, administrativamente, pertence à biblioteca, que se pode servir dela para realizar pequenas exposições ao ar livre, guiando as pessoas pela exposição até à sua entrada definitiva. Uma das galerias conduz-nos para essa entrada, onde a barreira física da porta de vidro nos recebe.



Figura 45 – A ala da biblioteca

A ala da biblioteca

De seguida entramos numa ala de leitura, que nos recebe com um grande envidraçado do nosso lado esquerdo. A luz daí recebida provém de um dos rasgos na plataforma falados anteriormente. A imaterialização do limite desse lado da ala transforma a parede seguinte na parede que realmente delimita o espaço: isso significa que visualmente o espaço expande-se para além da sua barreira física. A luz proveniente de sul reflecte nessa parede e é devolvida ao corredor de leitura, homogeneizando-a.

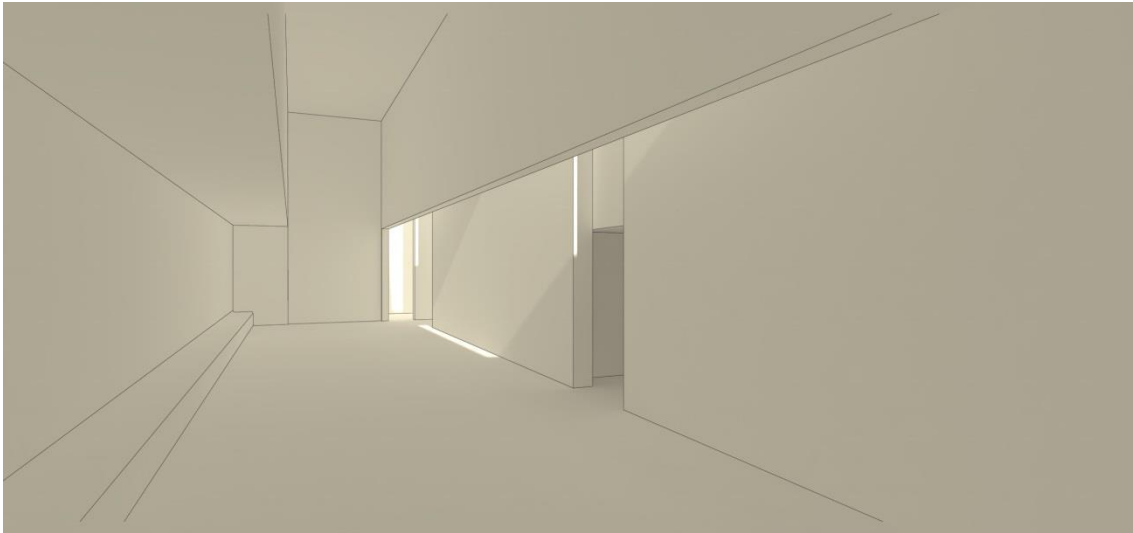


Figura 46 – A cisterna

A cisterna

A parede anteriormente falada constitui a caixa que enclausura a cisterna. Todo o espaço em redor dela é potencialmente livre de ser acedido por quem assim desejar, dado que as entradas para este percurso, no piso térreo, não necessitam de estar fechadas. Assim, a caracterização interior é a mesma do espaço exterior, com as mesmas materialidades e com a mesma escala. Uma fenda é aberta em redor do perímetro da cisterna para trazer luz para este espaço, ao mesmo tempo que clarifica que a circulação é para ser lida como um espaço exterior, mesmo quando alberga algum tipo de evento com controlo nas entradas.

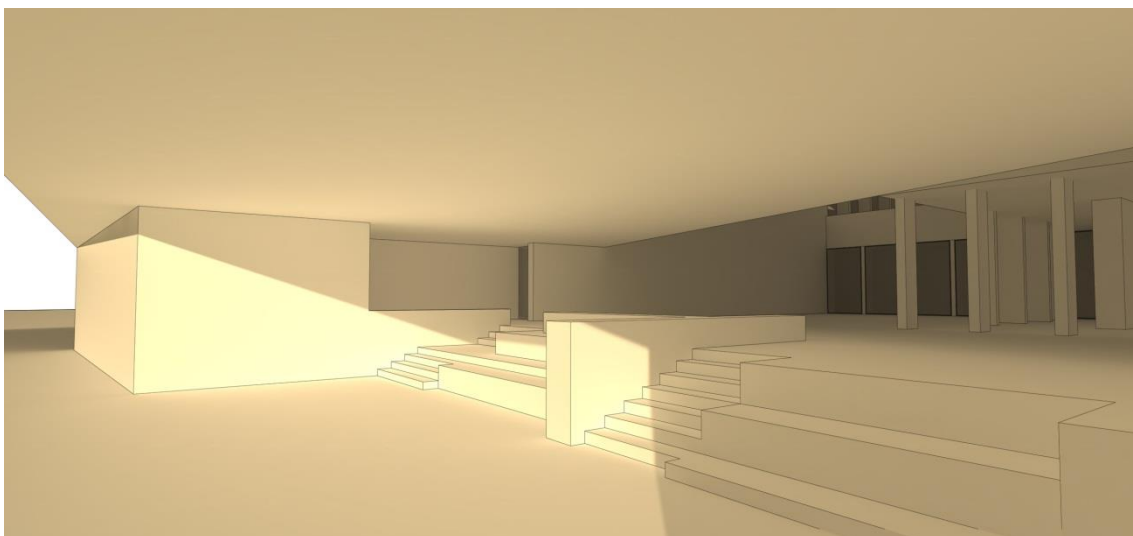


Figura 47 – O piso térreo do corpo de investigação

O piso térreo do corpo de investigação

Considerou-se importante manter a mesma caracterização material do piso térreo do corpo de investigação, quer na área de circulação da secção de gabinetes, quer na entrada sudoeste. O prolongamento no corredor dos gabinetes dilui de certa forma a barreira física do envidraçado, trazendo o espaço público para dentro do edifício. Tal como na ala sul da biblioteca, a parede do piso térreo é a parede interior entre o corredor e os gabinetes, não o plano de vidro.

A continuidade dos materiais também acontece na entrada para o complexo de investigação pelo piso térreo, mas por ser uma entrada, existe um grupo de mecanismos para facilitar essa transição. Em primeiro lugar, o facto de essa zona de entrada estar coberta diferencia logo à partida esse espaço da área pública a descoberto. Depois, caracteriza-se essa área com um conjunto de bancos e de escadarias viradas para sul, colocando em confronto a paisagem com este lugar e tornando-o um espaço de estadia. A entrada é então realizada de um modo quase sifonado, como se de um biombo entre espaços da mesma divisão se tratasse. Se a diferenciação entre áreas é feita pelo jogo de paredes, a sua continuidade é assegurada pela caracterização semelhante, ainda que se entre num domínio interior.



Figura 48 – O átrio do auditório

A questão relevante a realçar no átrio do auditório é a ligação visual entre este e o corredor de circulação que se projecta para dentro deste espaço de chegada. O auditório tem a capacidade de funcionar de um modo independente do resto dos usos, mas o facto de ser visível a circulação dos investigadores pelas áreas de investigação que ladeiam o auditório caracteriza automaticamente este espaço como algo que constitui parte integrante de um complexo maior. Assim, o auditório ganha uma caracterização específica quanto ao tipo de apresentações que se espera desse espaço, dado a proximidade e o contacto visual com investigadores que ali trabalham.



Figura 49 – A rua dos gabinetes

A rua dos gabinetes

Procurou-se formular uma nova lógica não só de relacionar os gabinetes com as áreas laboratoriais, como também de transformar o modo de se apropriar estes espaços, geralmente caracterizados por longos corredores estreitos com pouca ou nenhuma luz.

O primeiro princípio a guiar o desenho da área de gabinetes foi o desejo de torná-la numa área de convívio entre investigadores, e não a simples passagem de e para gabinetes. Neste sentido, a organização do complexo em duas alas – uma de laboratórios, outra de gabinetes – organizados uma em relação à outra em forma de L, obriga os trabalhadores a cruzarem-se no nó entre elas, que se torna o espaço central de socialização e troca de ideias.

Em segundo lugar, tornar o acesso aos gabinetes em algo mais do que o mero corredor foi imperativo para quebrar o isolamento de que muitas vezes este tipo de áreas padece. A circulação tem assim bancos corridos no lado oposto ao da parede dos gabinetes, e junto a esta encontram-se vários bancos dispostos de maneira pseudo-aleatória. Estas características, junto com a largura do corredor maior do que o comum, contribuem para criar espaços de convívio e troca de ideias entre investigadores. A coincidência da estrutura com o início de cada gabinete ajuda a caracterizar cada banco corrido em directa oposição a cada gabinete como o seu espaço particular de troca de conhecimentos, sendo assim um prolongamento exterior do gabinete.

Foi achado também necessário quebrar o modo de desenhar o tecto, para que a forma de apropriar o espaço fosse diferente da de uma circulação comum. Uma circulação é um espaço servidor dos gabinetes a que as pessoas querem aceder, mas para este espaço ser intuitivamente vivido como algo mais, a cobertura da circulação foi colocada num plano acima do tecto dos gabinetes. Abre-se assim a ligação luminosa entre a fachada sul e a circulação (orientada a norte), libertando-a, e coloca-se um pé direito maior em comparação com o dos gabinetes. Este espaço é assim lido como algo intermédio, uma transição entre o interior e o exterior. Juntamente com o facto de o corredor não ter qualquer controlo físico para o exterior, para além do facto de que o módulo do gabinete recua e avança a gosto para criar bolsas mais ou menos estreitas, toda esta circulação ganha uma dimensão de “rua interior”, local de convívio e de reflexão da comunidade científica que ali trabalha.

Conclusão

Propôs-se com a elaboração deste trabalho a exploração de um tema e de questões que são incontornáveis na prática de projecto, no estudo da história da arquitectura ou na discussão em áreas como a antropologia do espaço ou a fenomenologia da arquitectura: o modo como um objecto arquitectónico articular uma multiplicidade de espaços que cumprem funções de cariz distinto, complementar ou oposto, e como a preservação dessas funções acontece associado a uma peça singular de arquitectura.

Especificamente, sugeriu-se uma abordagem de estudo das dimensões espaciais exterior/interior e público/privado que qualquer edifício contém, procurando-se uma reflexão – apoiada no estudo histórico, conceptual e construtivo destas dicotomias – sobre as seguintes questões: (1) o modo como o objecto arquitectónico se insere num tecido urbano existente, gerando espaço público e novas vivências a ele associadas, ao mesmo tempo que o objecto ganha raízes na memória da cidade de modo a ser apropriável; (2) a necessidade do edifício estabelecer um limite entre o seu exterior e o seu interior, o seu espaço público e o seu espaço privado, como esse limite distingue ou separa esses lugares contrastantes, e como o próprio limite se expande de modo a dar lugar a um terceiro espaço intermediário, tornando-se transição agregadora de espaços distintos; (3) em que contextos socioculturais e sob que condições

geográficas e topográficas surgem determinados modos de realizar a transição entre lugares opostos, como o desenho da transição assenta no cumprimento de necessidades construtivas, funcionais ou vivenciais, e que tipo de transições concretas são realizadas conforme as necessidades e os objectivos propostos.

A necessidade de confrontar e apoiar a investigação teórica e conceptual com casos projectuais concretos foi uma constante ao longo do trabalho, para que a investigação realizada fosse proveitosa para a prática da arquitectura e para o aprofundamento de conhecimentos do arquitecto. Nesse sentido, foram apresentados vários casos de estudo que expressam concretamente os conceitos teóricos apresentados; para além disso, o capítulo onde se apresenta o projecto proposto coloca em evidência muitas das ideias apresentadas no corpo do texto da dissertação. Mais do que uma exposição histórica ou teórica, propôs-se mostrar de que forma o estudo destes domínios é importante para a vertente prática da disciplina da arquitectura: especificamente, por que os temas do limite, da transição e do confronto exterior/interior e público/privado são fulcrais para compreender como o edifício se relaciona com o utilizador, como o objecto arquitectónico potencializa vivências específicas para a comunidade.

Contagem de palavras 11692

Bibliografia

HERTZBERGER, Herman

Lições de Arquitectura

São Paulo, Martins Fontes, 2006

HERTZBERGER, Herman

Space and the Architect

Roterdão, 010 Publishers, 2000~

LIGTELIJN, Vincent

Aldo van Eyck Works

Alemanha, Birkhäuser, 1999

MARTINS, João Paulo

Os espaços e as práticas, arquitecturas e ciências sociais: habitus, estruturação e rituais

Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006

NORBERG-SCHULZ, Christian

Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture

Nova Iorque, Rizzoli, 1984

OWEN, David

The Psychology of Space, *The New Yorker*

Nova Iorque, Condé Nast, 21 Janeiro 2013, p. 26-31

ROSSI, Aldo

A Arquitectura da Cidade

Lisboa, Edições Cosmos, 2001

TAÍNHA, Manuel

Textos de Arquitectura

Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2006

TANIZAKI, Junichirō

Elogio da Sombra

Lisboa, Relógio D'Água, 2008

TÁVORA, Fernando

Da Organização do Espaço

Porto, FAUP, 1999

VENTURI, Robert

Complexidade e Contradição na Arquitectura

São Paulo, Martins Fontes, 2004

WESTON, Richard

Plantas, cortes e elevações: Edifícios-chave do século XX

Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2005

Índice de imagens

Figura 1 – Palácio da Razão de Pádua na actualidade

in http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Piazza_erbe_1_con_mercato.JPG

Figura 2 – Planta do Palácio da Razão de Pádua, mostrando a evolução no tempo

in ROSSI, Aldo, A Arquitectura da Cidade, Lisboa, Edições Cosmos, 2001 (p. 44)

Figura 3 – O espaço enclausurado. Monteriggioni, Itália

in NORBERG-SCHULZ, Christian, Genius Loci - Towards a Phenomenology of Architecture, Nova Iorque, Rizzoli, 1984 (p. 167)

Figura 4 – Praça de São Marcos. Veneza, Itália

in NORBERG-SCHULZ, Christian, Genius Loci - Towards a Phenomenology of Architecture, Nova Iorque, Rizzoli, 1984 (p. 173)

Figura 5 – Ligação do edifício com a envolvente. Oslo Opera House, Atelier Snøhetta

in <http://www.archdaily.com/440/oslo-opera-house-snohetta/attachment/11/>

Figura 6 – Secção da Pianta Grande di Roma, Giambattista Nolli. O edifício como gerador de espaço público

in [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Giovanni_Battista_Nolli-Nuova_Pianta_di_Roma_\(1748\)_01-12_cropped.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Giovanni_Battista_Nolli-Nuova_Pianta_di_Roma_(1748)_01-12_cropped.jpg)

Figura 7 – Muro que resguarda jardim da Villa «Le Lac» de Le Corbusier, Vevey, Suíça
in <http://www.designboom.com/design/exploring-the-arresting-light-and-views-of-soane-le-corbusier-11-01-2013/> (foto de Storp Weber Architecture)

Figura 8 – Antecâmara de uma sala de aula na Escola Apollo, de Herman Hertzberger
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 31)

Figura 9 – O lugar de transição. Entrada da Escola de Montessori de Herman Hertzberger, Delft, Holanda
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 20)

Figura 10 – A soleira dentro do edifício. Lar de idosos De Drie Hoven de Herman Hertzberger, Amsterdão, Holanda
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 40)

Figura 11 – O espaço de entrada côncavo do edifício. Escola Montessori de Herman Hertzberger, Delft, Holanda
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 33)

Figura 12 – A sucessão de espaços interiores. Planta do templo egípcio Edfu
in VENTURI, Robert, Complexidade e Contradição na Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2004 (p. 100)

Figura 13 – A penumbra como consequência do sistema construtivo. Edifício tradicional japonês, Kyoto, Japão
in TANIZAKI, Junichirō, Elogio da Sombra, Lisboa, Relógio D'Água, 2008 (p. 31)

Figura 14 – A porta como transição. Edifício Centraal Beheer de Herman Hertzberger, Apeldoorn, Holanda
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 18)

Figura 15 – Entrada na sala de aula da Escola Montessori de Herman Hertzberger, Delft, Holanda
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 30)

Figura 16 – A rua interior. Edifício Cité Napoléon de M. H. Veugny, Paris, França
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 39)

Figura 17 – Planta do lar de idosos De Drie Hoven de Herman Hertzberger, Amsterdão, Holanda
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 61)

Figura 18 – o espaço vivencial no interior do edifício. Lar de idosos De Drie Hoven de Herman Hertzberger, Amsterdão, Holanda
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 61)

Figura 19 – O pé-direito uniforme do edifício. Orfanato de Aldo van Eyck, Amsterdão, Holanda
in LIGTELIJN, Vincent, Aldo van Eyck Works, Alemanha, Birkhäuser, 1999 (p. 91)

Figura 20 – A ambiguidade do espaço interior pela sua caracterização. Orfanato de Aldo van Eyck, Amsterdão, Holanda
in LIGTELIJN, Vincent, Aldo van Eyck Works, Alemanha, Birkhäuser, 1999 (p. 93) (foto de J. J. van der Meyden)

Figura 21 – A sequência de espaços, do exterior para o interior. Planta do orfanato de Aldo van Eyck , Amsterdão, Holanda
in LIGTELIJN, Vincent, Aldo van Eyck Works, Alemanha, Birkhäuser, 1999 (p. 94)

Figura 22 – A transição exterior e privada. Residência típica, Bali
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitetura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 14)

Figura 23 – Planta do módulo do conjunto de habitação para idosos de Aldo van Eyck, Sloterveer, Holanda
in LIGTELIJN, Vincent, Aldo van Eyck Works, Alemanha, Birkhäuser, 1999 (p. 66)

Figura 24 – A soleira como espaço intermediário. Conjunto de habitação para idosos de Aldo van Eyck, Sloterveer, Holanda
in LIGTELIJN, Vincent, Aldo van Eyck Works, Alemanha, Birkhäuser, 1999 (p. 67) (foto de Violette Cornelius)

Figura 25 – A participação do interior do edifício na construção das vivências exteriores. Teatro Markant de Herman Hertzberger, Uden, Holanda
in HERTZBERGER, Herman, Space and the Architect, Roterdão, 010 Publishers, 2000 (p. 147)

Figura 26 – Interior e exterior: a separação e o confronto. Teatro Markant de Herman Hertzberger, Uden, Holanda
in HERTZBERGER, Herman, Space and the Architect, Roterdão, 010 Publishers, 2000 (p. 148)

Figura 27 – O conceito de “keyless structure”. Átrio da Oslo Opera House do atelier Snøhetta
in <http://www.archdaily.com/440/oslo-opera-house-snohetta/attachment/111/>

Figura 28 – A transição como separação. Edifício da Fundação Ford de Kevin Roche e John Dinkeloo, Nova Iorque, EUA
in <http://www.archdaily.com/436653/ad-classics-the-ford-foundation-kevin-roche-john-dinkeloo-and-associates/>

Figura 29 – Planta do edifício da Fundação Ford de Kevin Roche e John Dinkeloo, Nova Iorque, EUA
in WESTON, Richard, Plantas, cortes e elevações- Edifícios-chave do século XX, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2005 (p. 151)

Figura 30 – A penetração da circulação exterior no volume. Carpenter Center for the Visual Arts de Le Corbusier, Cambridge, EUA
in <http://jessearongreen.com/files/ccva1>

Figura 31 – O espaço privado exterior. Escola ao ar livre de Johannes Duiker, Amsterdão, Holanda
Fonte desconhecida

Figura 32 – A interpenetração de espaços públicos e privados. Edifício Centraal Beheer de Herman Hertzberger, Apeldoorn, Holanda
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 23)

Figura 33 – A relação visual entre espaços privados. Edifício Centraal Beheer de Herman Hertzberger, Apeldoorn, Holanda
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 195)

Figura 34 – A lógica modular de espaços privados na construção de um edifício complexo. Edifício Centraal Beheer de Herman Hertzberger, Apeldoorn, Holanda
in HERTZBERGER, Herman, Lições de Arquitectura, São Paulo, Martins Fontes, 2006 (p. 134)

Figura 35 – Ortofotomapa da Colina de Sant'Ana com os conventos e as suas cercas a destacado
Imagem elaborada pelo autor

Figura 36 – Evolução do edificado na cerca dos Capuchos. I. Fundação do convento em 1579; II. A cerca em 1858; III. A cerca actual; IV. A proposta de grupo; V. A proposta individual
Imagem elaborada pelo autor

Figura 37 – O projecto proposto inserido no contexto existente da cerca e do quarteirão
Imagem elaborada pelo autor

Figura 38 – Percursos, fluxos e vistas no projecto proposto
Imagem elaborada pelo autor

Figura 39 – Axonometria do programa por pisos
Imagem elaborada pelo autor

Figura 40 – O átrio de leitura da biblioteca
Imagem elaborada pelo autor

Figura 41 – O espaço de laboratórios
Imagem elaborada pelo autor

Figura 42 – A plataforma
Imagem elaborada pelo autor

Figura 43 – A entrada
Imagem elaborada pelo autor

Figura 44 – A entrada da biblioteca
Imagem elaborada pelo autor

Figura 45 – A ala da biblioteca
Imagem elaborada pelo autor

Figura 46 – A cisterna
Imagem elaborada pelo autor

Figura 47 – O piso térreo do corpo de investigação
Imagem elaborada pelo autor

Figura 48 – O átrio do auditório
Imagem elaborada pelo autor

Figura 49 – A rua dos gabinetes
Imagem elaborada pelo autor

Anexos

Painéis finais A1



Planta de Lisboa de 1785

Planta de Lisboa de 1910



Vista do complexo dos Capuchos a partir do Castelo de São Jorge



Vista do complexo dos Capuchos a partir do miradouro de São Pedro de Alcântara



1. Hospital de Santa Marta
2. Hospital Miguel Bombarda
3. Hospital de Santo António dos Capuchos
4. Hospital de São José
5. Hospital do Desterro

Ao analisar a consolidação histórica do contexto urbano da colina de Sant'Ana, torna-se muito claro que os complexos conventuais presentes constituem a génese da organização urbana dessa área, a partir dos quais todo o resto do tecido urbano se desenvolveu. Foi pela sua presença e em relação a eles, como focos de vida urbana que os centros de adoração religiosa constituíram nessa época, que a cidade se consolidou. Ao longo do desenvolvimento e transformação da cidade, esses pedaços de cidade formaram-se, cada vez mais, elementos caracterizadores das vivências da colina.

A relação da colina com as cercas conventuais esbateu-se cada vez mais – e foi resolvida de um modo cada vez menos satisfatório – ao longo dos tempos. Até hoje, o interior das cercas foi tratado como simples terreno a rentabilizar, quando essa não é de todo a lógica que faz sentido, sabendo-se o papel que os jardins servidores tinham para os conventos que serviam. No entanto, a existência destas cercas, destas bolhas de espaço, encravadas no meio de um tecido urbano extremamente densificado, abre a porta a possibilidades de apropriação destes espaços pela cidade. Se por um lado considerarmos que estes limites no passado teriam um papel de delimitador e separador entre a área privada e o campo livre, hoje em dia, pelo desenvolvimento da cidade em redor destas cercas, podemos considerar o espaço servidor dos conventos como algo a servir potencialmente uma malha urbana que precisa de aberturas verdes para compensar a sua densificação.

A abertura das cercas às cidades torna-se assim uma proposta necessária face ao contexto urbano actual, possibilitando a apropriação de áreas existentes como públicas, ainda que relativamente enclausuradas. Os jardins existentes na colina são referências na reflexão sobre o que estas áreas podem oferecer à colina de Sant'Ana mediante a sua requalificação.

Planta de Lisboa actual

CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: Apropriações do Convento e da Cerca dos Capuchos
 Relações entre exterior e interior, público e privado no objecto arquitectónico

Candidato: Pedro Diogo Correia Lacerda da Silva Leitão
 Orientador científico: Professor Doutor Luís Filipe Ferreira Afonso
 Co-orientador: Professor Arquitecto António Pedro Pacheco

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2014

Contexto histórico da colina de Sant'Ana
 Existente na cerca dos Capuchos



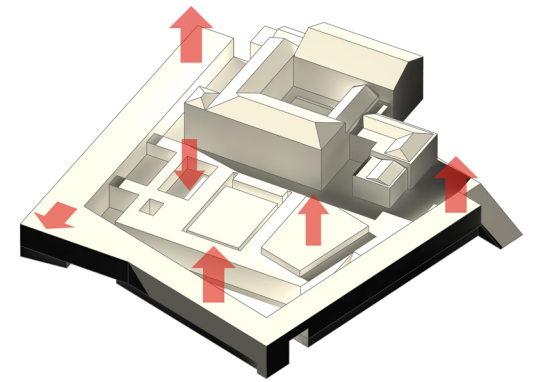
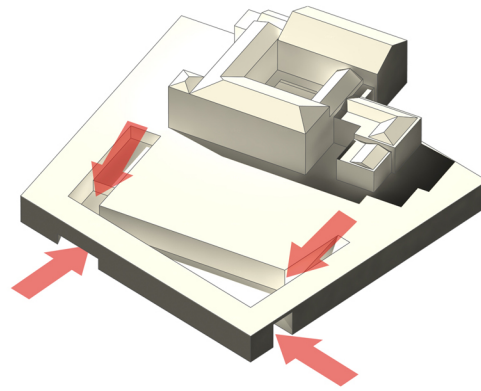
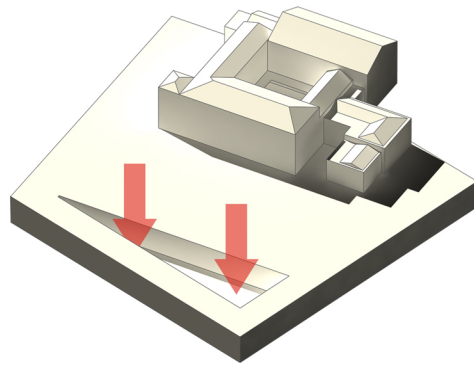
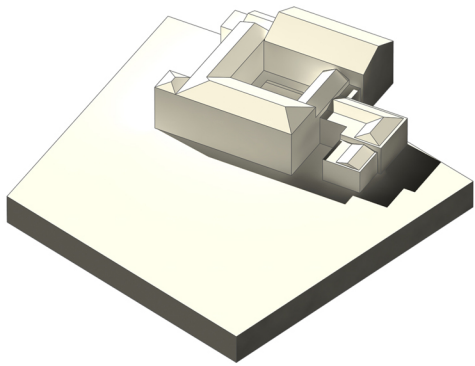
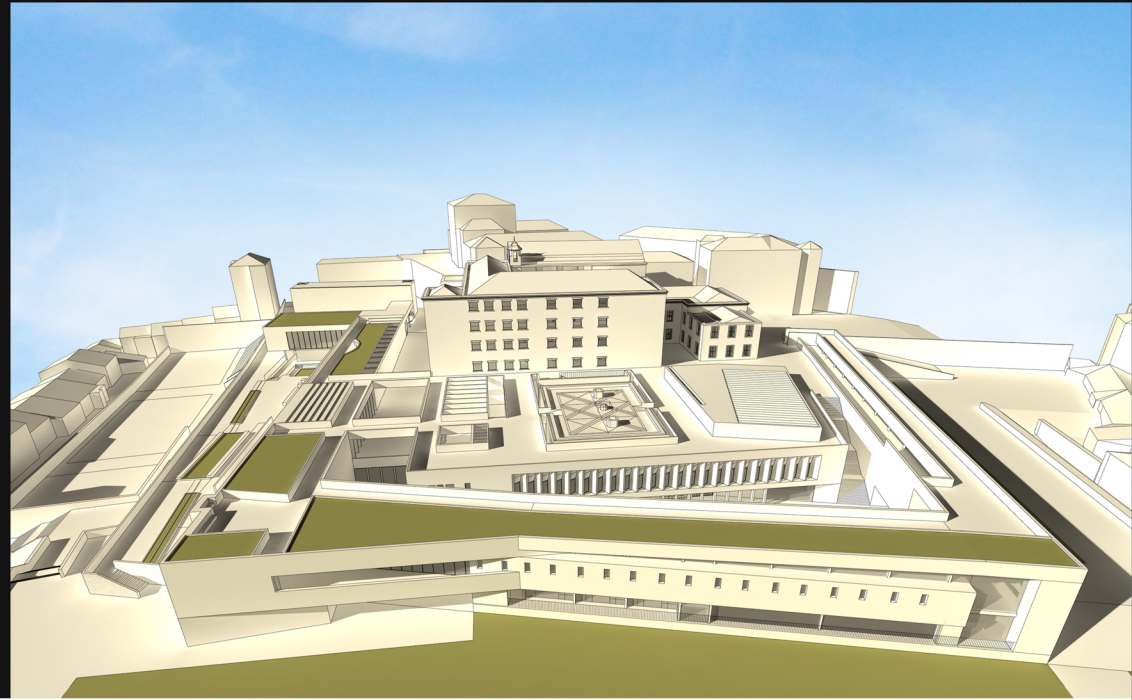
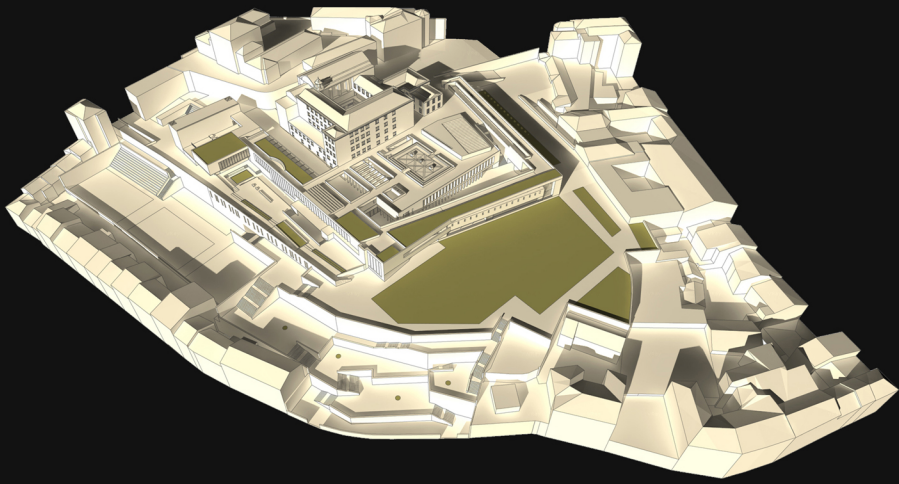
Fundação do convento em 1579

A cerca em 1858

A cerca actual

A proposta de grupo

A proposta individual



A configuração do terreno existente em redor do Convento de Santo António dos Capuchos, ignorando os edifícios posteriormente acrescentados ao complexo, é de uma plataforma virada a sul que serve o edifício original, fornecendo-lhe assim espaço exterior adjacente e facilitando uma transição entre o edificado e os campos de cultivo que existiam na periferia da cerca.

Assim, proposta projectual concentra-se num primeiro momento em limpar os edifícios supérfluos e em clarificar este gesto claro de plataforma entre convento e jardim, recuperando a memória passada deste lugar e criando novas possibilidades de apreensão do complexo pela cidade.

O conceito que impulsionou o estudo desta proposta foi o de transformar a ocupação da plataforma em edificado, esvaziando-a de terreno e reformulando-a com a inserção de programa na base do convento. Naturalmente, pela profundidade da plataforma, isto implicou desenhar um primeiro rasgo longitudinal nesta, de forma a criar várias frentes edificadas no interior da plataforma.

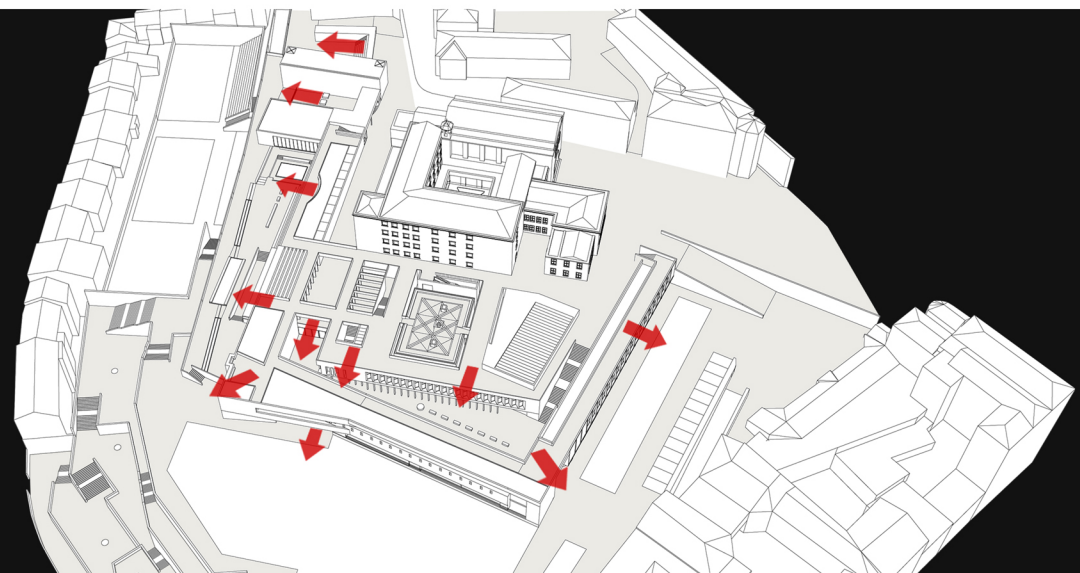
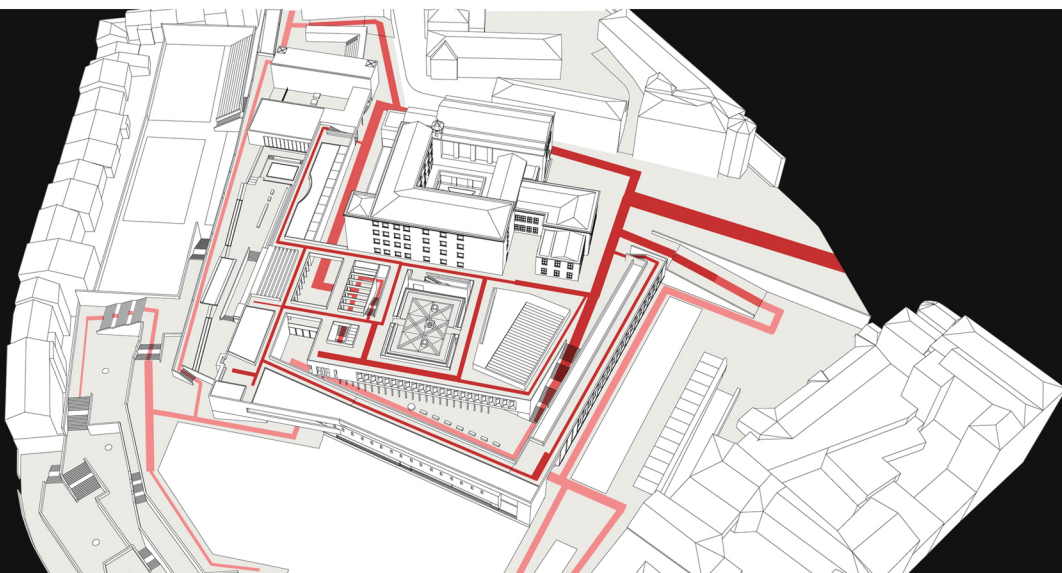
Esta ideia possibilita a preservação dos volumes existentes, ao mesmo tempo que cria novos usos para a plataforma - e por extensão para o convento e todo o complexo - que vão ditar novos modos de viver o interior da cerca, reutilizando-o num novo contexto histórico, social e urbano.

Para aceder ao rasgo na plataforma foram criadas um conjunto de entradas em redor, de modo a esse espaço público ser acessível por vários percursos e várias cotas. A permeabilidade deste novo espaço público foi tida como fundamental para o caracterizar e tornar relevante no contexto do complexo, como novo espaço central e organizador do projecto proposto.

Com a criação destas entradas surge um conjunto de relações entre exterior e interior da plataforma antes vedadas, tornando assim este volume em algo apropriável e percorível de vários modos, por vários níveis e através de vários usos. A sua presença deixa de se reduzir à sua fiscalidade.

Aumentar a cota do perímetro da plataforma tem uma função de tornar esta mais claramente uma barreira entre esse limite e o seu interior, acentuando a presença da plataforma, ao mesmo tempo que abre mais possibilidades na apropriação do seu interior.

Ao se abrir mais alguns rasgos pontuais no volume existente, bem como pela presença de novos volumes, criam-se novos percursos, vistas e iluminações. Isso tem como consequência o aumento de modos de se circular pelo complexo, bem como uma reorganização do plano de cota superior da plataforma. Tudo isto torna a vivência desta proposta mais complexa, ao passo que se integram vários usos servidos por estes novos espaços.



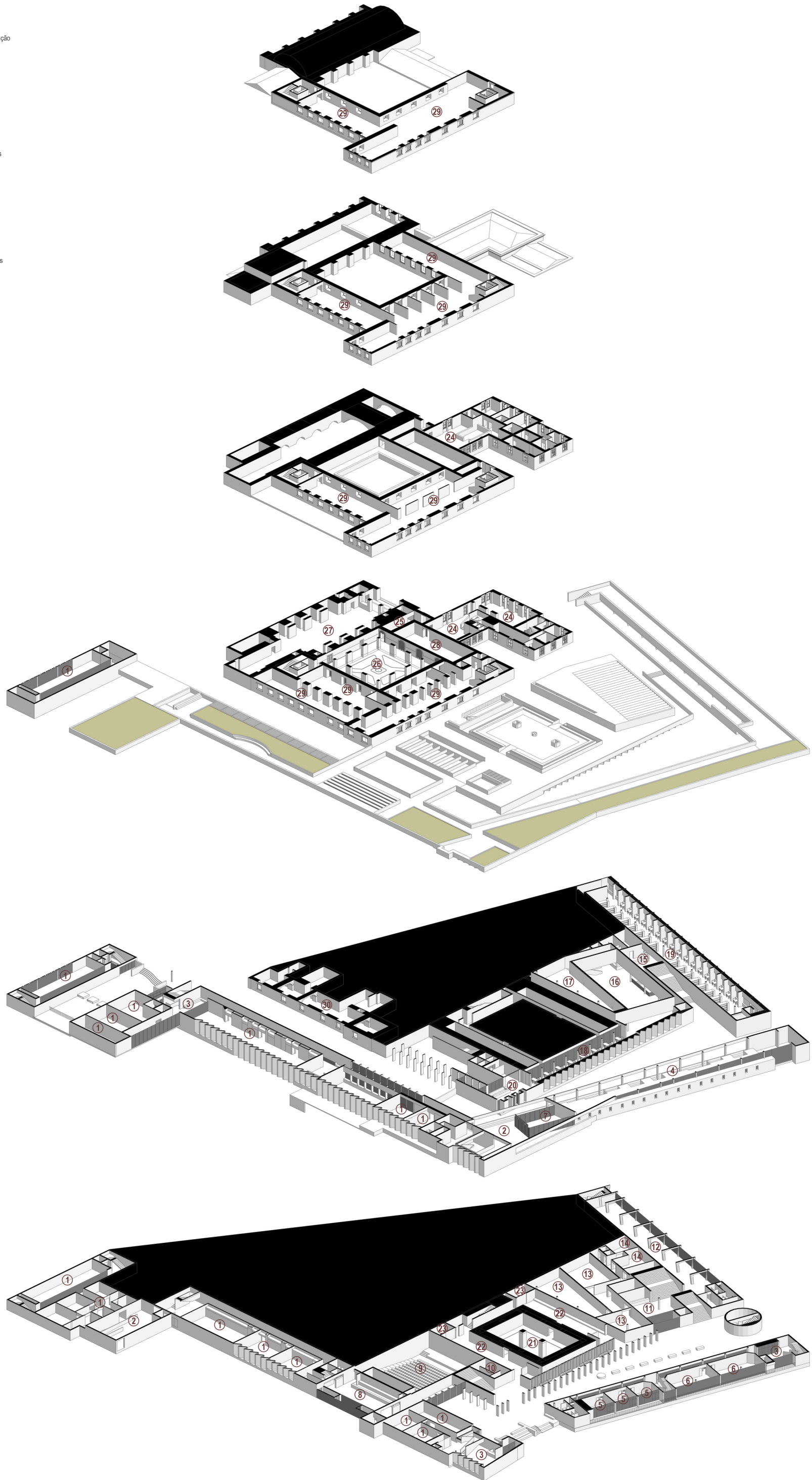
- Centro de investigação**
1. Área laboratorial
 2. Espaço de convívio
 3. Entrada para complexo de investigação
 4. Rua dos gabinetes
 5. Gabinete
 6. Sala polivalente
 7. Sala de reuniões

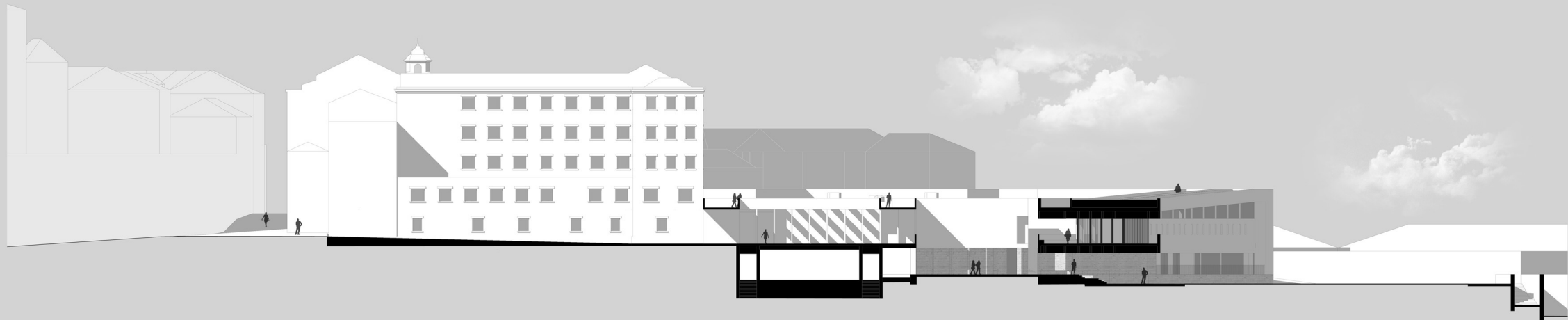
- Auditério**
8. Foyer
 9. Auditério
 10. Camarim

- Biblioteca**
11. Átrio de entrada + bengaleiro
 12. Espaço de exposições temporárias
 13. Arquivo
 14. Gabinete
 15. Recepção
 16. Átrio de leitura
 17. Área reservada de leitura
 18. Ala de leitura
 19. Depósito de livros + consulta
 20. Entrada norte + recepção

- Cisterna**
21. Cisterna
 22. Circulação + espaço de exposições
 23. Arrumos

- Museu**
24. Administração
 25. Entrada para o convento
 26. Claustro
 27. Igreja
 28. Salão principal
 29. Espaço de exposição + museu
 30. Arrumos + arquivo





CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: Apropriações do Convento e da Cerca dos Capuchos
 Relações entre exterior e interior, público e privado no objecto arquitectónico

Candidato: Pedro Diogo Correia Lacerda da Silva Leitão
 Orientador científico: Professor Doutor Luís Filipe Ferreira Alonso
 Co-orientador: Professor Arquitecto António Pedro Padroco
 Lisboa, 26 de Fevereiro de 2014



Planta Piso Terço 1:500
 Corte BB: 12:1:200

04



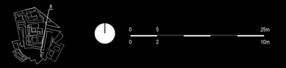
CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: Apropriações do Convento e da Cerca dos Capuchos
 Relações entre exterior e interior, público e privado no objecto arquitectónico

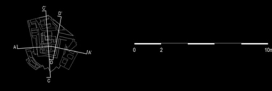
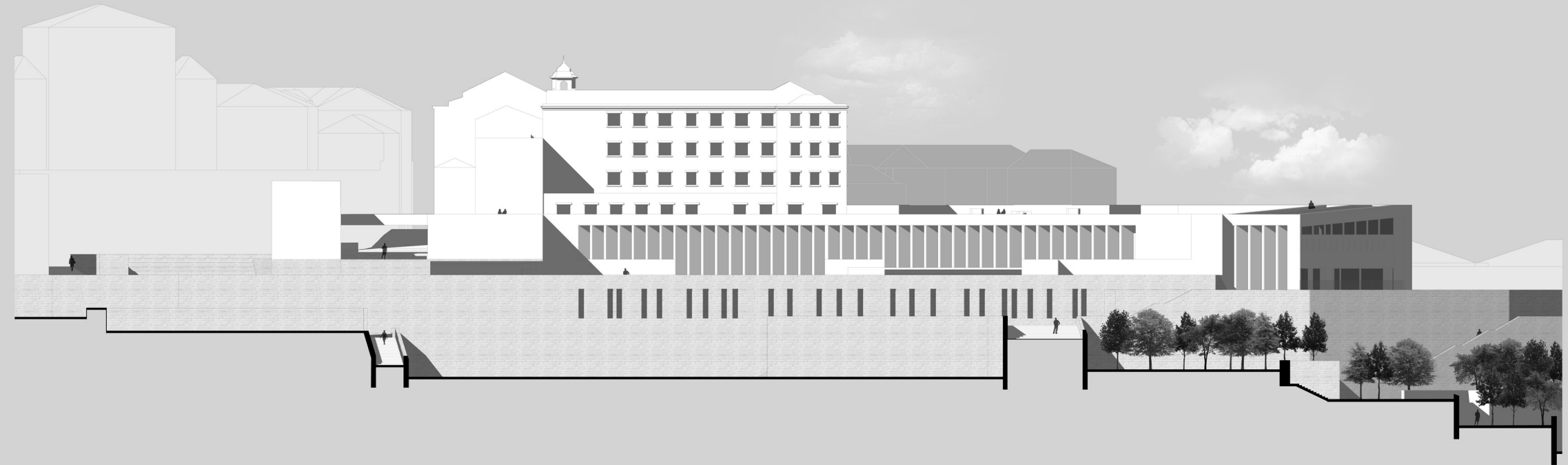
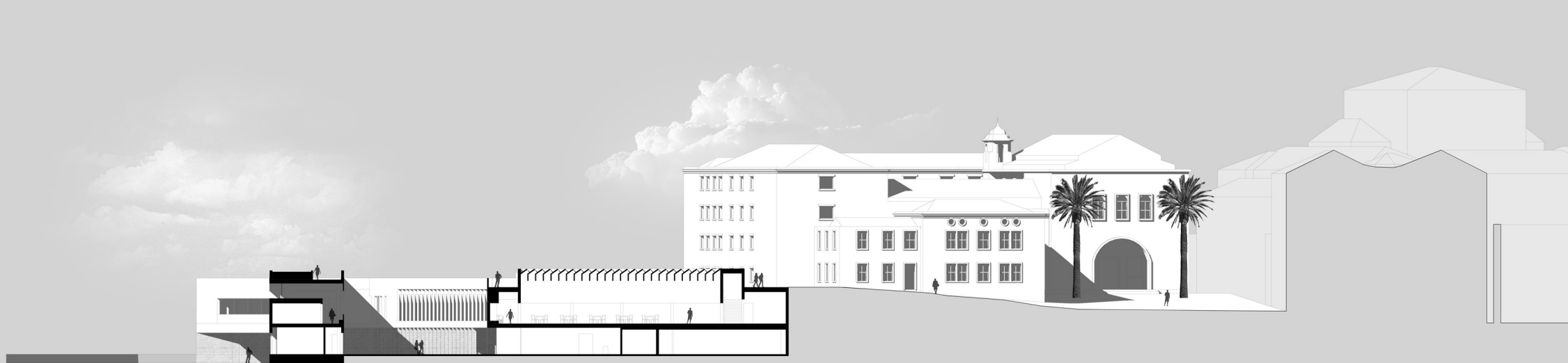
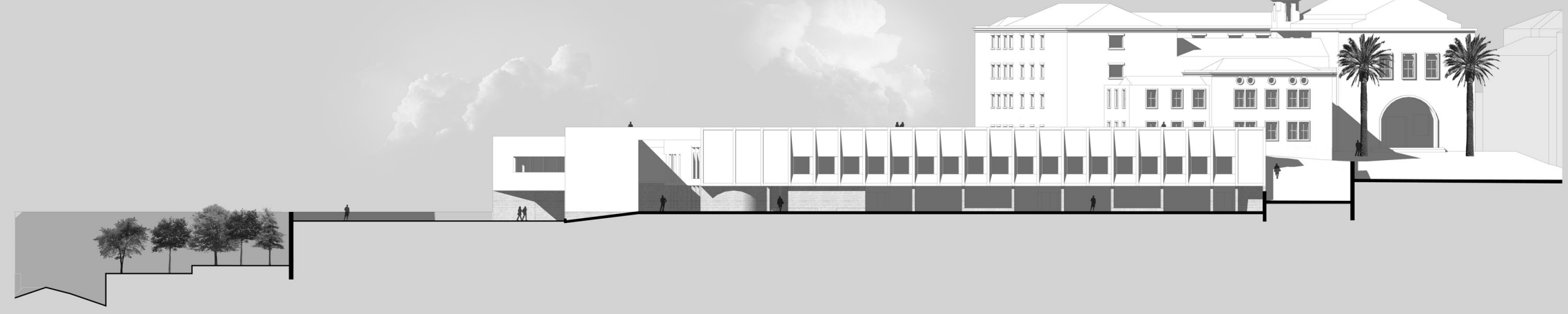
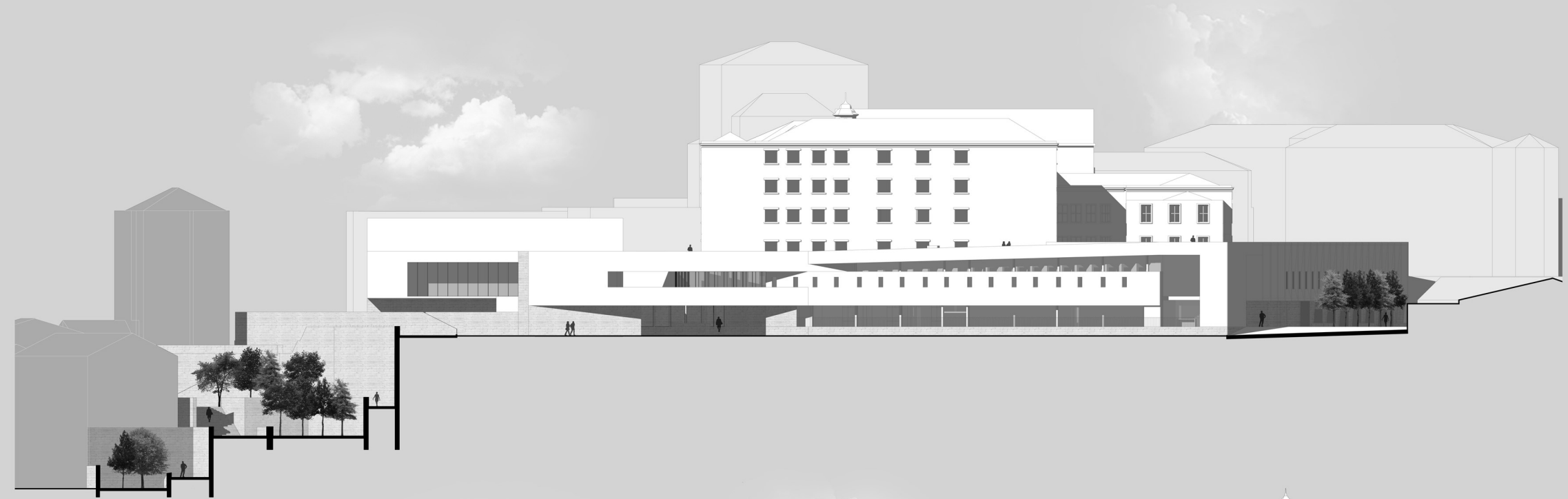
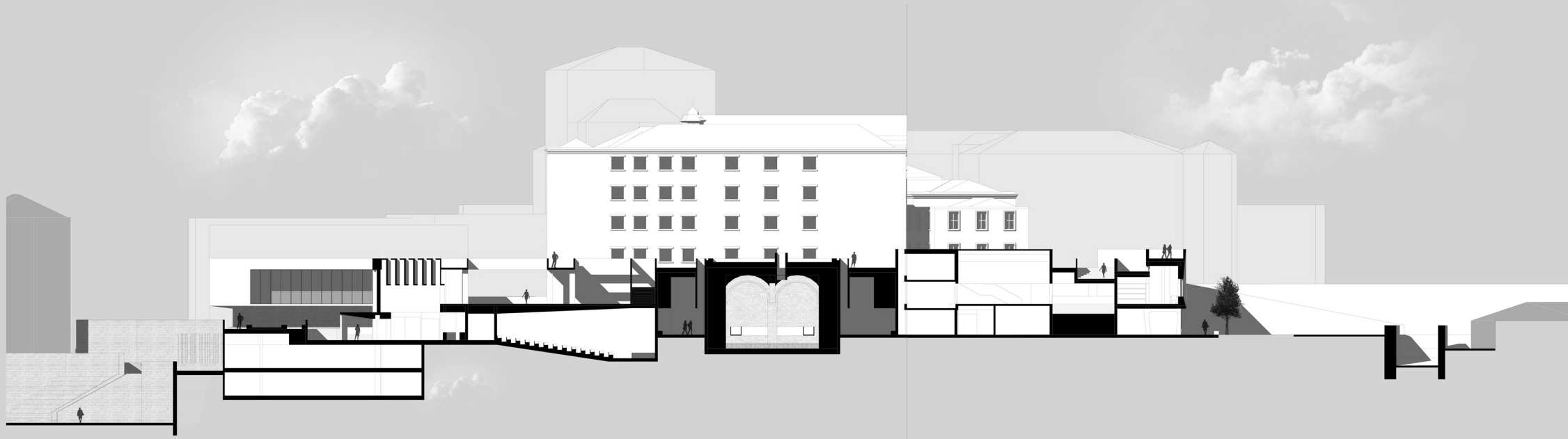
Candidato: Pedro Diogo Correia Lacerda da Silva Leitão
 Orientador científico: Professor Doutor Luís Filipe Ferreira Alonso
 Co-orientador: Professor Arquitecto António Pedro Padroco
 Lisboa, 26 de Fevereiro de 2014

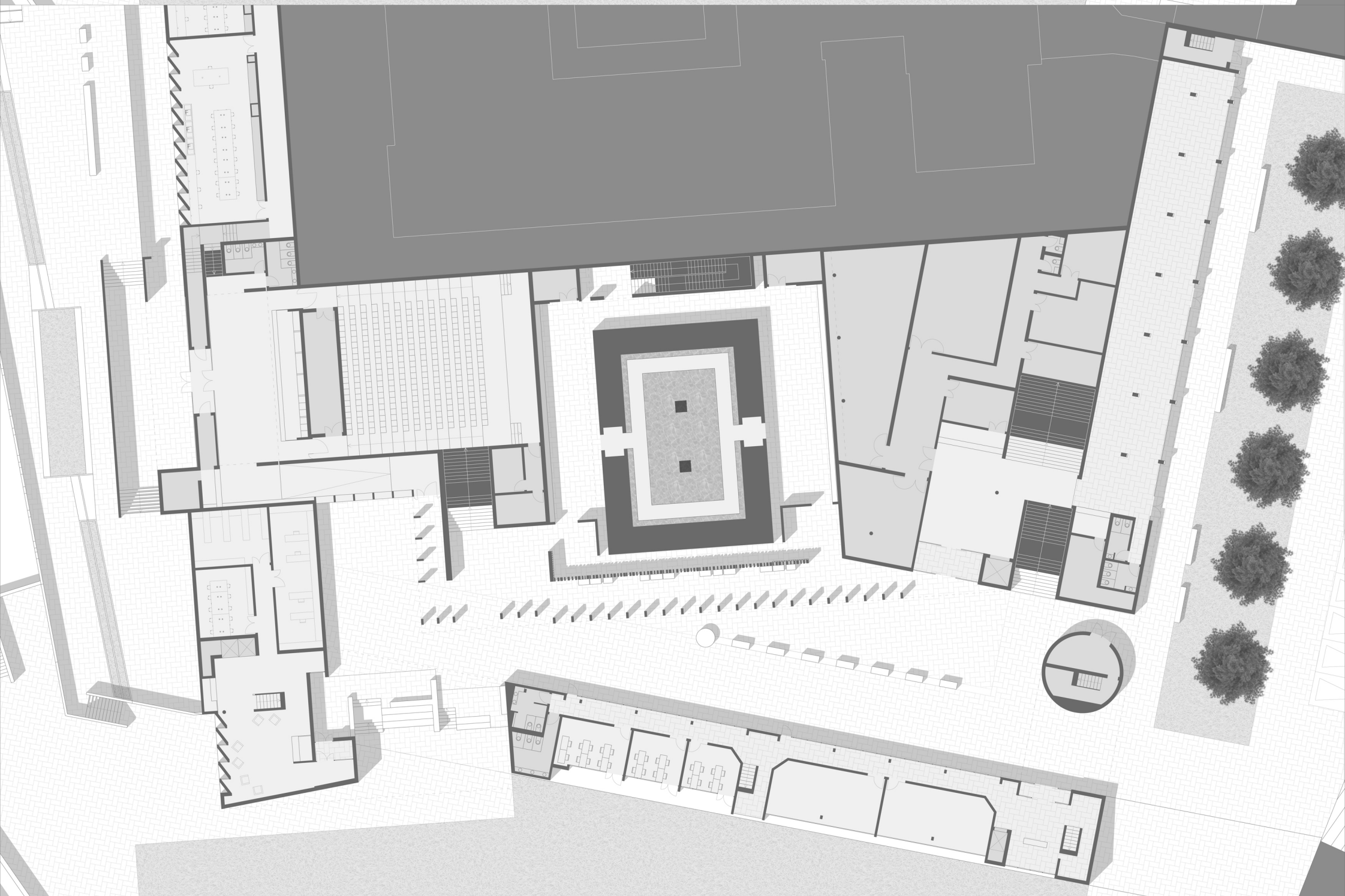


Planta Piso 1:500
 Corte BB: 22:1:200

05







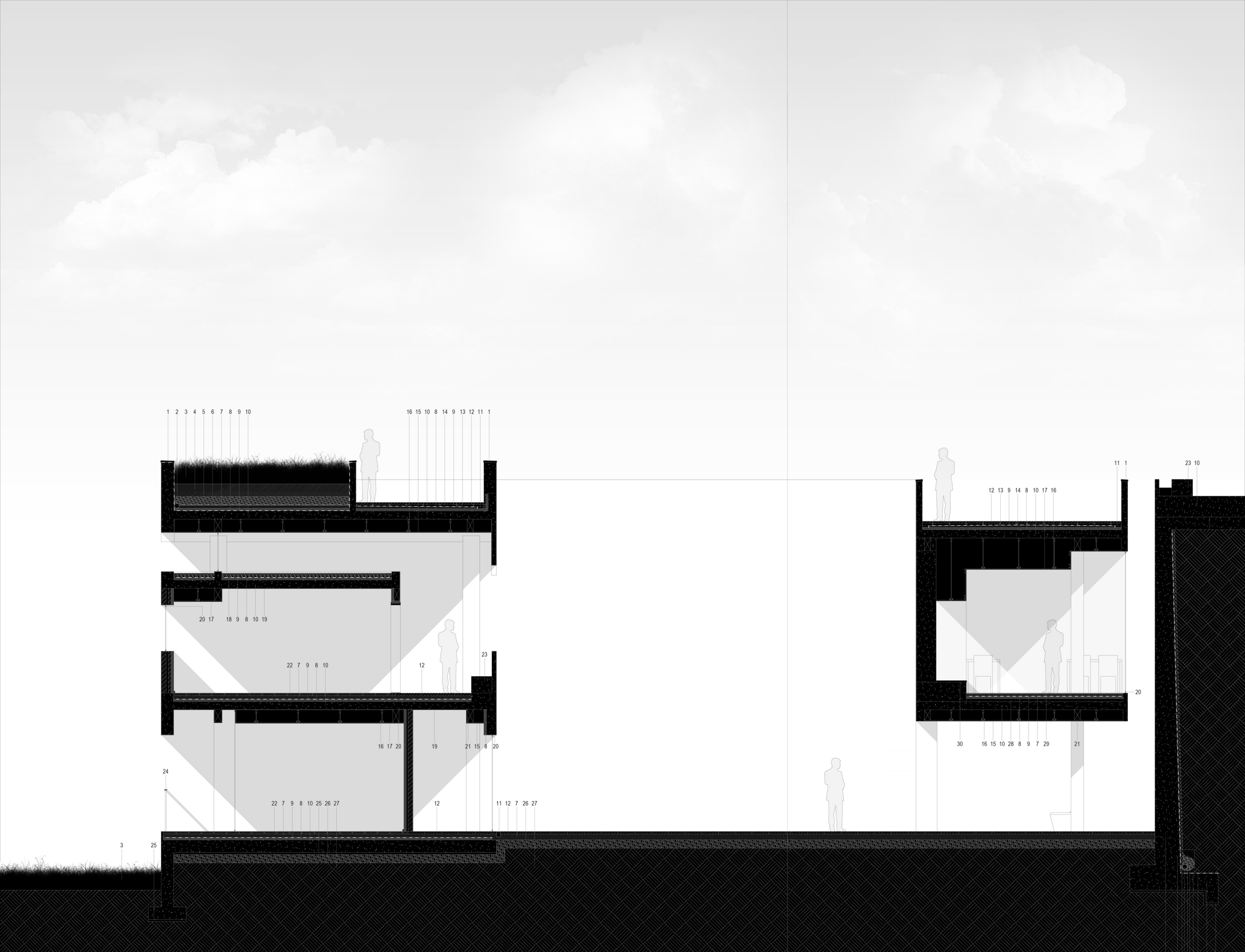
CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: Apropriações do Convento e da Cerca dos Capuchos
 Relações entre exterior e interior, público e privado no objecto arquitectónico

Candidato: Pedro Diogo Correia Lacerda da Silva Leitão
 Orientador científico: Professor Doutor Luís Filipe Ferreira Afonso
 Co-orientador: Professor Arquitecto António Pedro Pacheco

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2014

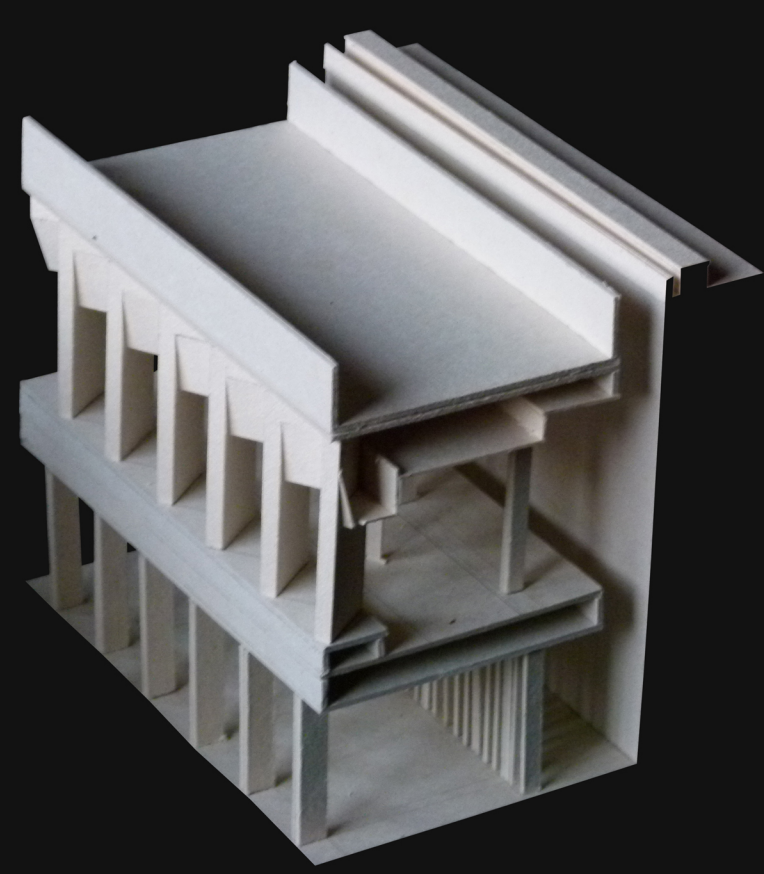
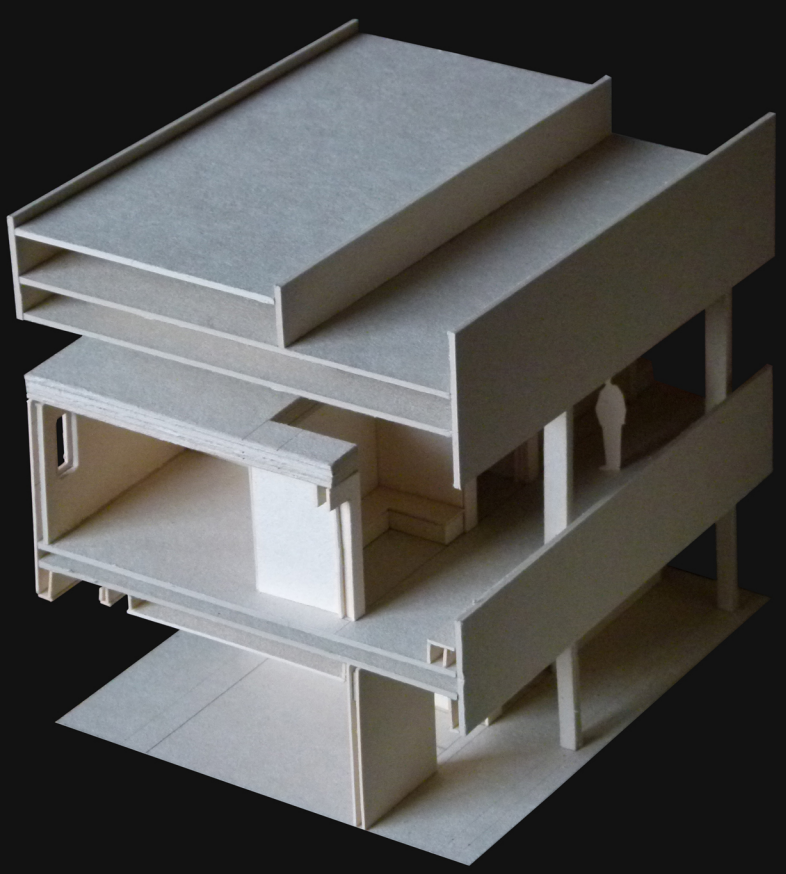
Planta Piso 1 1:200
 Planta Piso Térreo 1:200





- 1. Cimentamento em pedra de lós
- 2. Dreno
- 3. Terra de jardim
- 4. Solo de substracto mineral
- 5. Camada drenante de 15cm de sabro
- 6. Filtro geotêxtil
- 7. Betão de regularização
- 8. Isolamento térmico em poliestireno extrudido
- 9. Membrana betuminosa de impermeabilização
- 10. Laje de betão armado
- 11. Caixa de drenagem
- 12. Pavimento em pedra de lós
- 13. Sistema suspenso para pavimento elevado
- 14. Camada de forma
- 15. Painéis Pladur LAN
- 16. Sistema metálico de suspensão
- 17. Painéis Pladur TEC
- 18. Saco rolado
- 19. Reboco hidrófugo projetado branco
- 20. Caixa de alumínio 5cm
- 21. Viga de betão armado
- 22. Soalho de tacos de madeira de cerejeira
- 23. Bloco pré-moldado em betão
- 24. Guarda em aço polido
- 25. Betão de limpeza
- 26. Enrocamento
- 27. Terra compactada
- 28. Betão de enchimento
- 29. Lã de vidro 2mm
- 30. Pedra de lós
- 31. Sapata em betão armado
- 32. Tinta betuminosa
- 33. Área
- 34. Manta geotêxtil
- 35. Lâmina drenante
- 36. Parede de suporte em betão armado

36 35 34 2 33 18 25 32 31 25



CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO: Apropriações do Convento e da Cerca dos Capuchos
 Relações entre exterior e interior, público e privado no objecto arquitectónico

Candidato: Pedro Diogo Correia Lacerda da Silva Leitão
 Orientador científico: Professor Doutor Luís Filipe Ferreira Afonso
 Co-orientador: Professor Arquitecto António Pedro Pacheco

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2014



0 0,5 2,5m

Corte construtivo 1:50
 Maquete 1:50



A entrada sudeste no complexo proposto



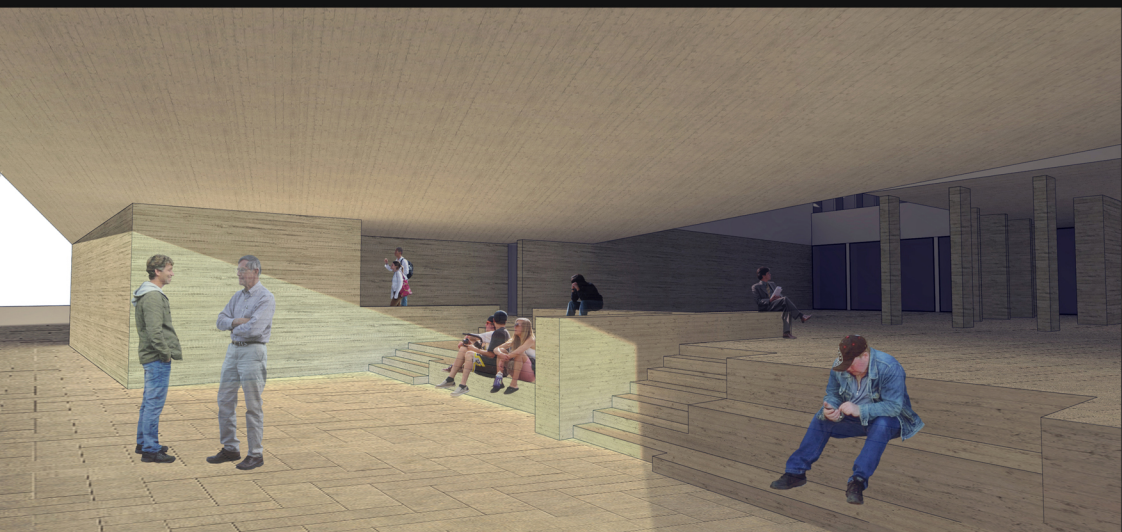
A entrada leste da biblioteca



A ala sul da biblioteca



O átrio de leitura da biblioteca



A entrada no piso térreo para o corpo de investigação



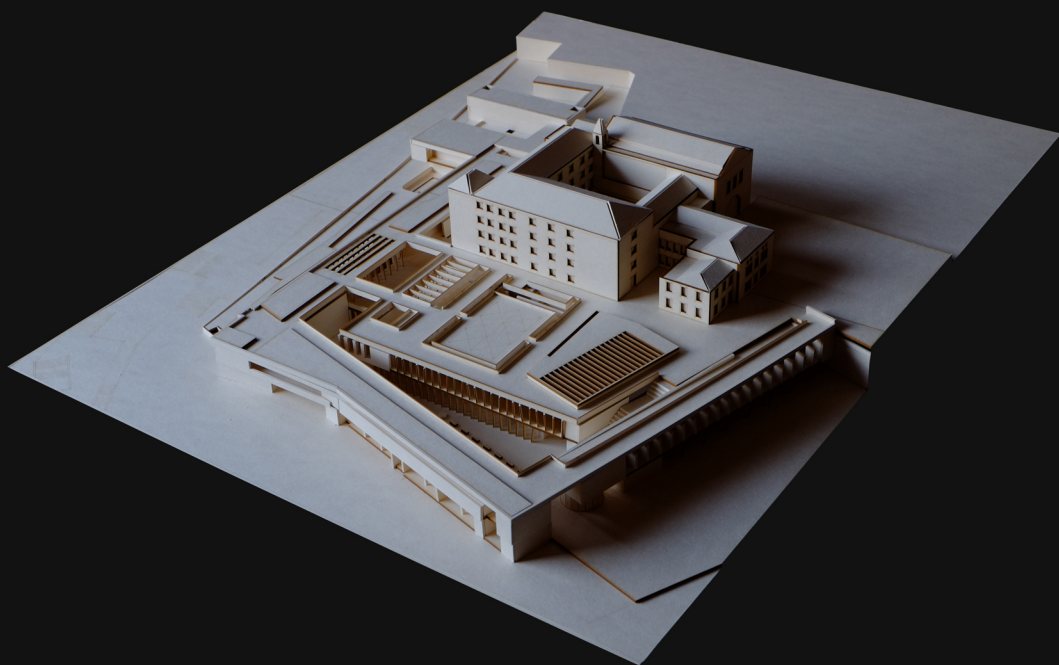
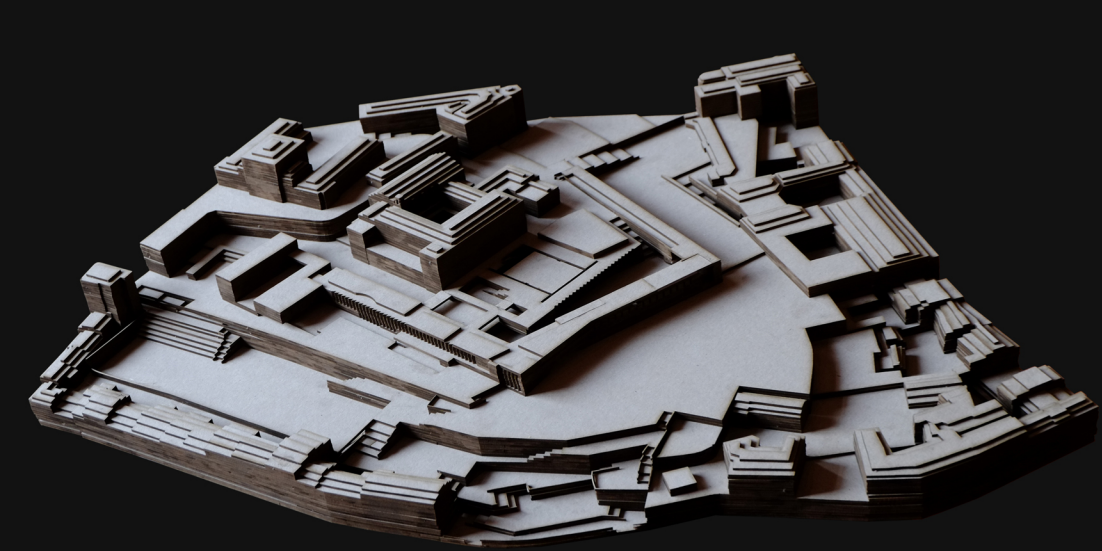
O foyer do auditório

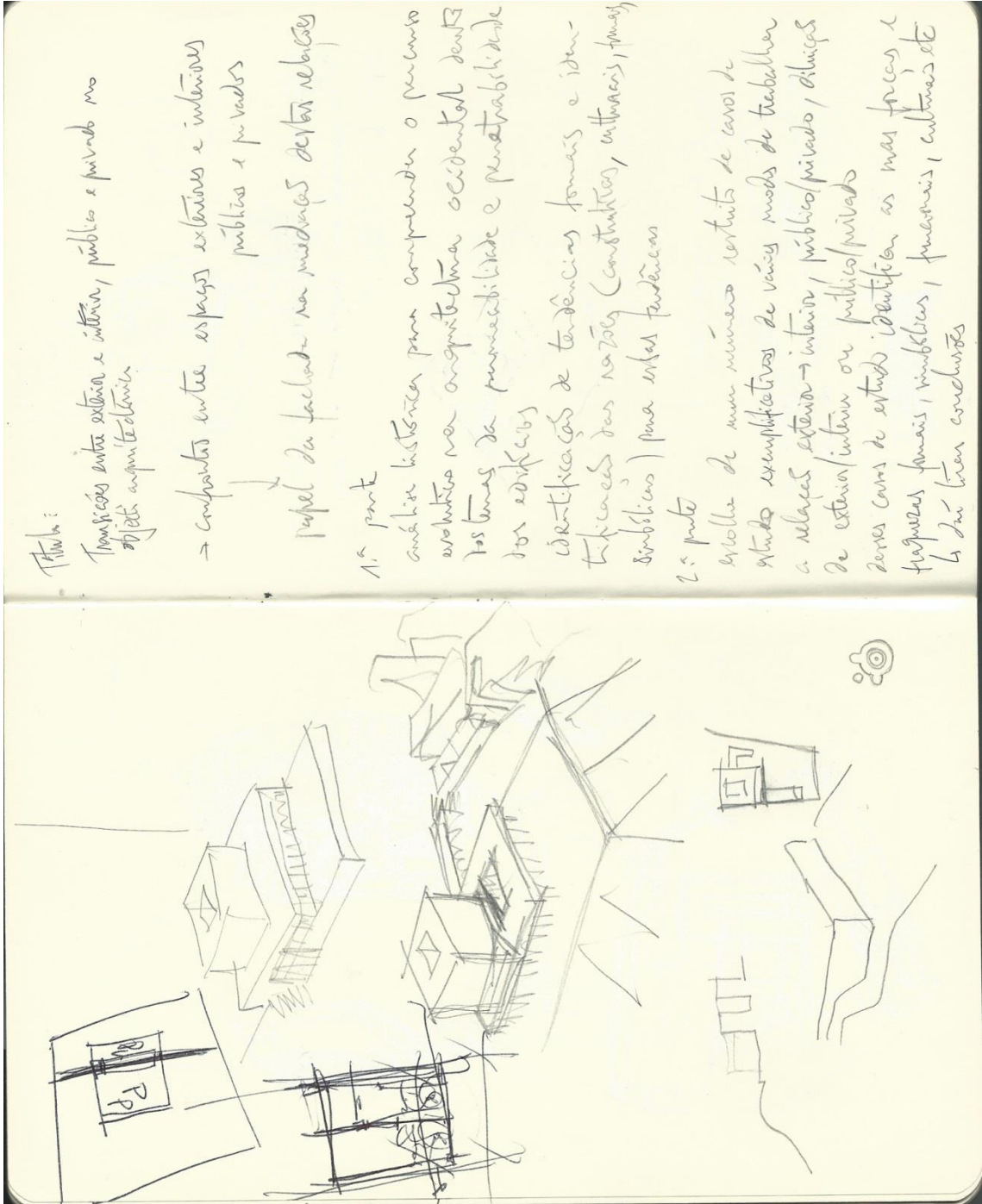


O espaço de laboratórios do complexo de investigação



A rua de gabinetes do complexo de investigação





Fluência:

Transições entre exterior e interior, público e privado mas
objetiva arquitetura.

→ Confrontos entre espaços exteriores e interiores
públicos e privados

↓
Papel da fachada na medição destas relações

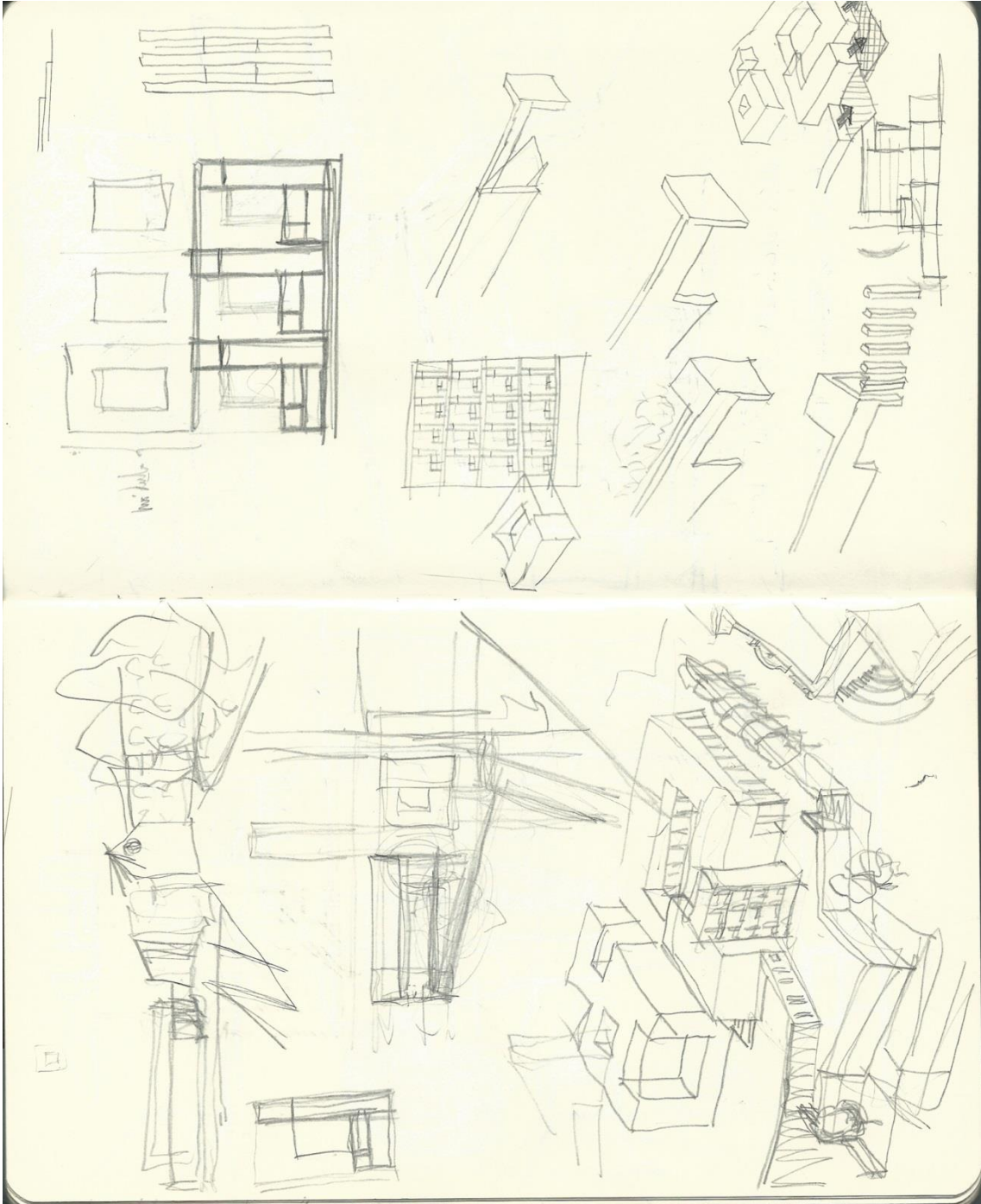
1.º parte

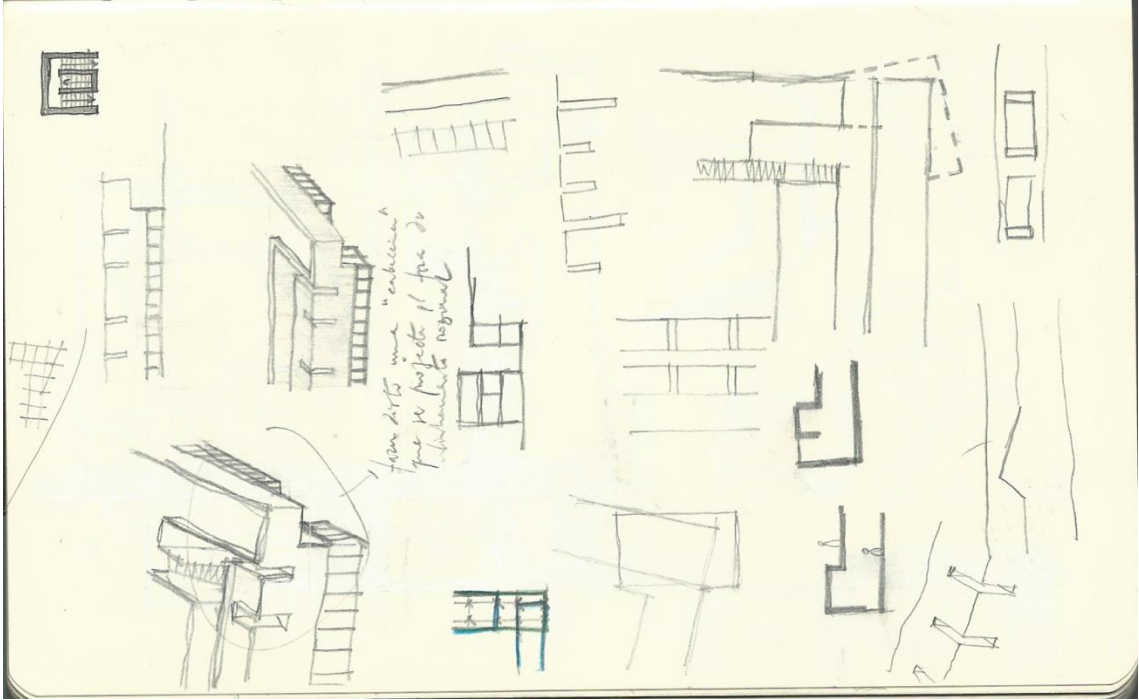
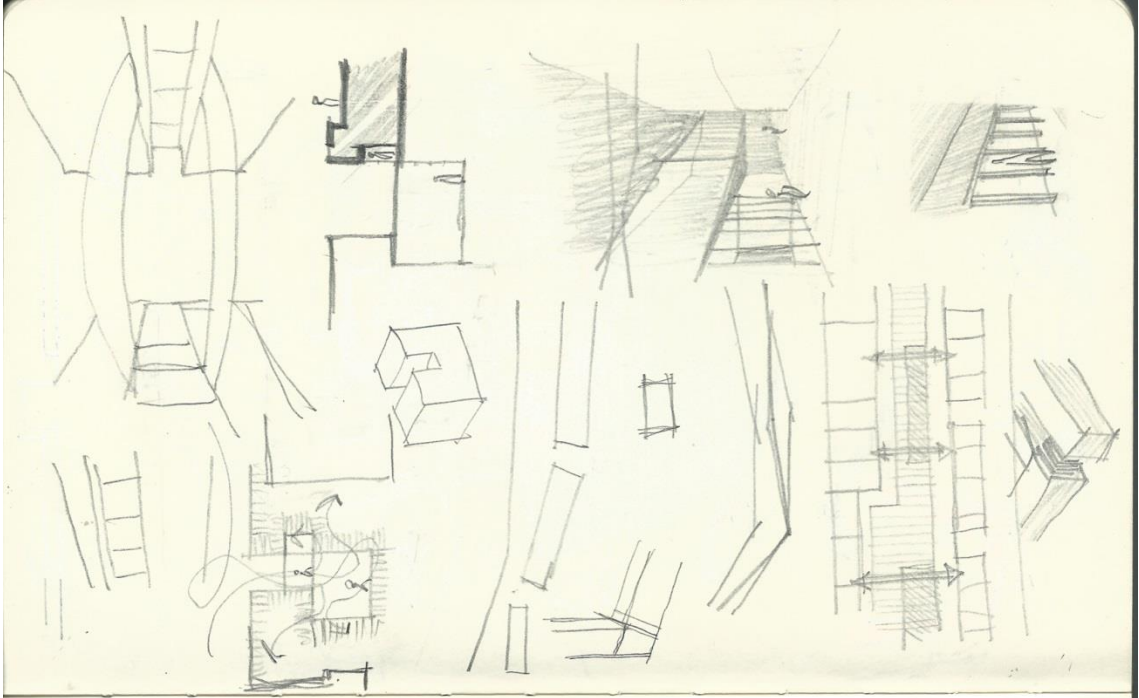
análise histórica para compreender o percurso
evolutivo na arquitetura ocidental desde
posturas de permeabilidade e penetrabilidade
por edifícios

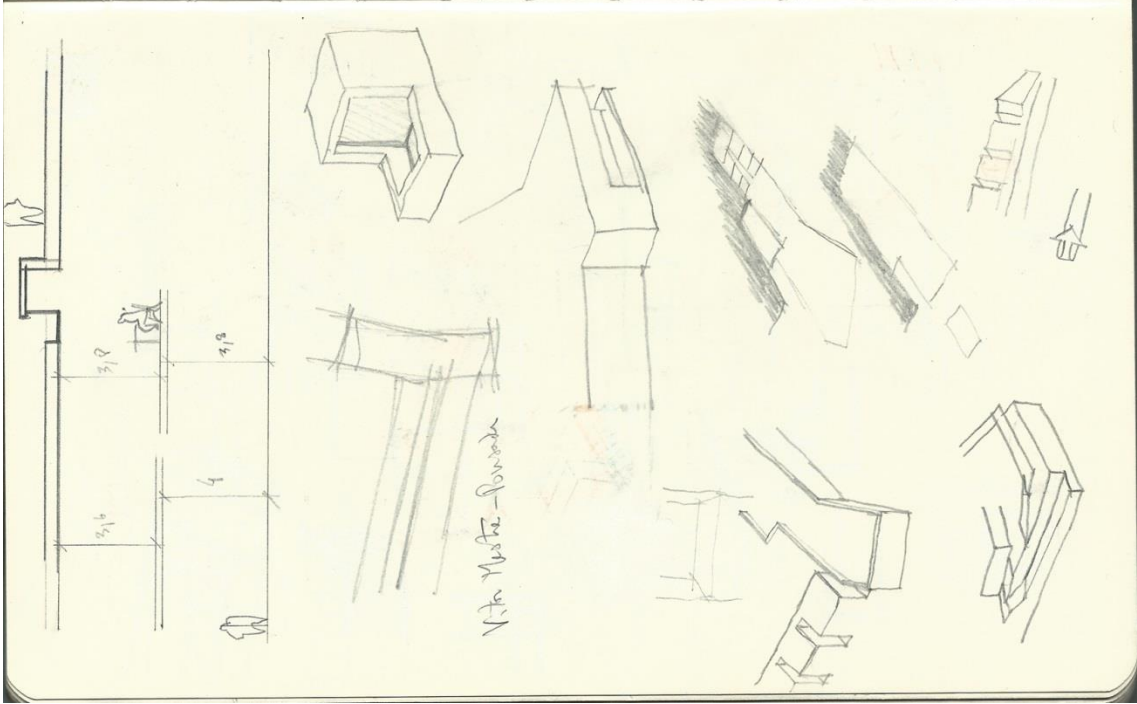
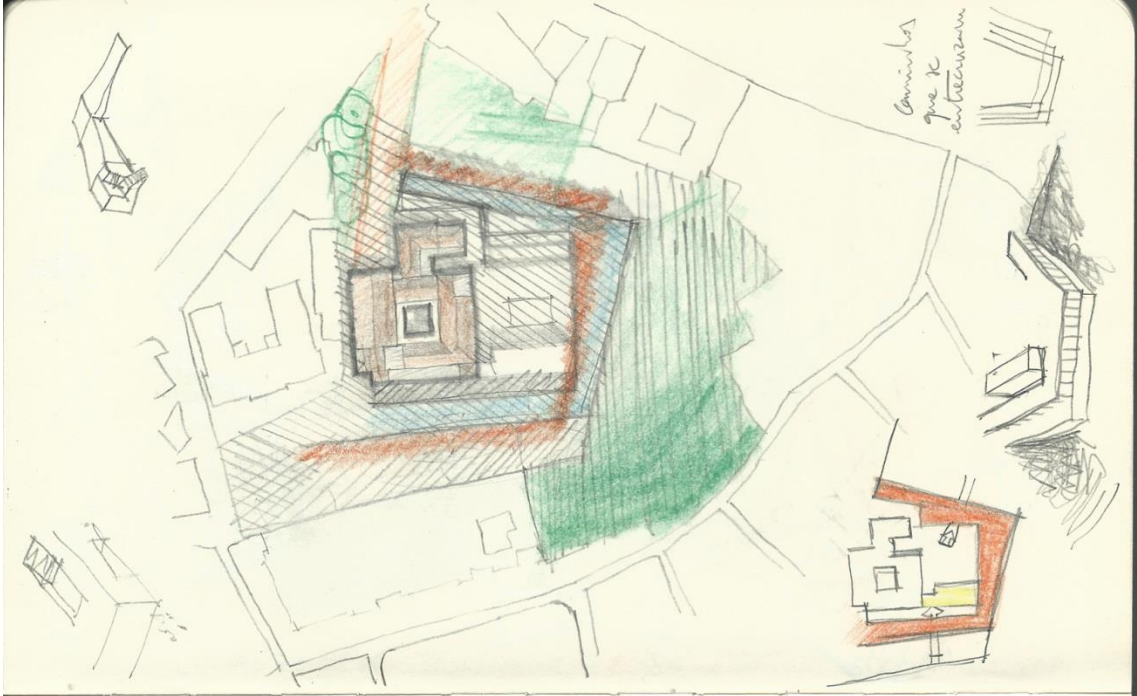
identificações de tendências formais e iden-
tificações das razões (constructivas, culturais, funcio-
nais) para estas tendências

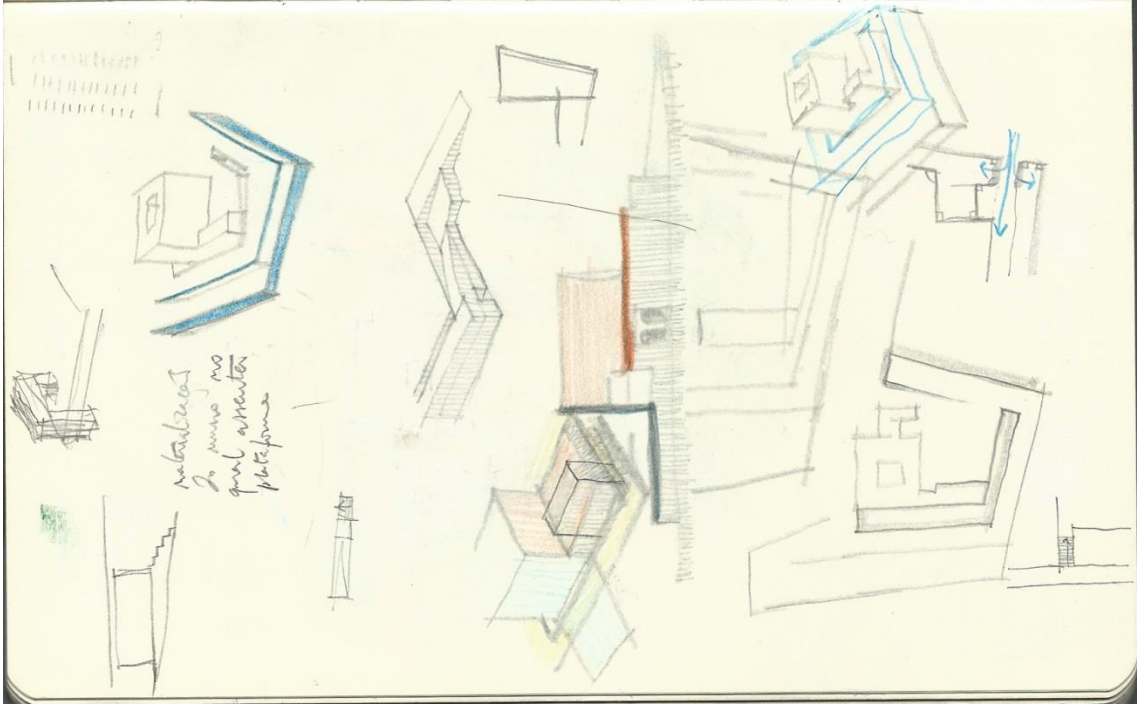
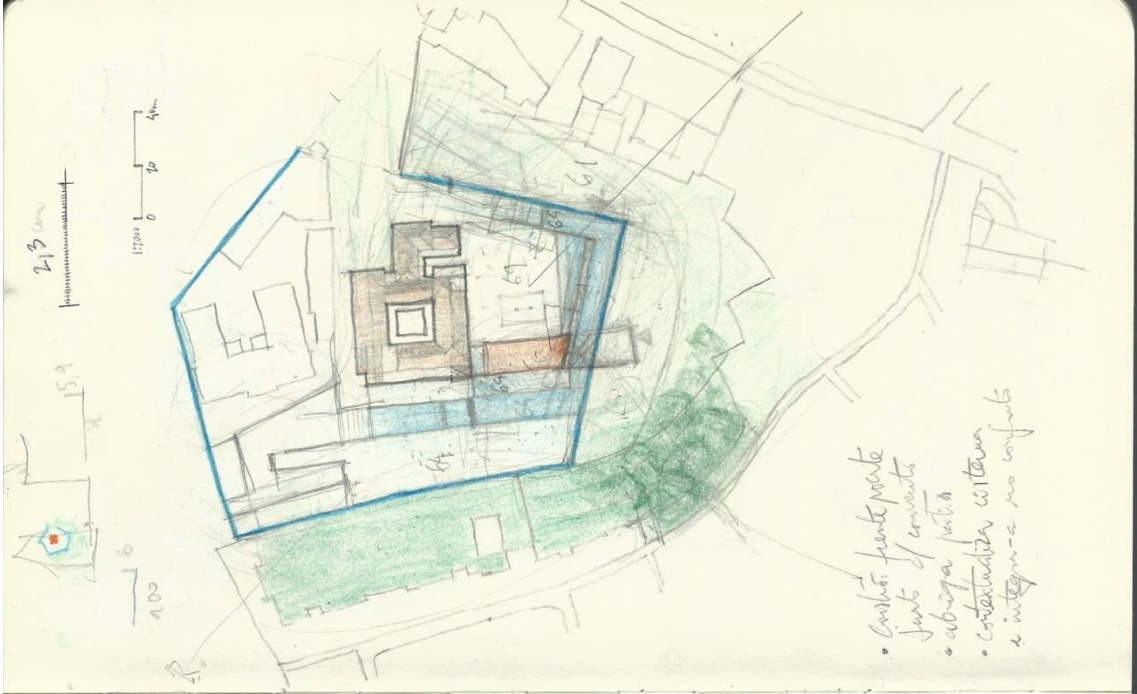
2.º parte

exatidão de um número restrito de casos de
estudo exemplificativos de vários modos de trabalhar
a relação exterior-interior, público/privado, diferenças
de exterior/interior ou público/privado
demonstrando como se identifica as suas forças e
frequências formais, simbólicas, funcionais, culturais etc
↳ de que tipo conclusões

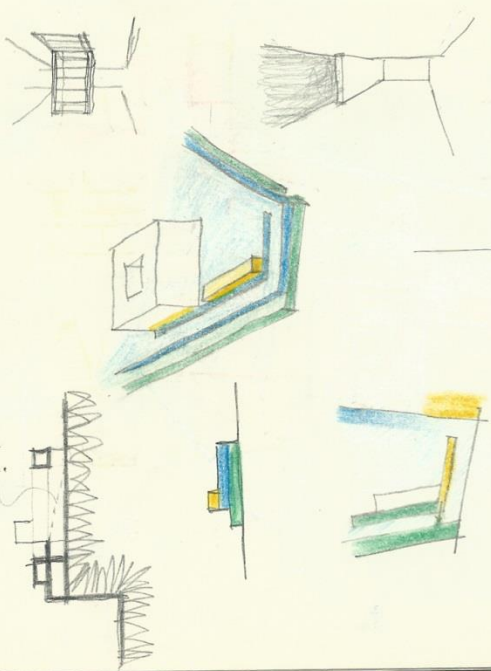




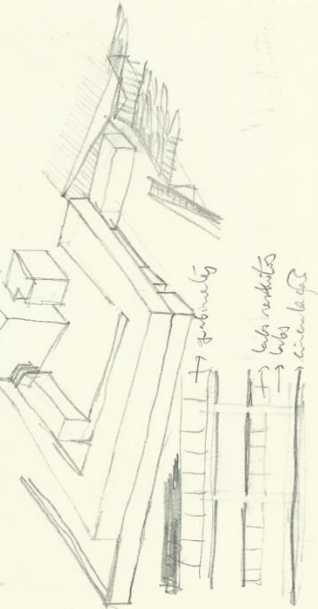




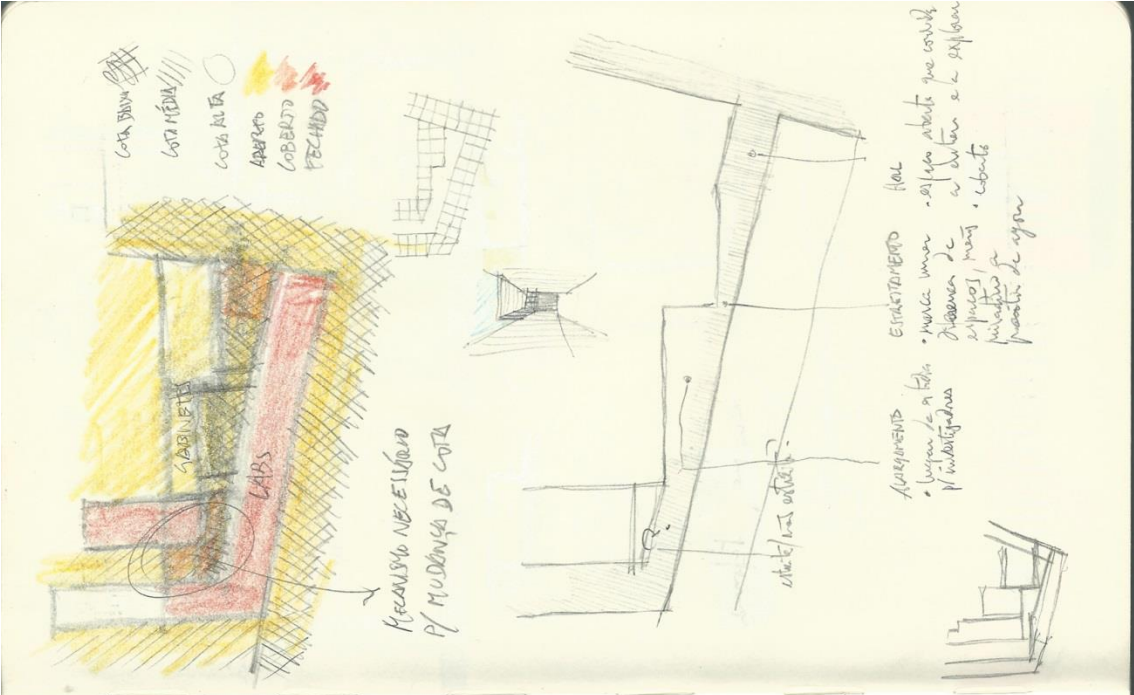
? mas ver transição e cores



plataforma definida pelo muro
nao interna que surge / plataforma
confronto plataforma / terreno
corpo organizado de espaço na plataforma



→ plataforma
→ luz natural
→ ar
→ circulação

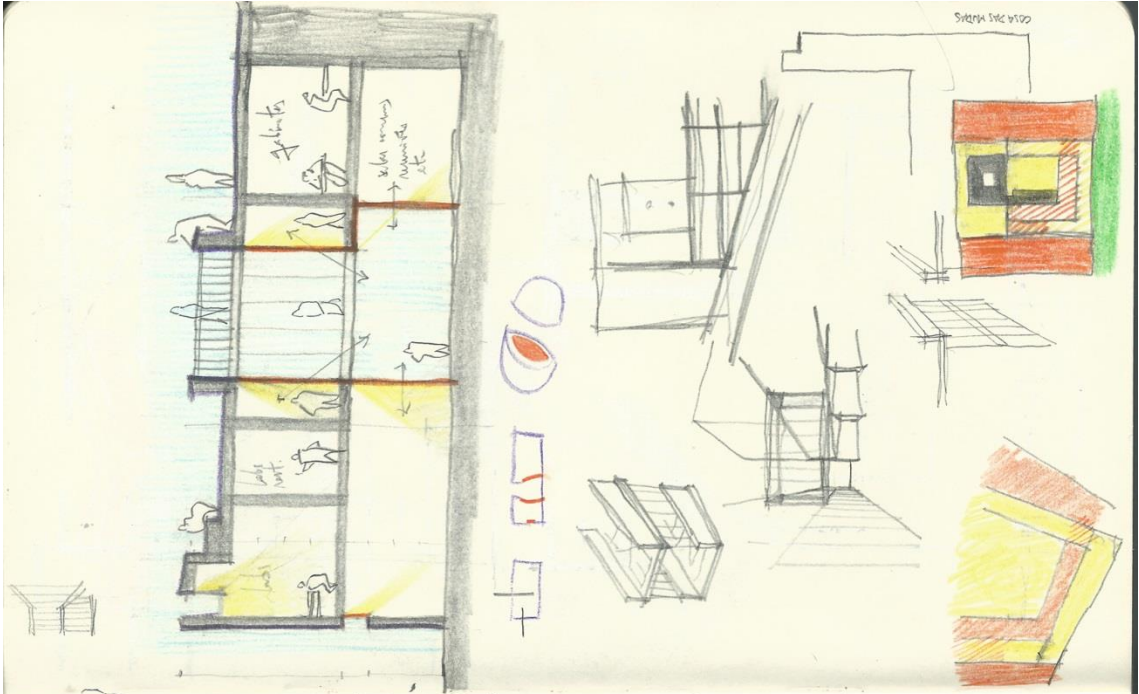


COTA BAIXA
COTA MÉDIA
COTA ALTA
ABERTO
COBERTO
FECHADO

NECESSÁRIO NECESSÁRIO
P/ MUDANÇA DE COTA

ESTRUTURAMENTO HAL
• marca maior
• espaço aberto que controla
• abertura de
• espaço
• luz natural
• ar
• circulação

APARELHAMENTO
• luz natural
• ar
• circulação



↓ (pendido)

↑ separação espacial
interiores
de uma

↑ mais aberturas
a mais com
aberturas mais
fechadas

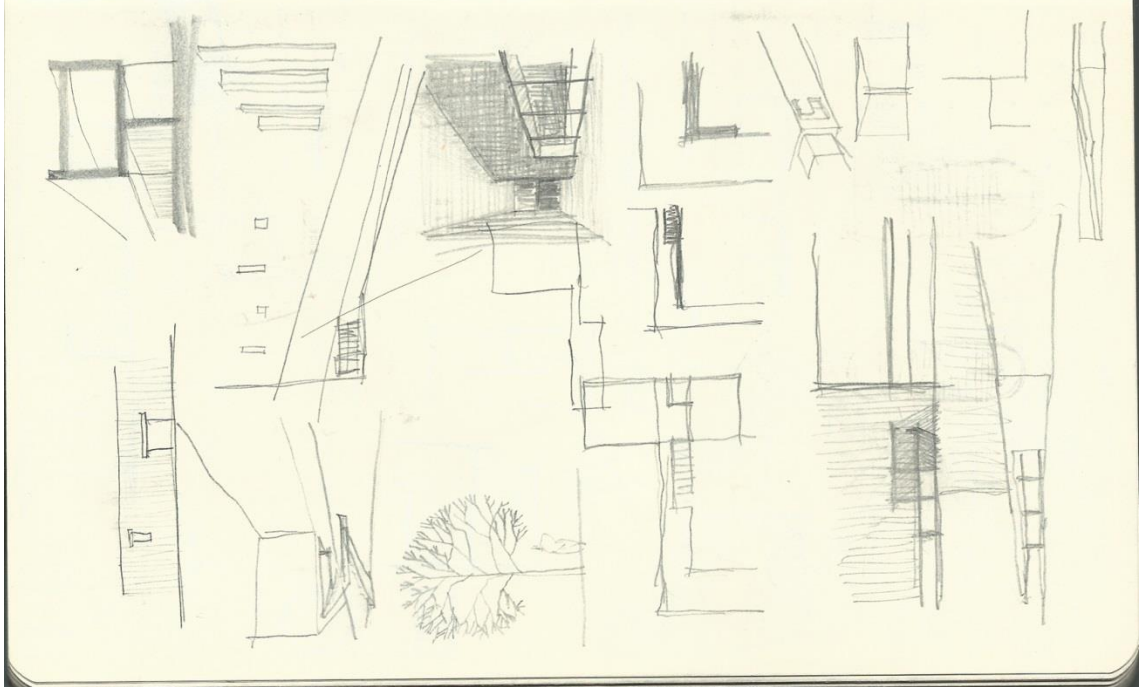
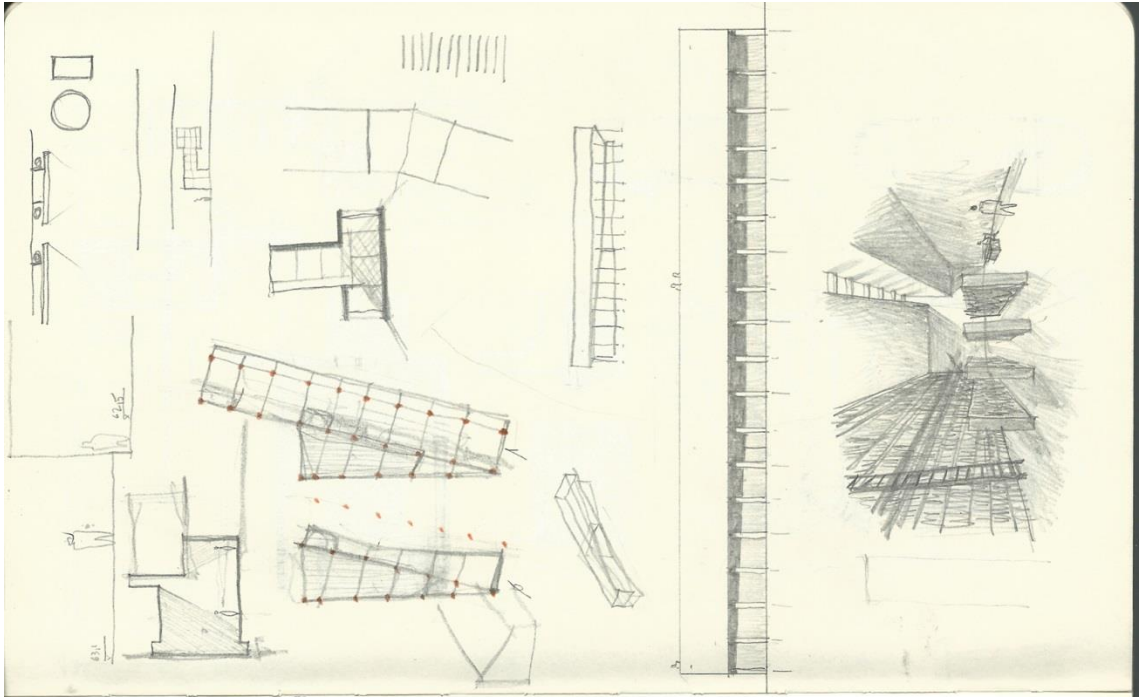
↑ mais fechadas
a sul com
distância de
fachada

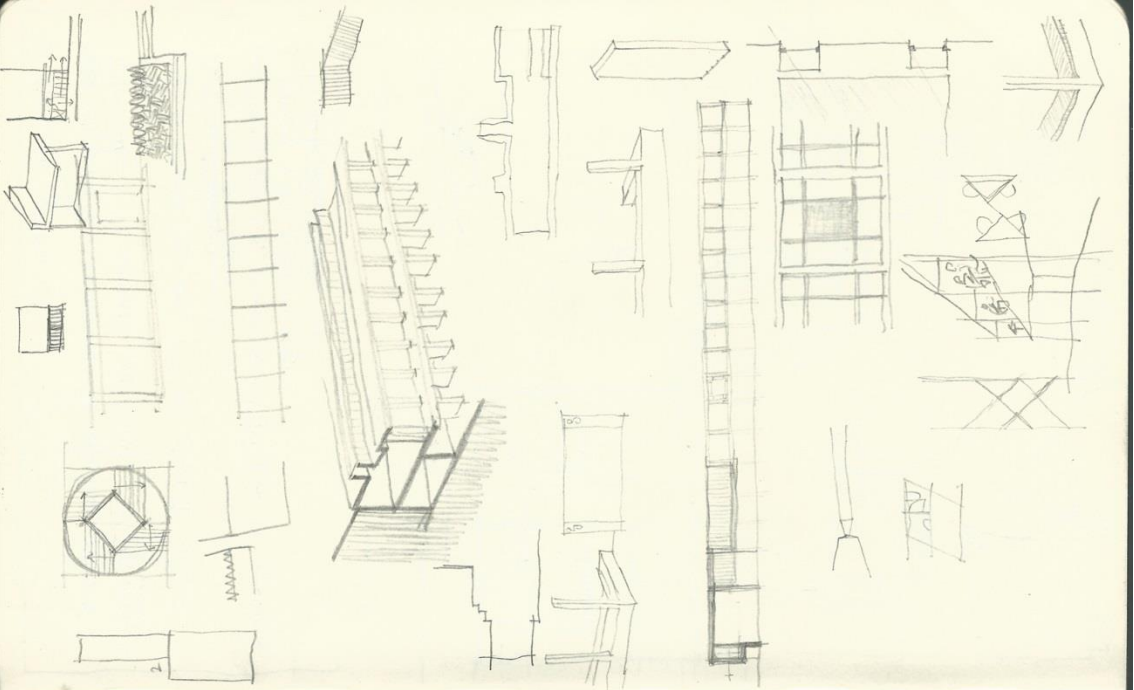
↑ mais aberturas a
sul mas com
distância de
fachada

↑ mais fechadas
a norte e sul
com aberturas fechadas
segundo para
uma interior

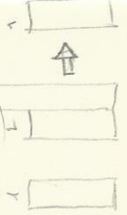
↑ mais fechadas que
se abrem na
plataforma

↑ mais sempre que
se abre na
plataforma

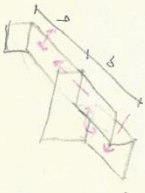




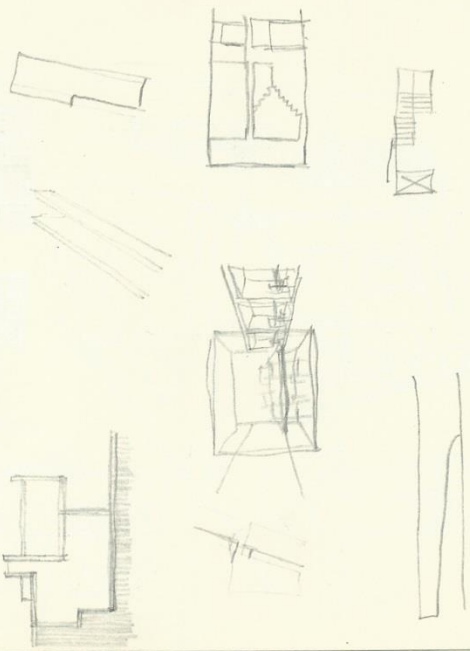
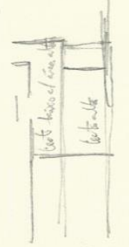
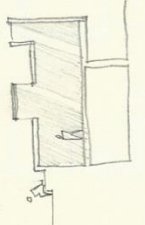
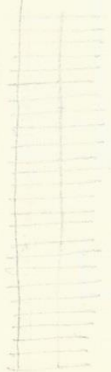
area biblioteca
 4126m² → 31 por nivel 2, 3, 4
 9449m² → 4 por 2, 3, 4, 5, 6, 7

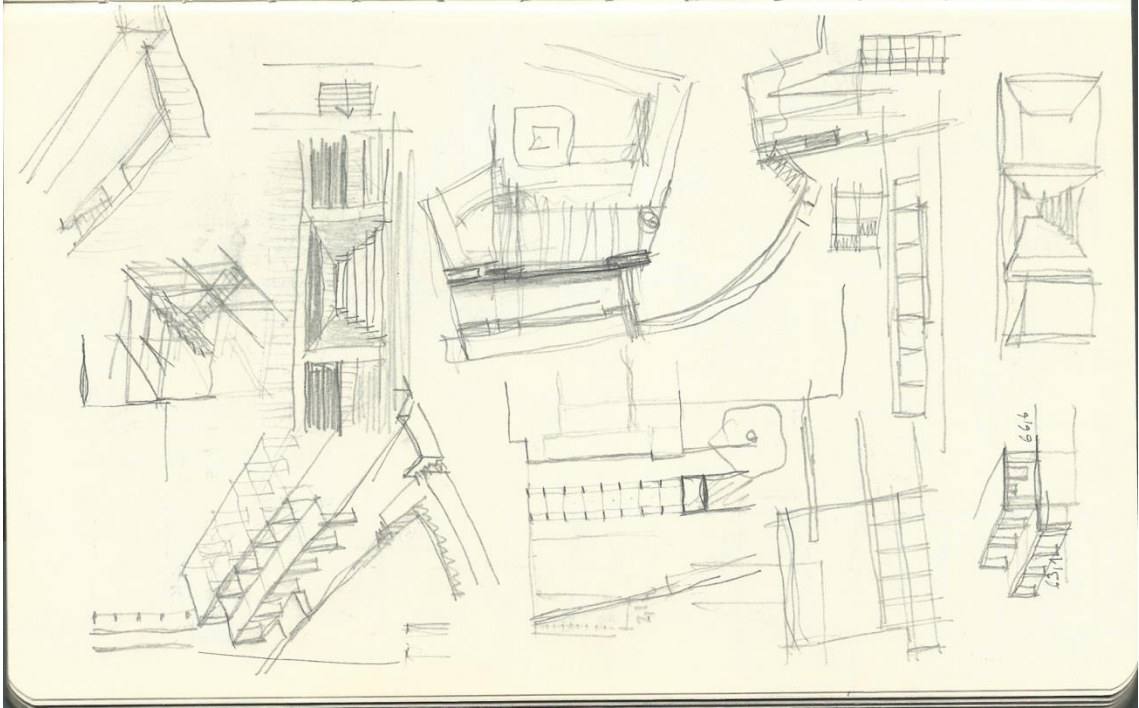
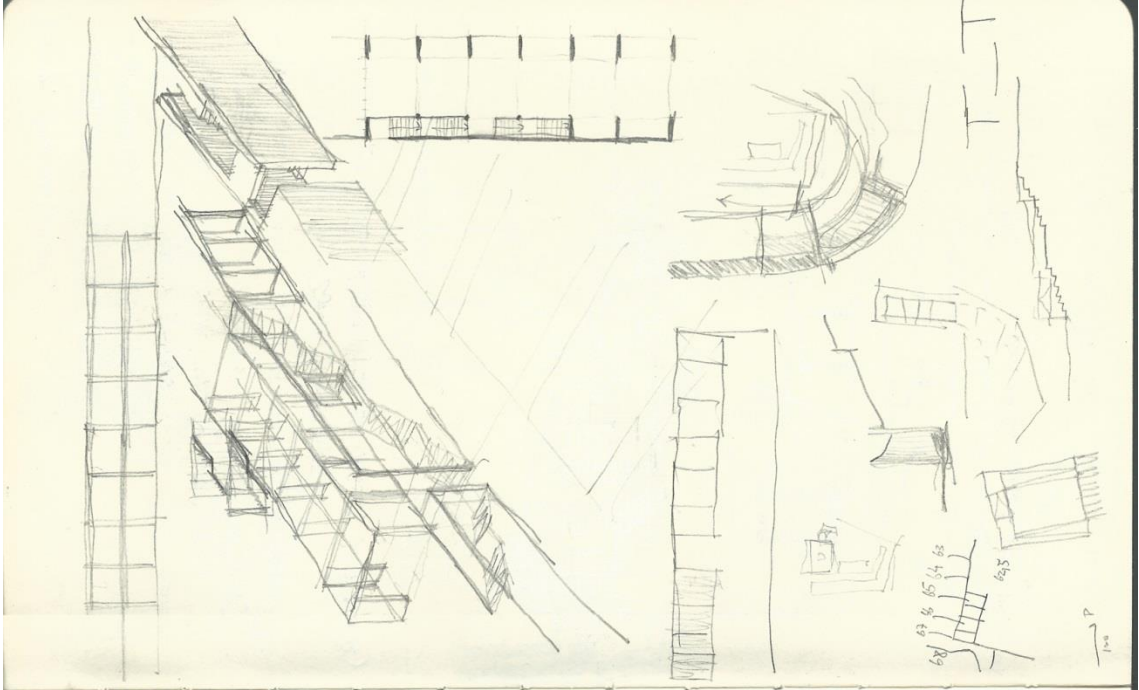


a. um pequeno edifício de escritórios com uma fachada e geometria mais biblioteca, por de alguns metros de altura uma biblioteca com uma torção com uma torção b. um maior prédio de escritórios, torção de resto mais com uma torção de escritórios



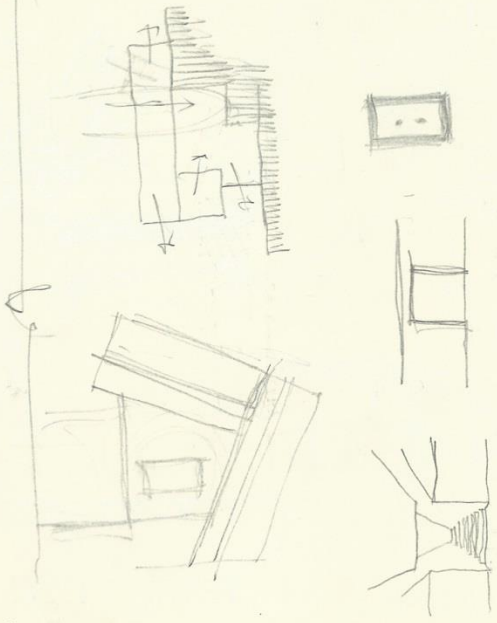
com p. a:
 - recepção
 - depósito livros
 - áreas de consultório
 - áreas de trabalho
 - áreas de consultório + paradas
 - áreas informativas



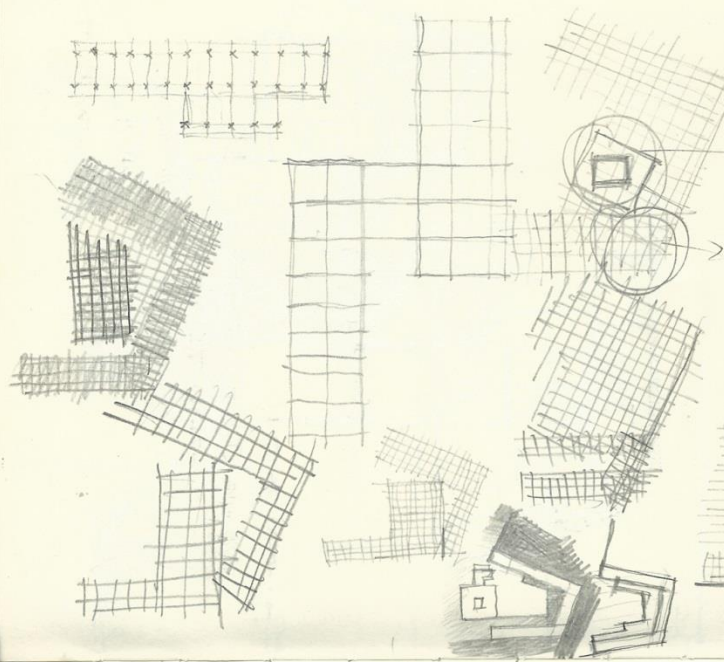


POINTE FUNDAMENTAIS

- ALARGAR RUA
- CENTRALIZAR CISTERNA
- ORGANIZAR PROGRAMA
 - ESPAÇO EM REDOR DA CISTERNA
 - RELAÇÕES ENTRE DOIS LADOS DA RUA
- POSICIONAMENTO DA PLATAFORMA A POENTE
- EDIFICADO NA ZONA REENTE
- CLARIFICAR FORMALMENTE OS VÁRIOS PROGRAMAS



Esso Hotel and Fashimater Centre - Abu + Ueber Architekten
 Dutch Embassy in Ethiopia - Dick van Gemen and Bijme Postbank

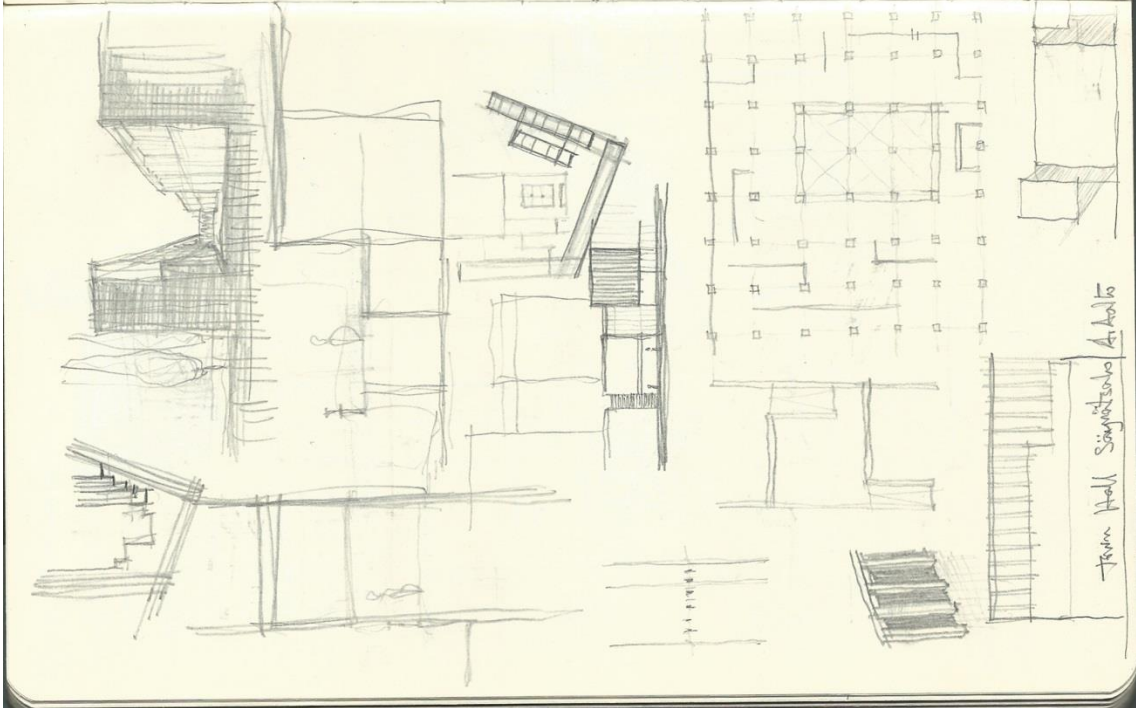
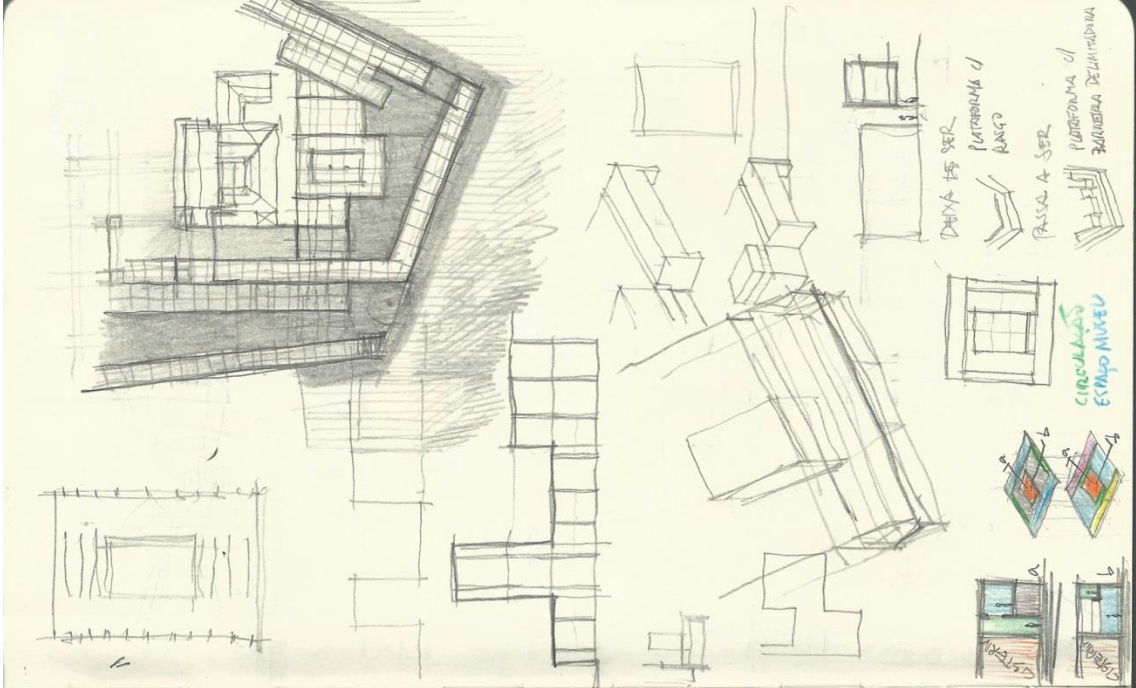


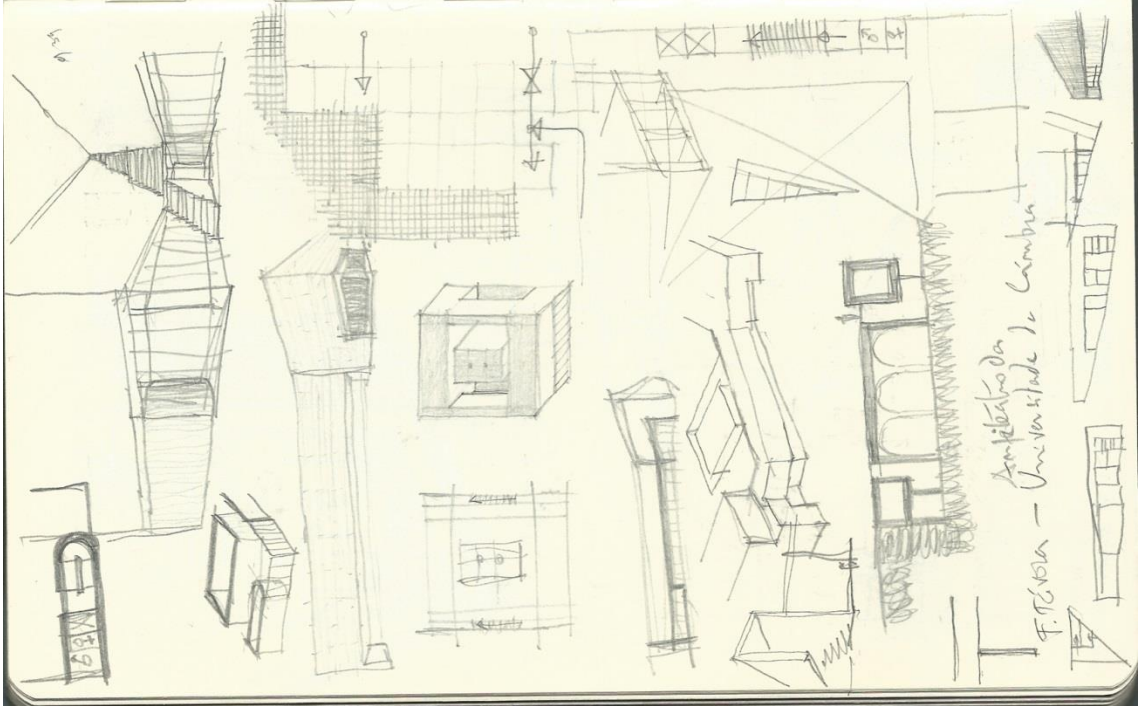
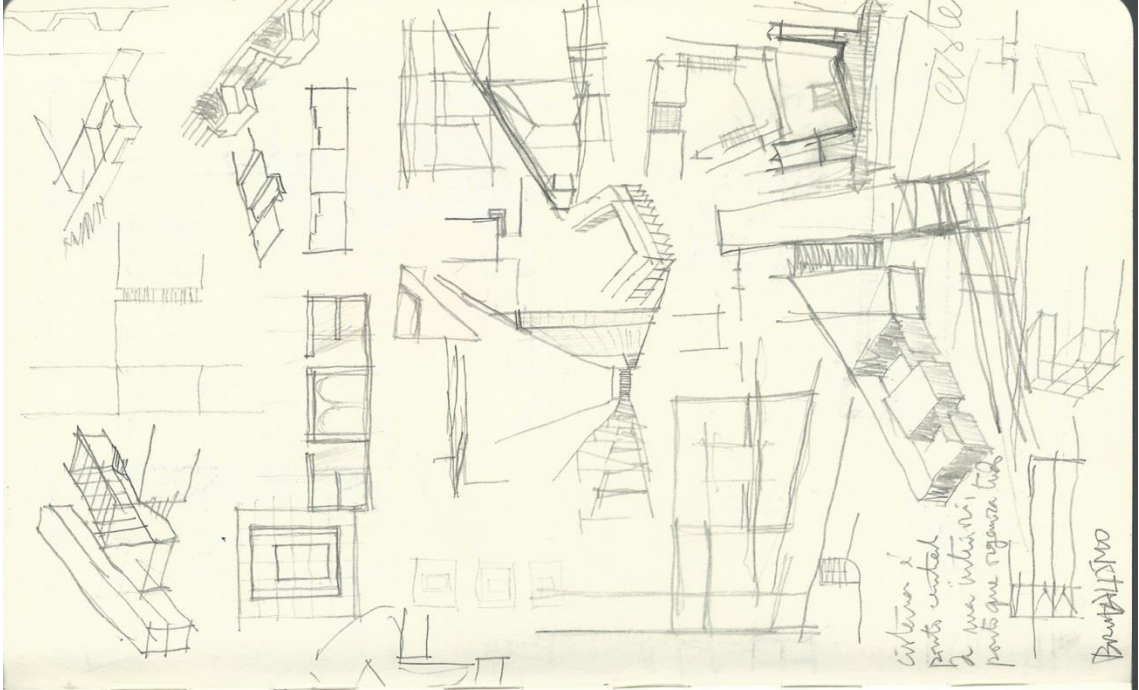
2 pontos de encontro
 entre malhas (diversas)
 conflitantes

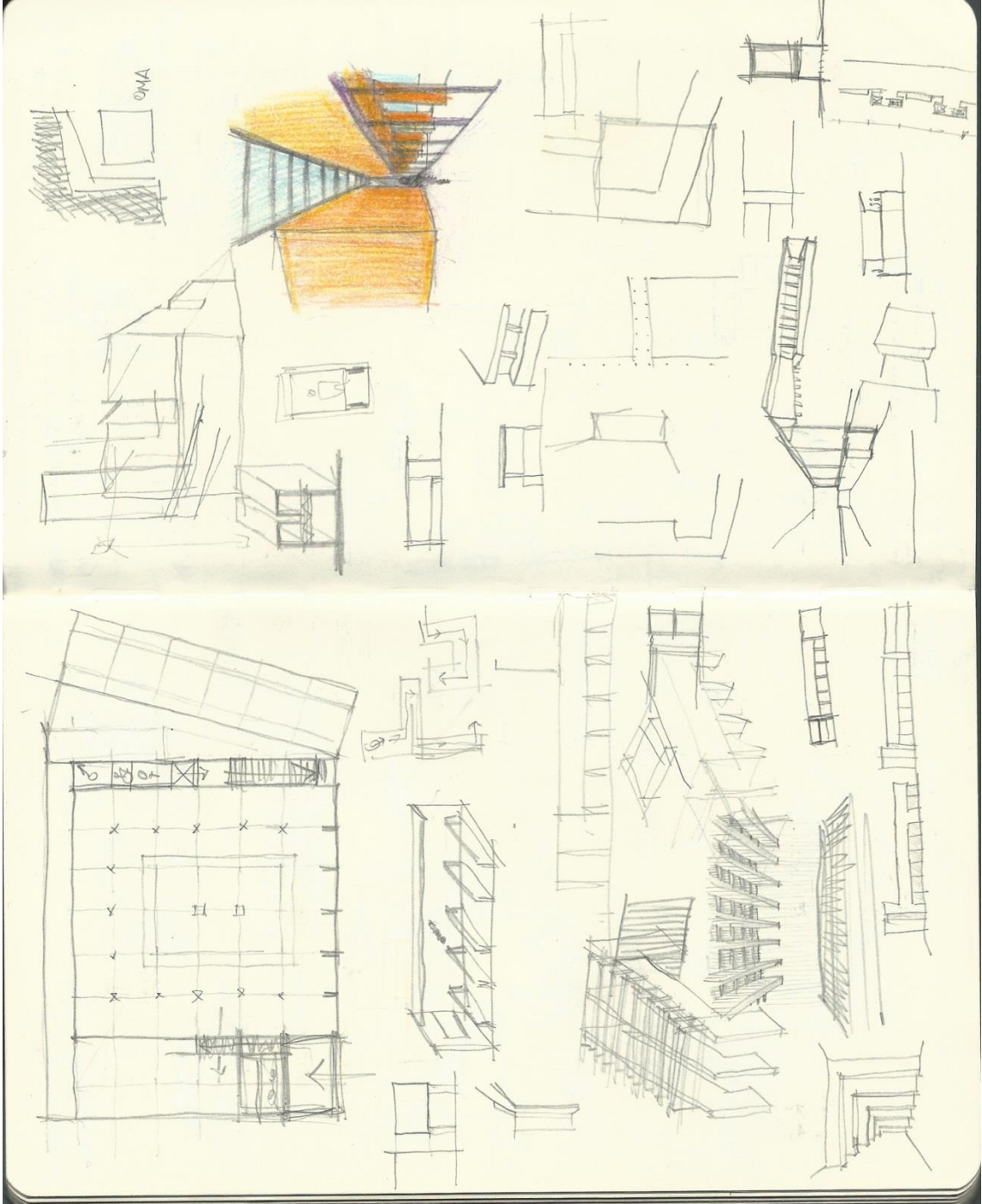
incorpora bnda como peça vital
 com a sua própria identidade e
 malha estrutural

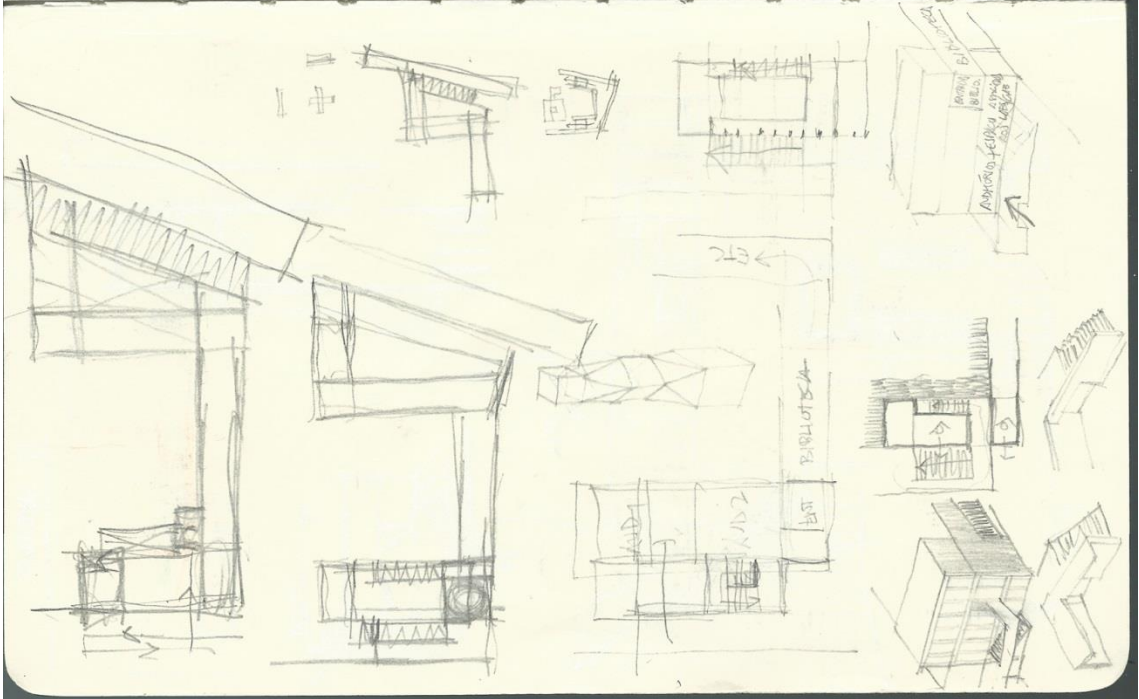
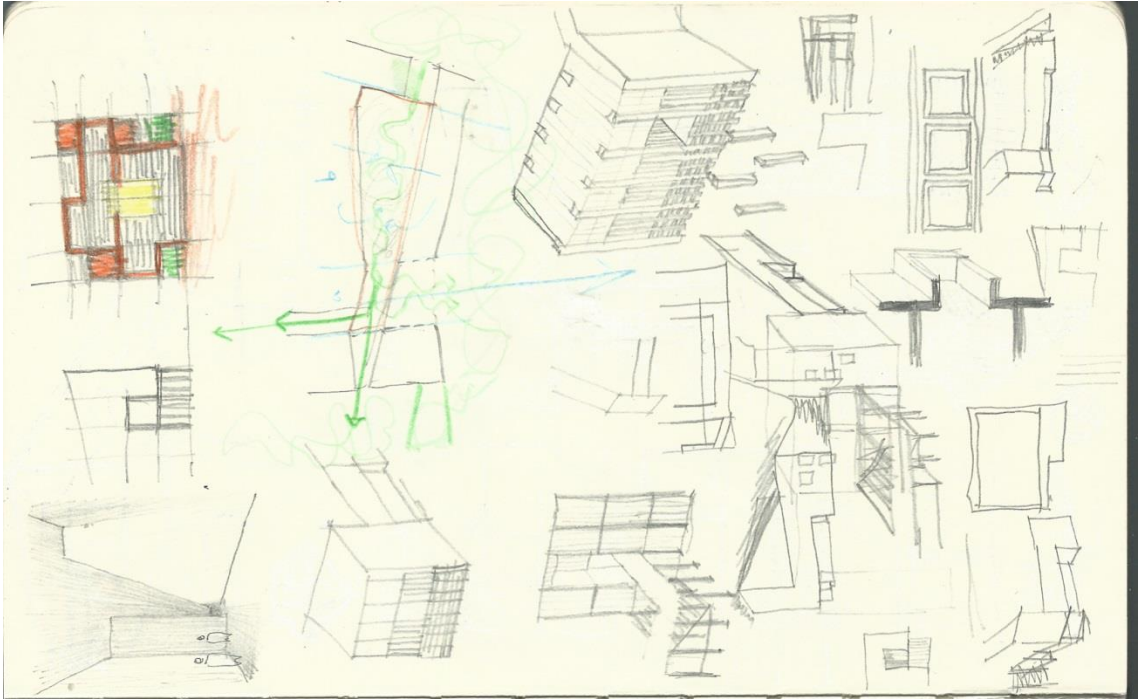
intem relação
 de parte com
 o sistema do contexto
 e de sistema

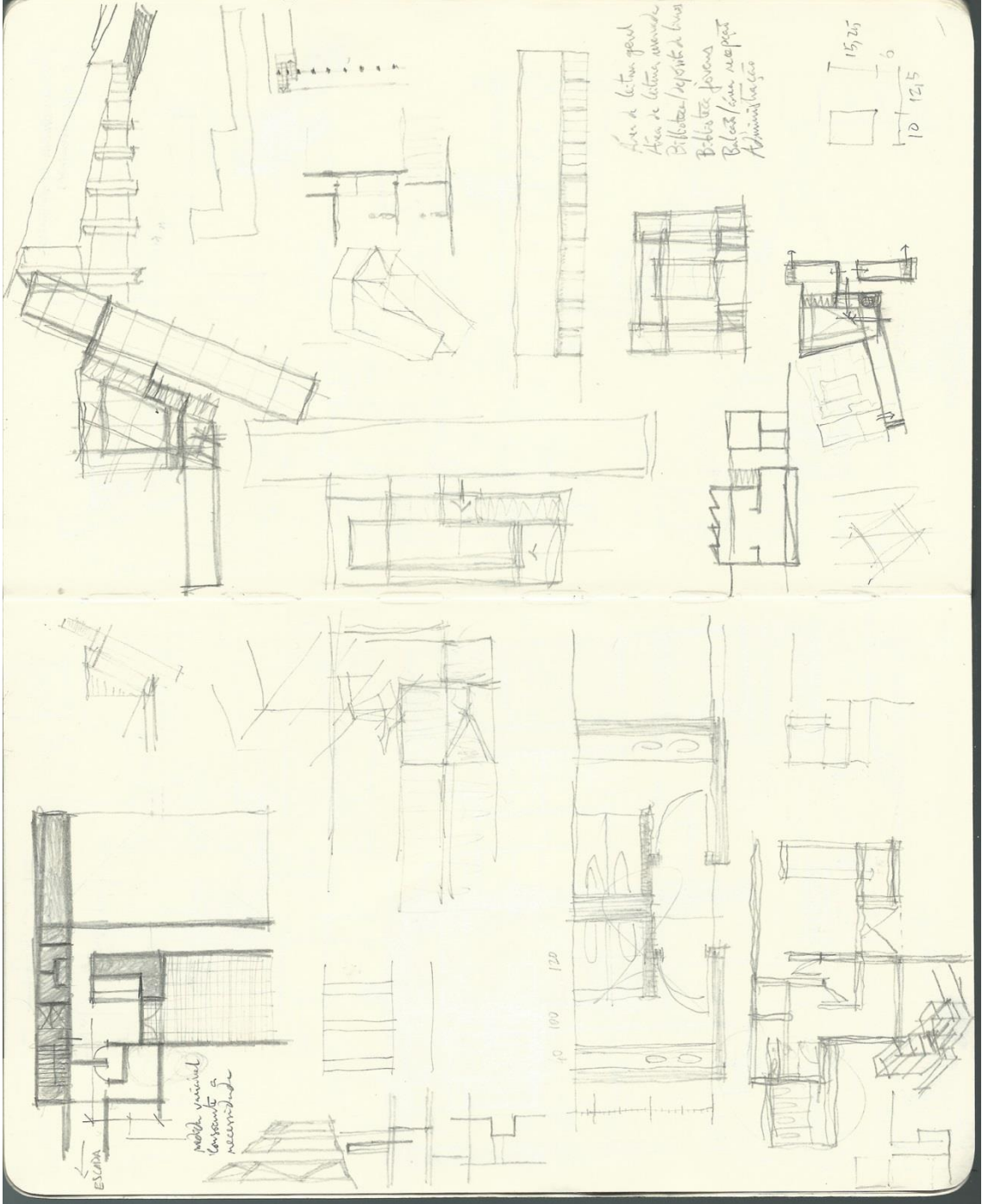
para acata o conjunto do centro



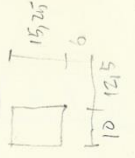








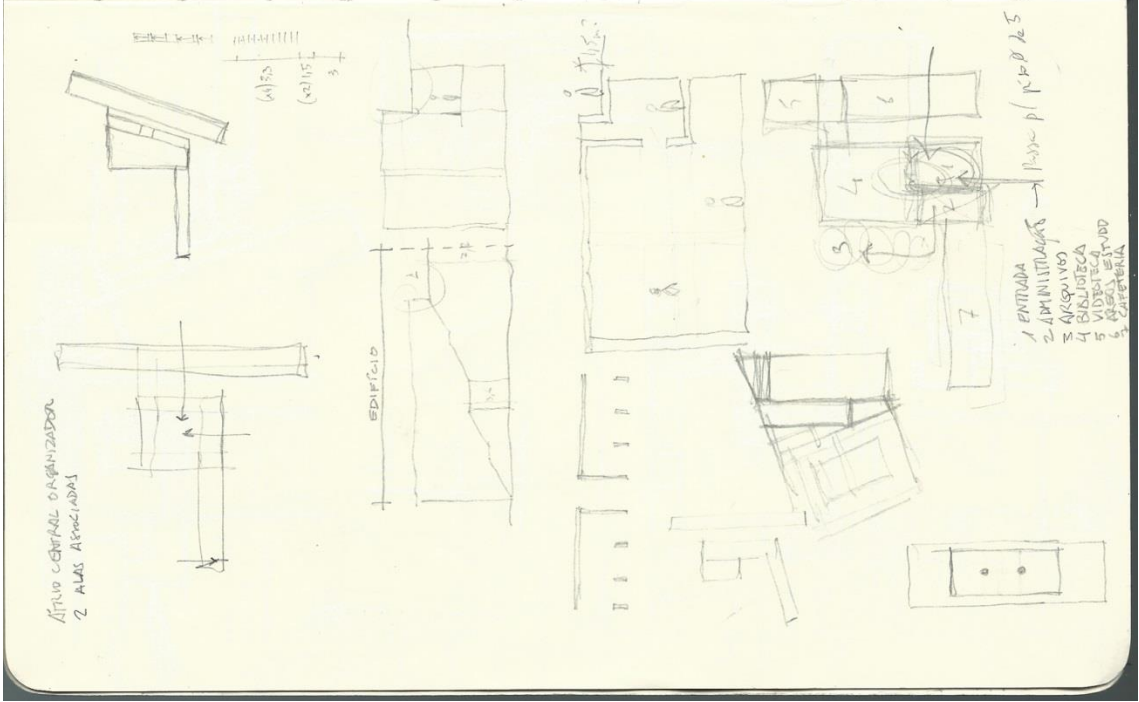
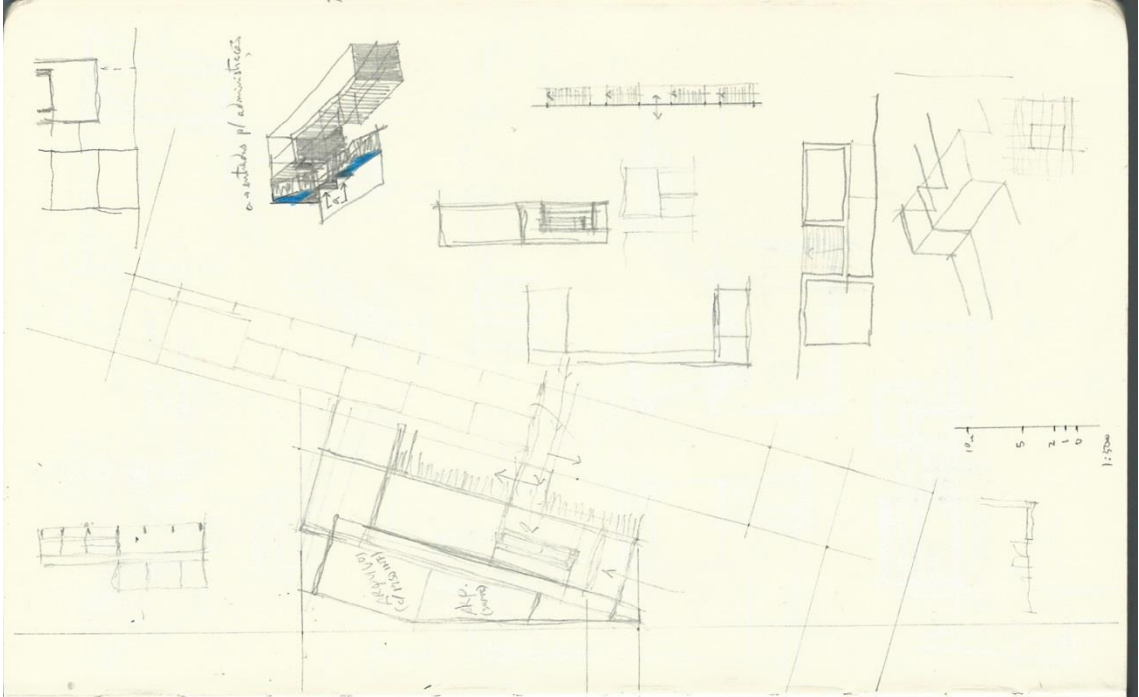
Area de lecture grand
Area de lecture normale
Bibliothèque / dépôt de livres
Bibliothèque jeunesse
Bibliothèque adulte
Administration



ESCALA

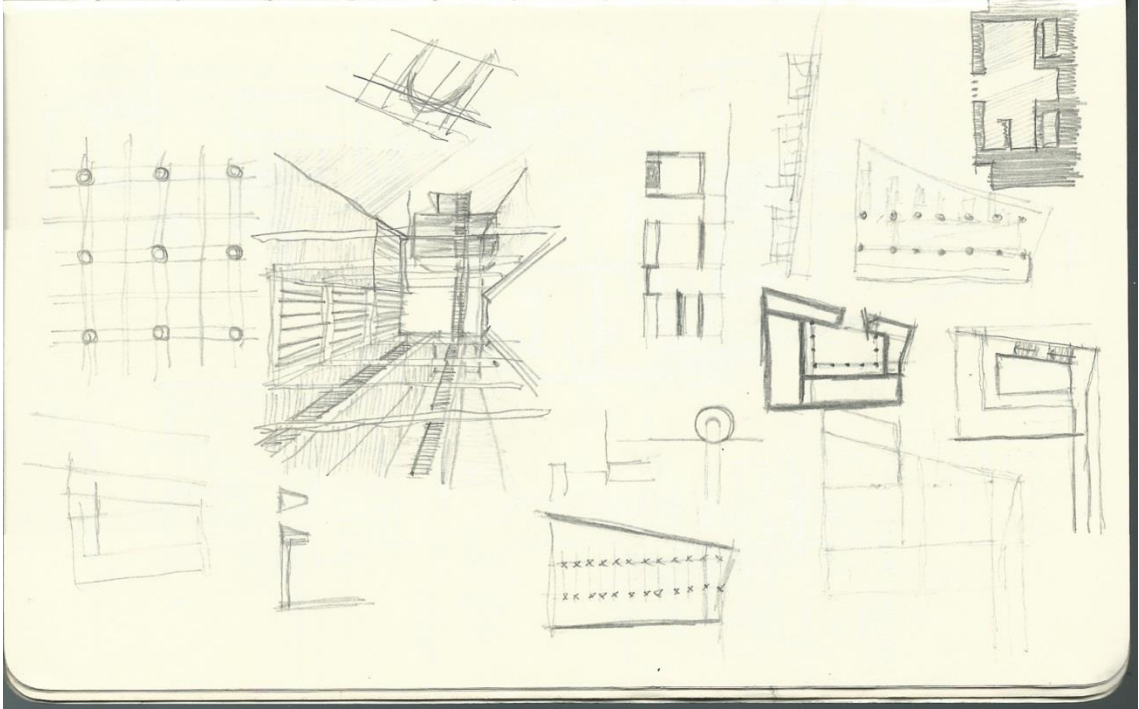
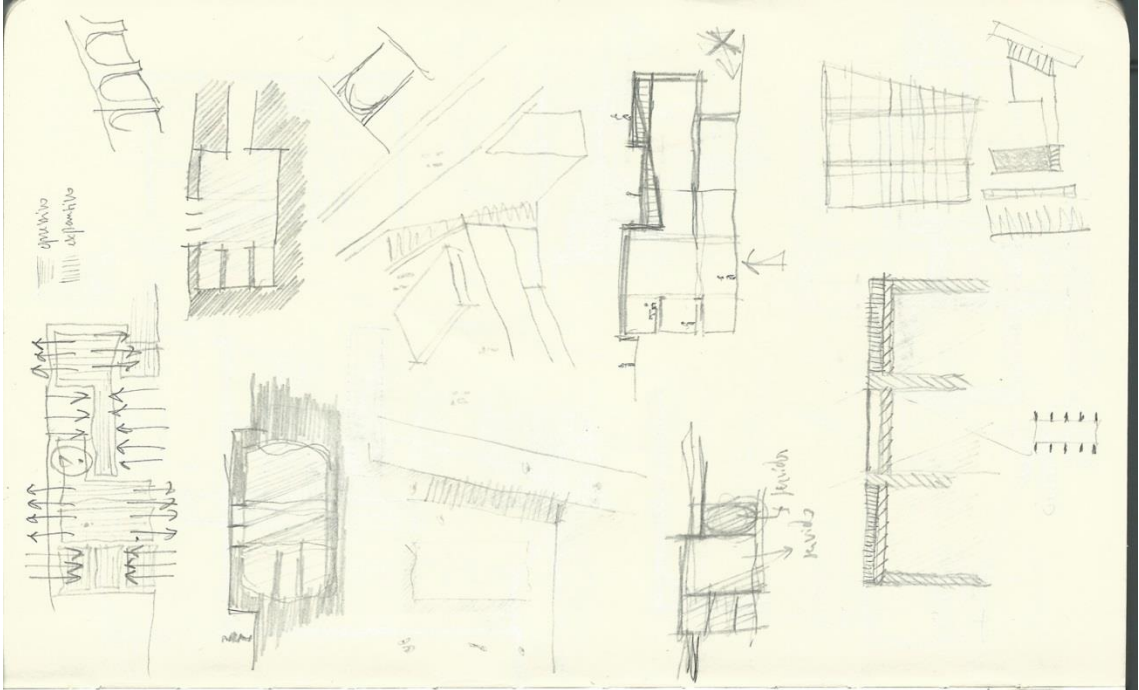
March vertical
consistant à
reconstruction

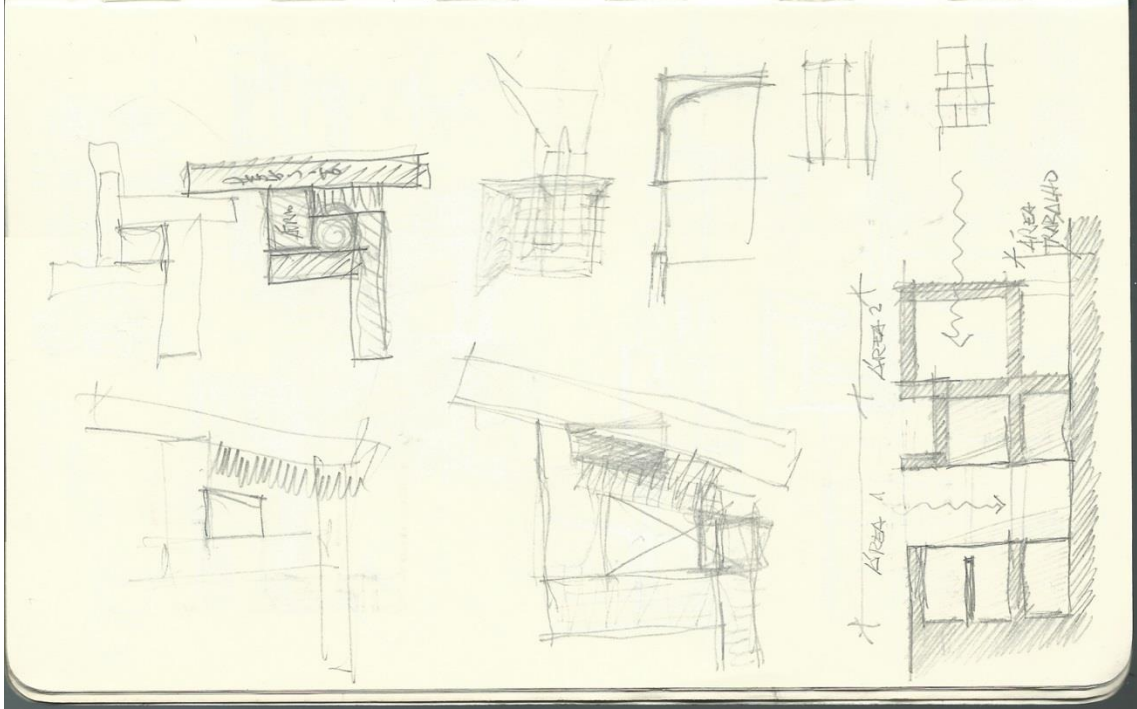
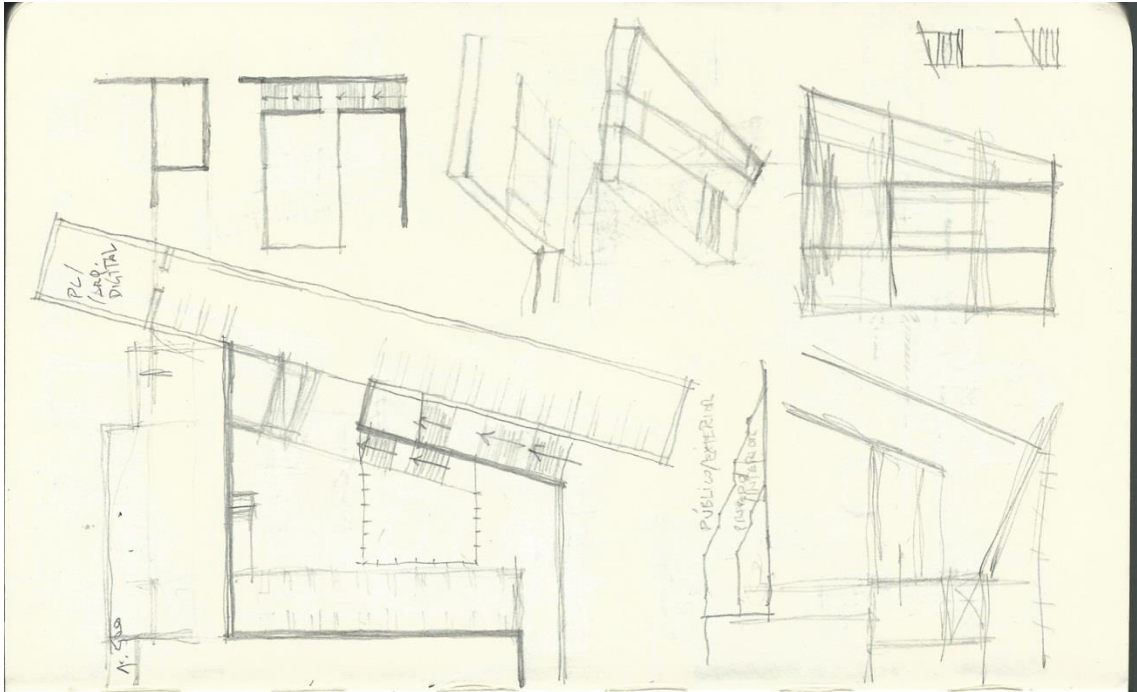
100 120

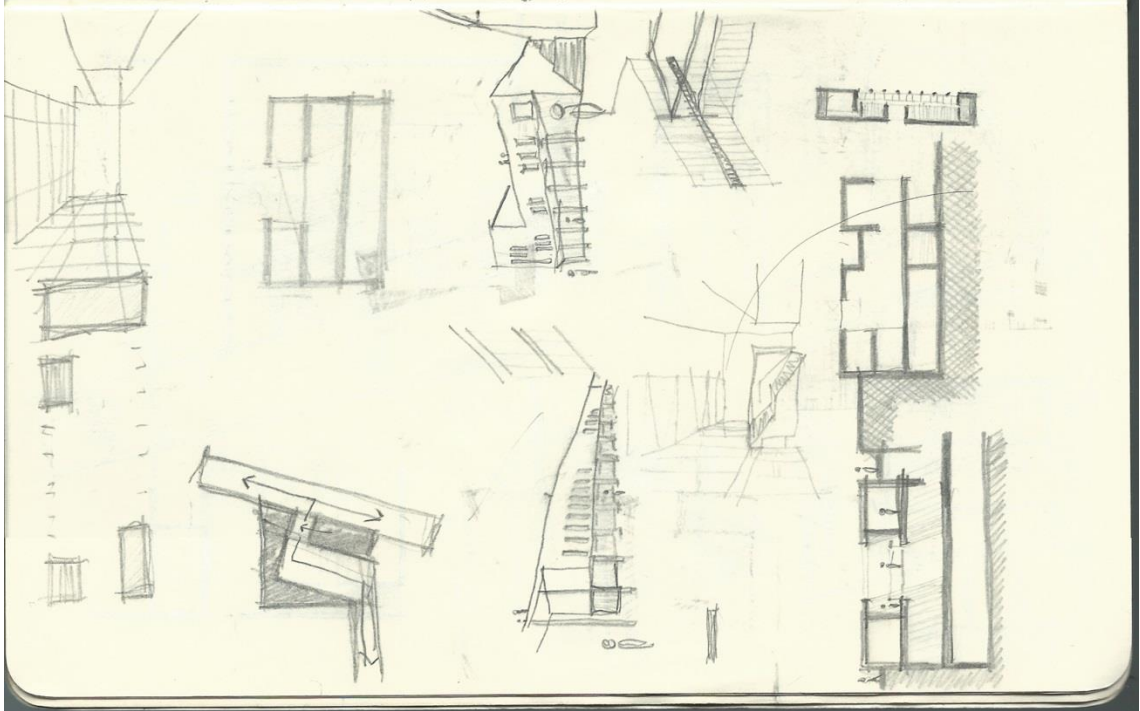
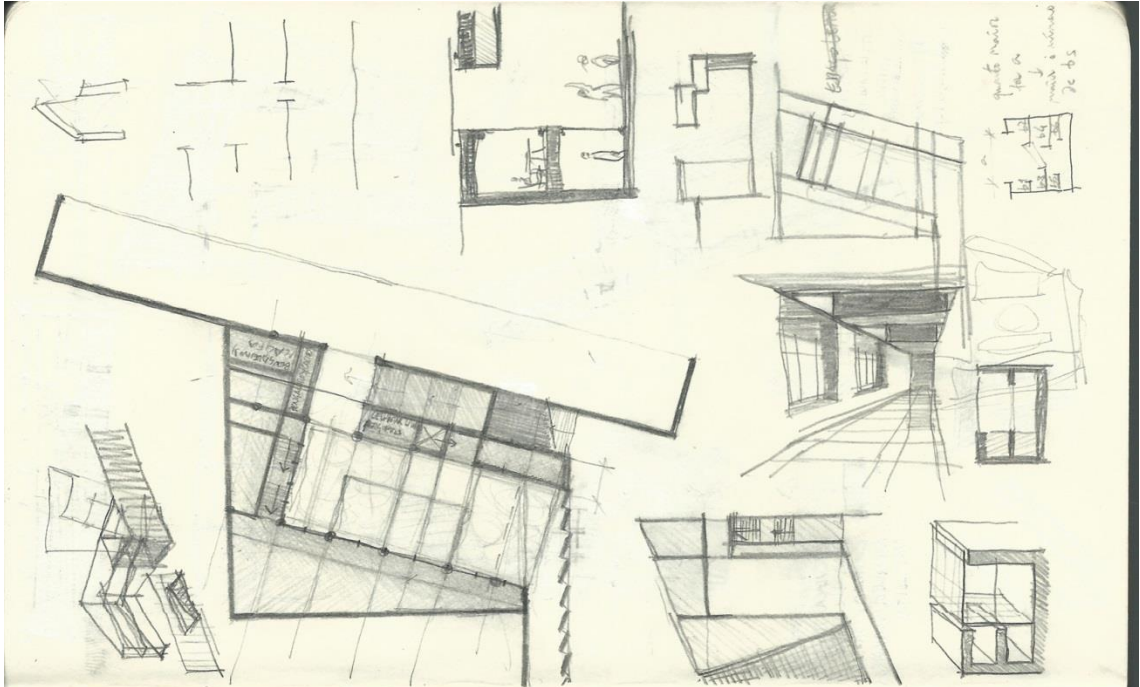


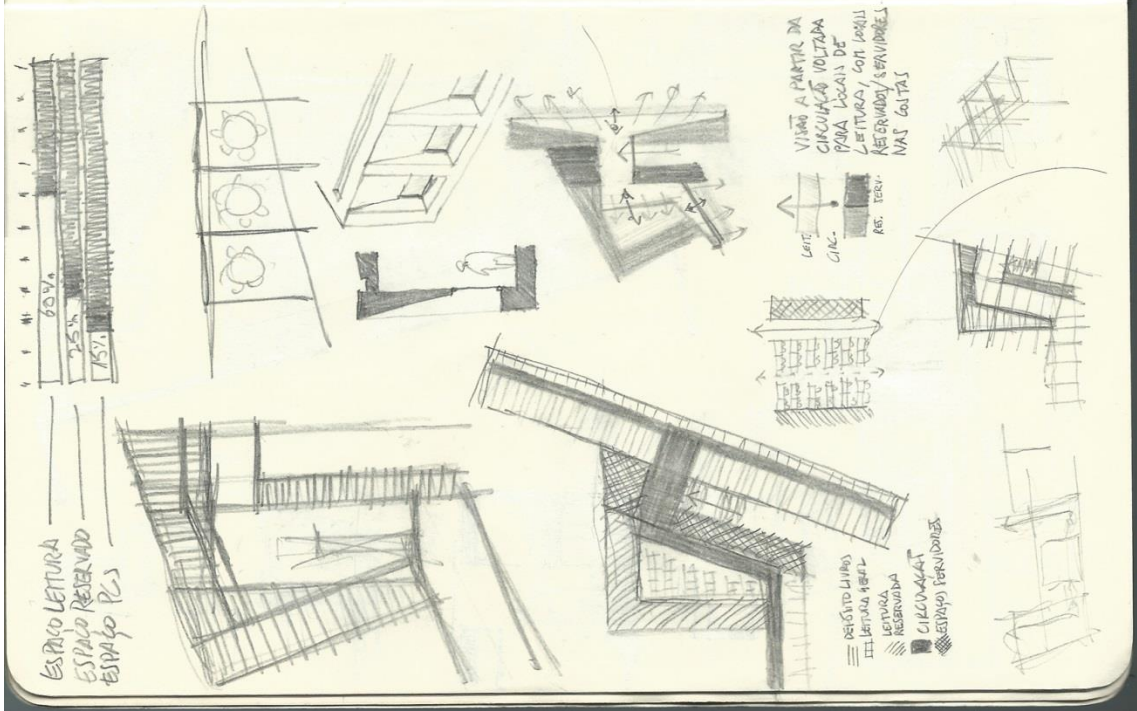
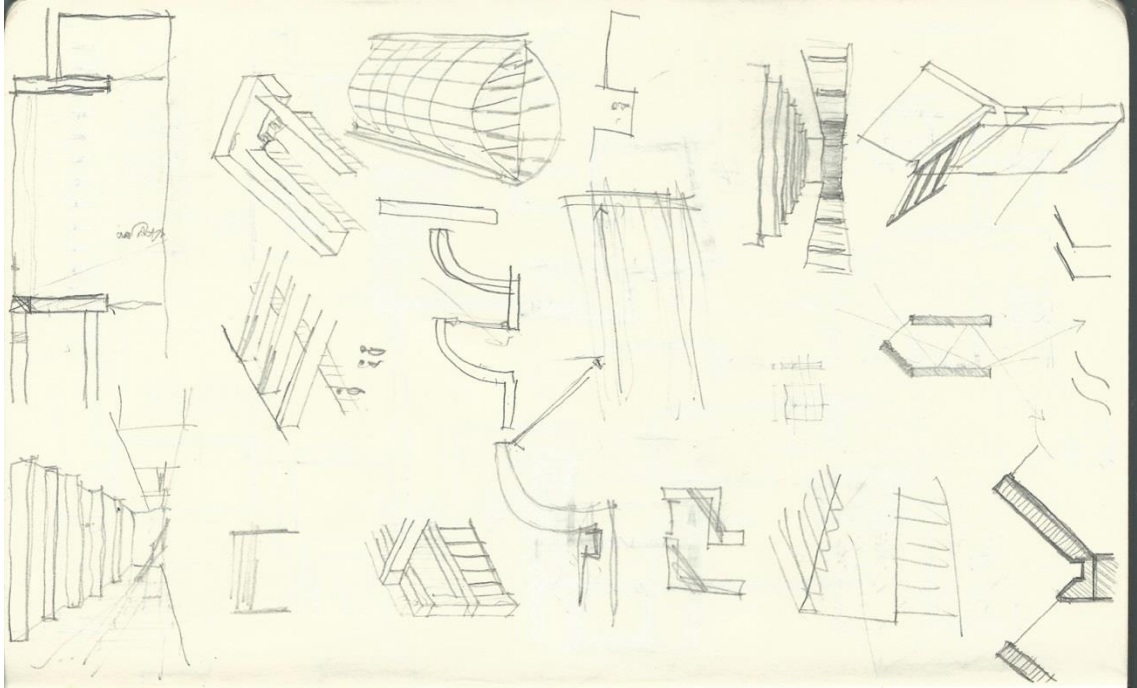
ALTO CENTRAL ORGANIZADOR
2 ALAS AEROLADAS

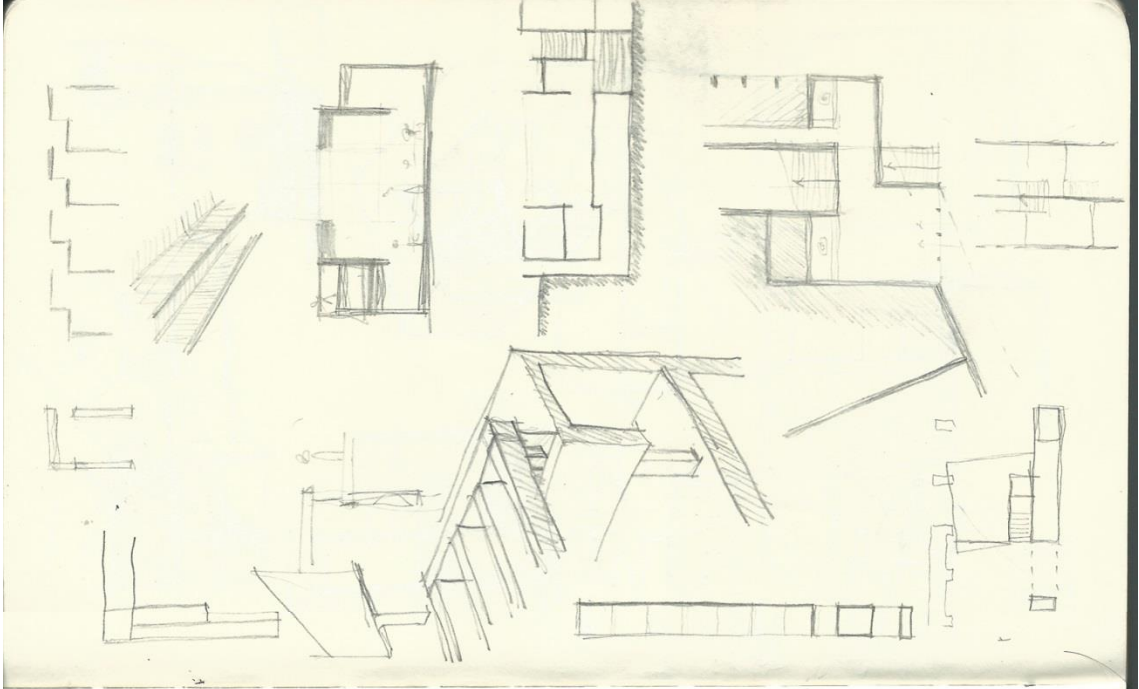
casas de administracion





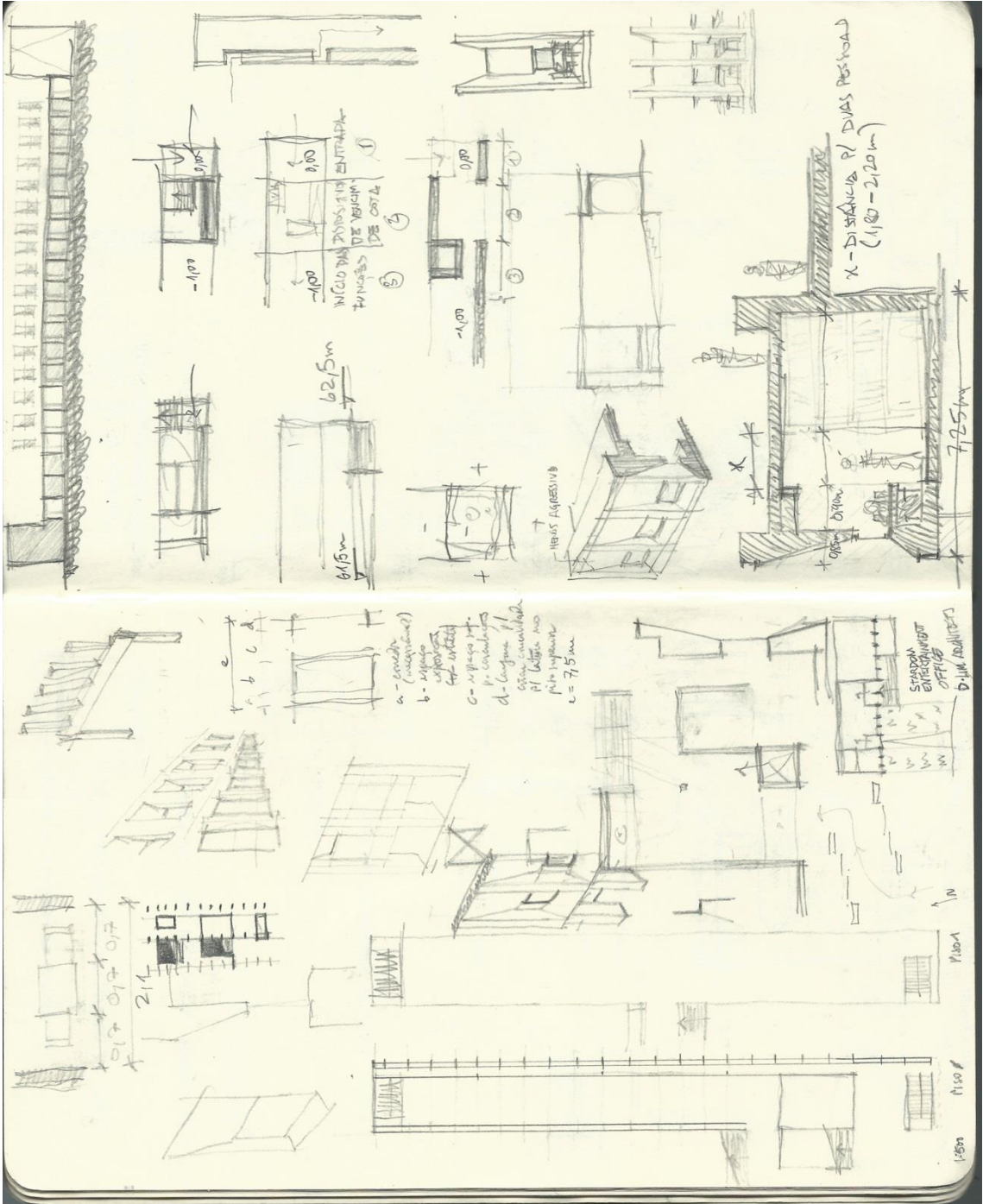


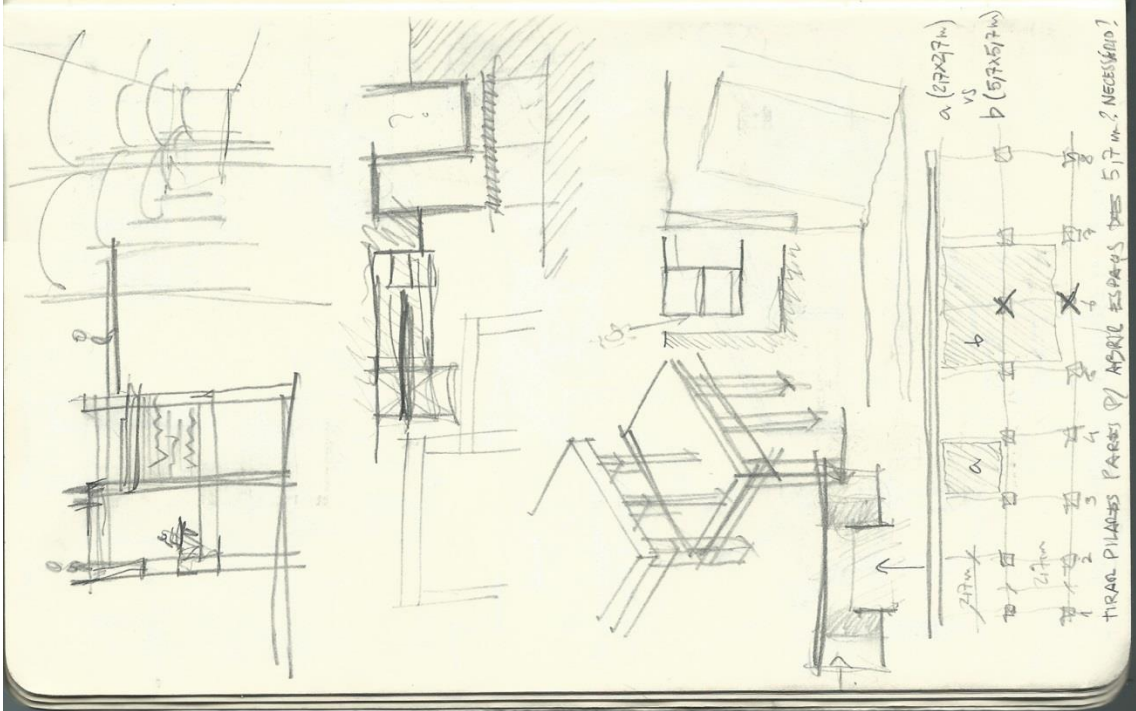
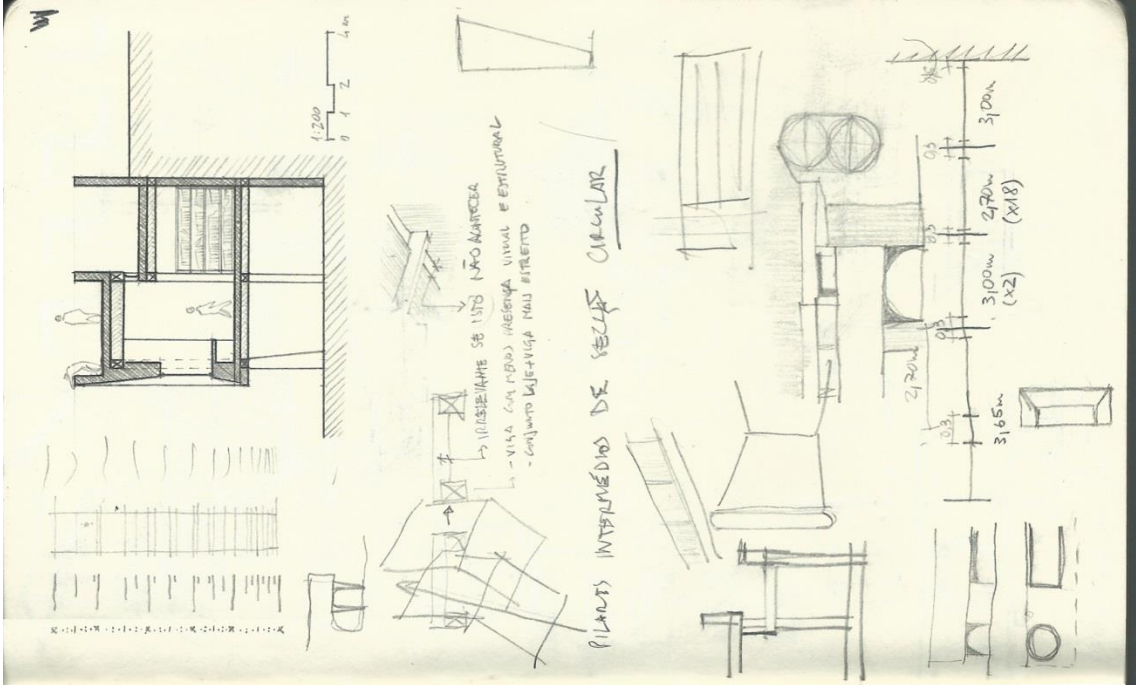


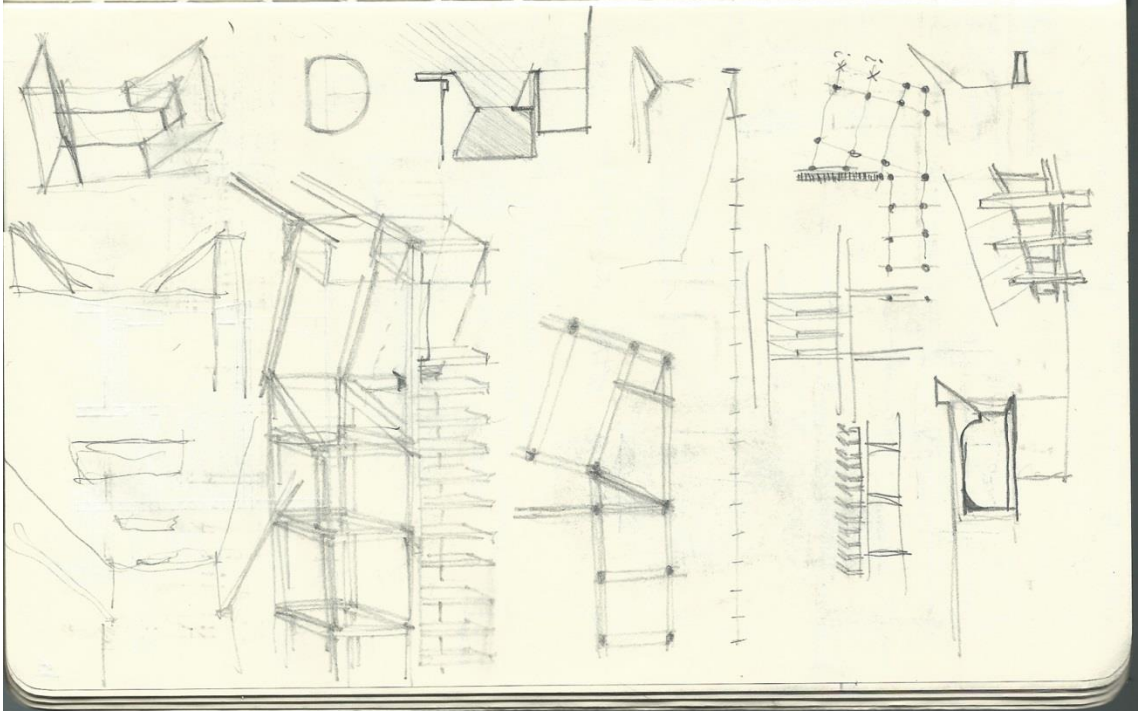
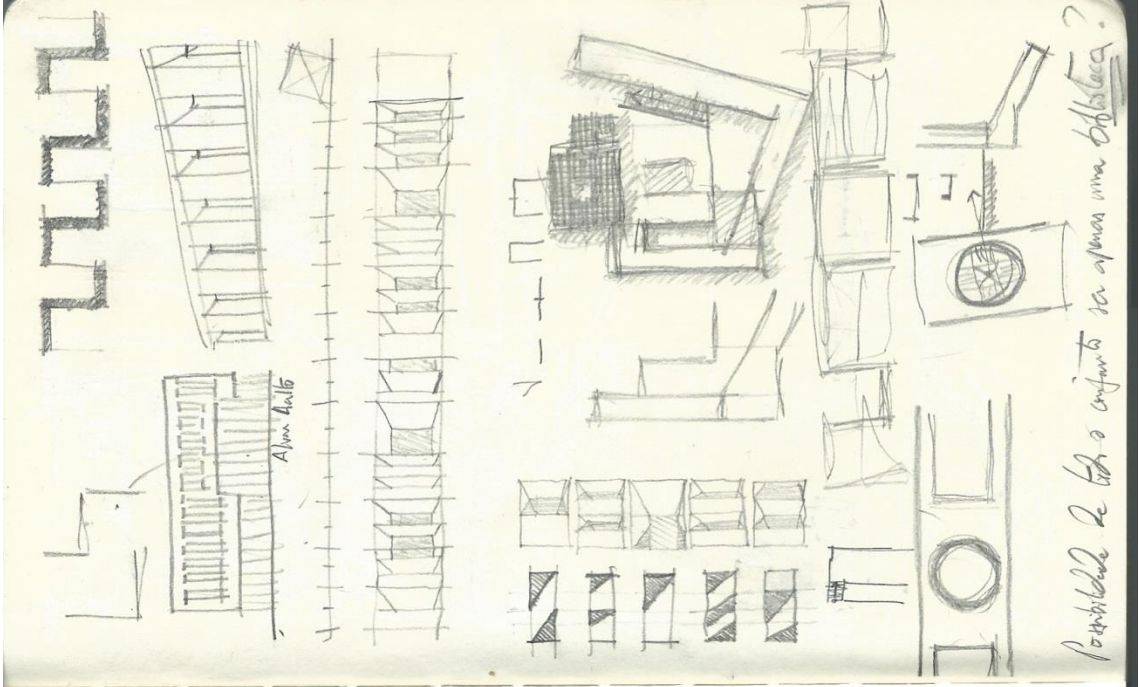


(na base de projeto de base)
 estudar possibilidade de base
 sempre de expressão temporária

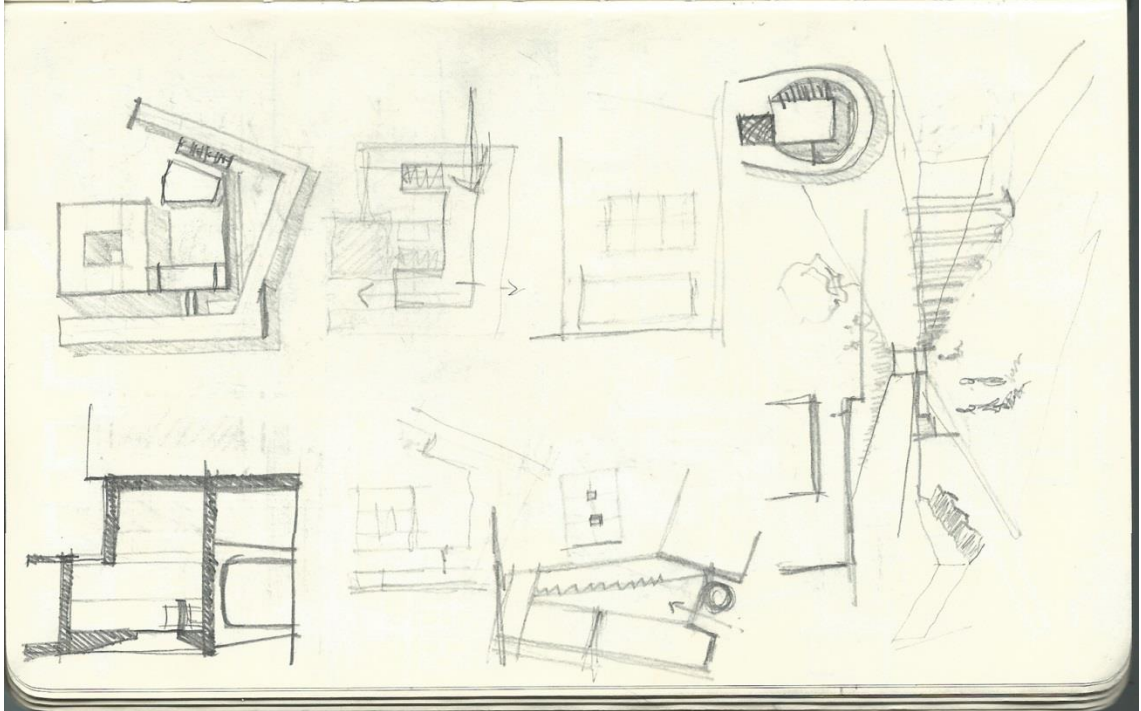
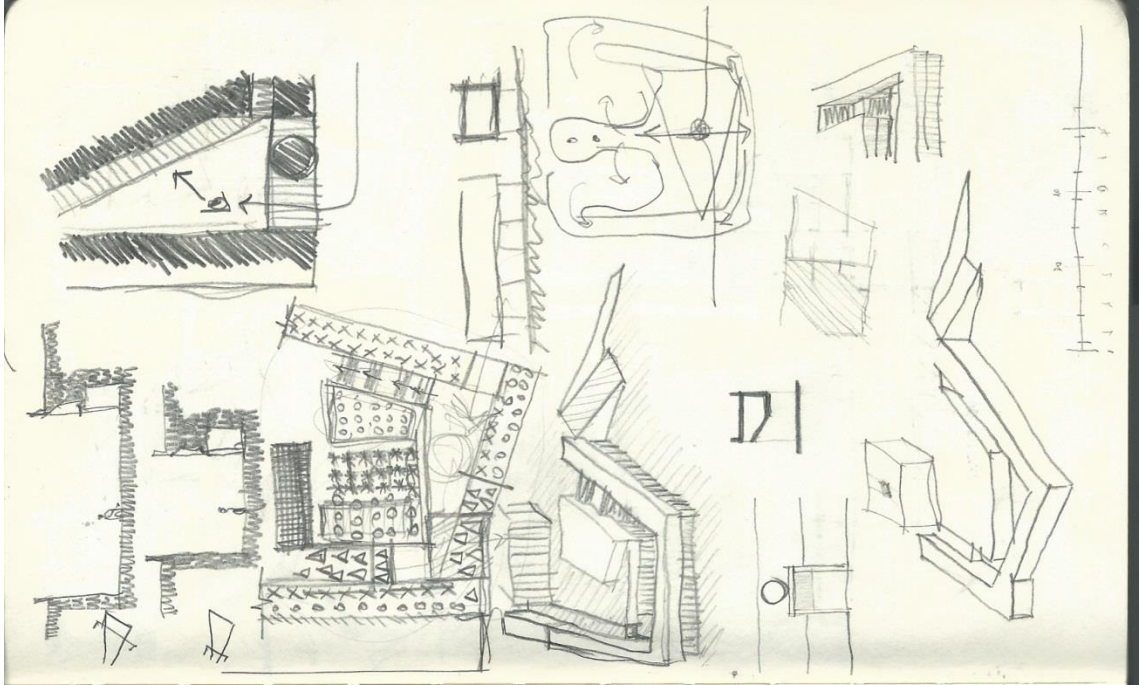
- 1 ponto de entrada (mesmo de (h.l. de))
- local mais aberto e participação de espaço vertical
- função: posto de entrada de segurança bengalês

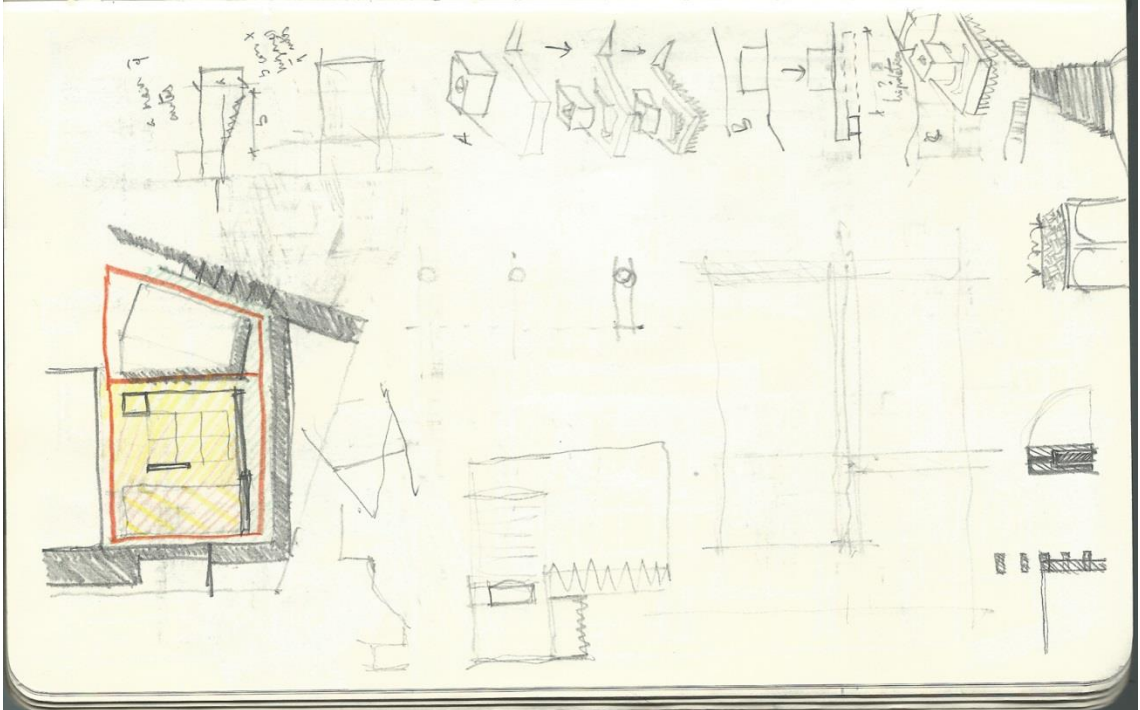
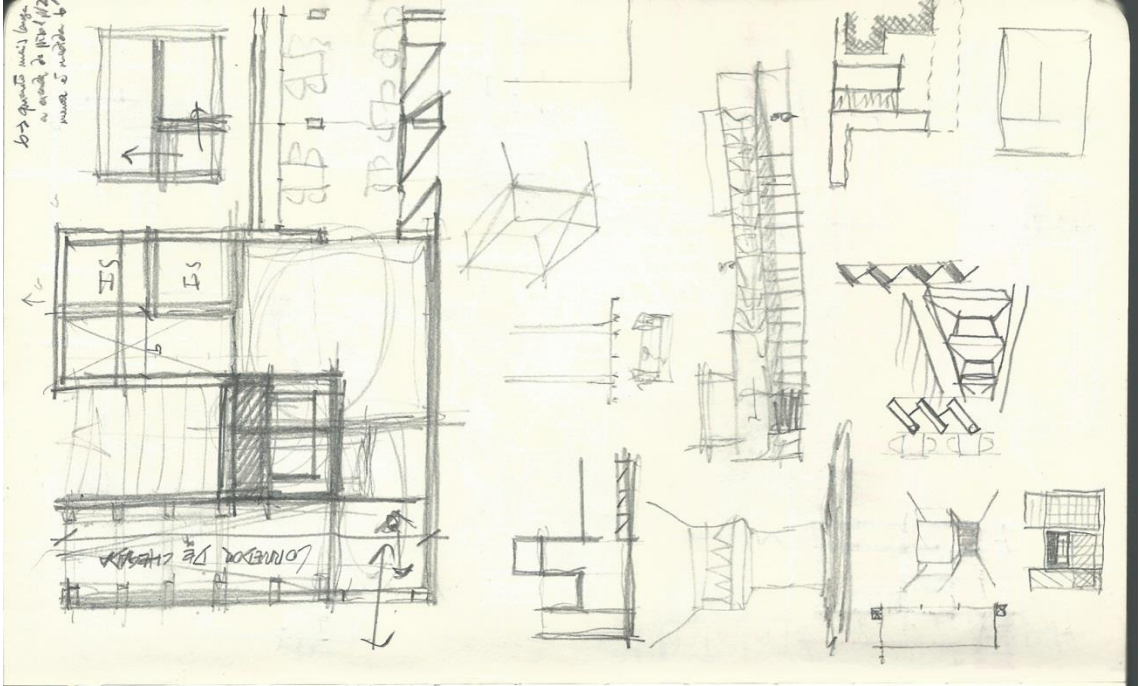


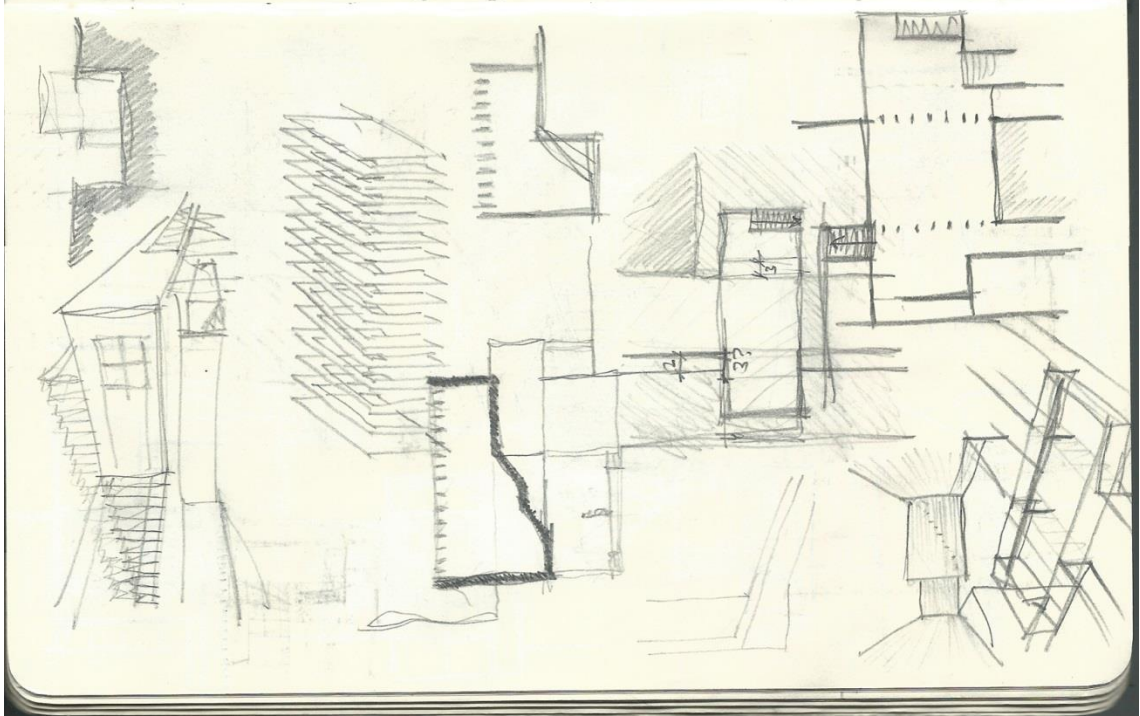
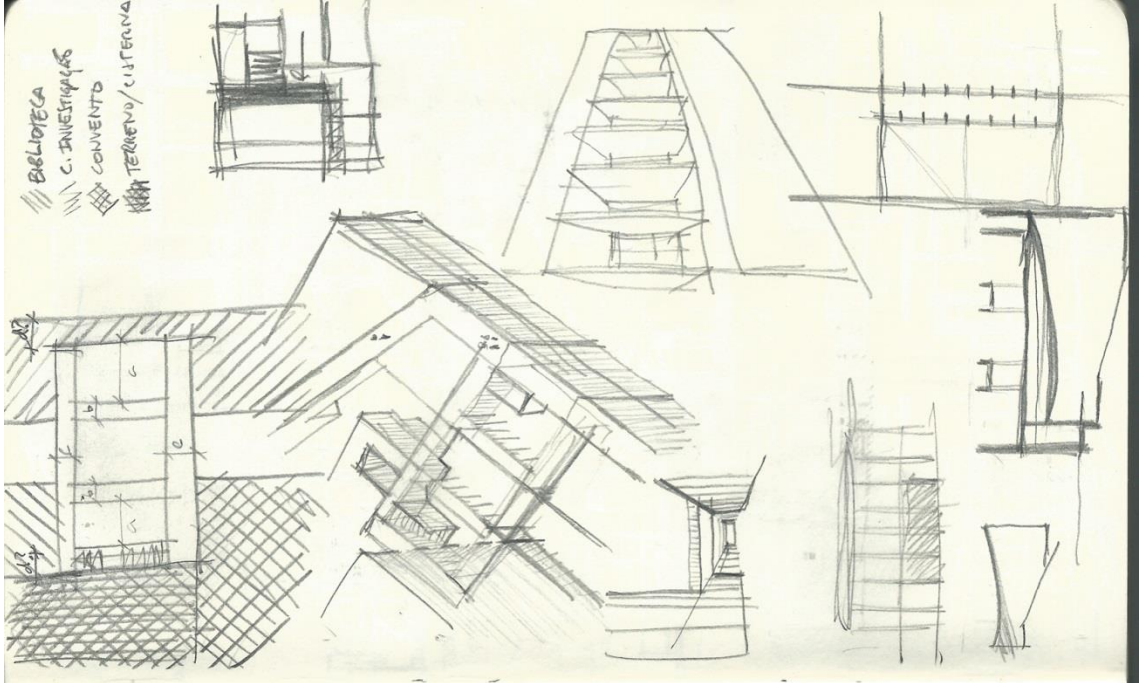


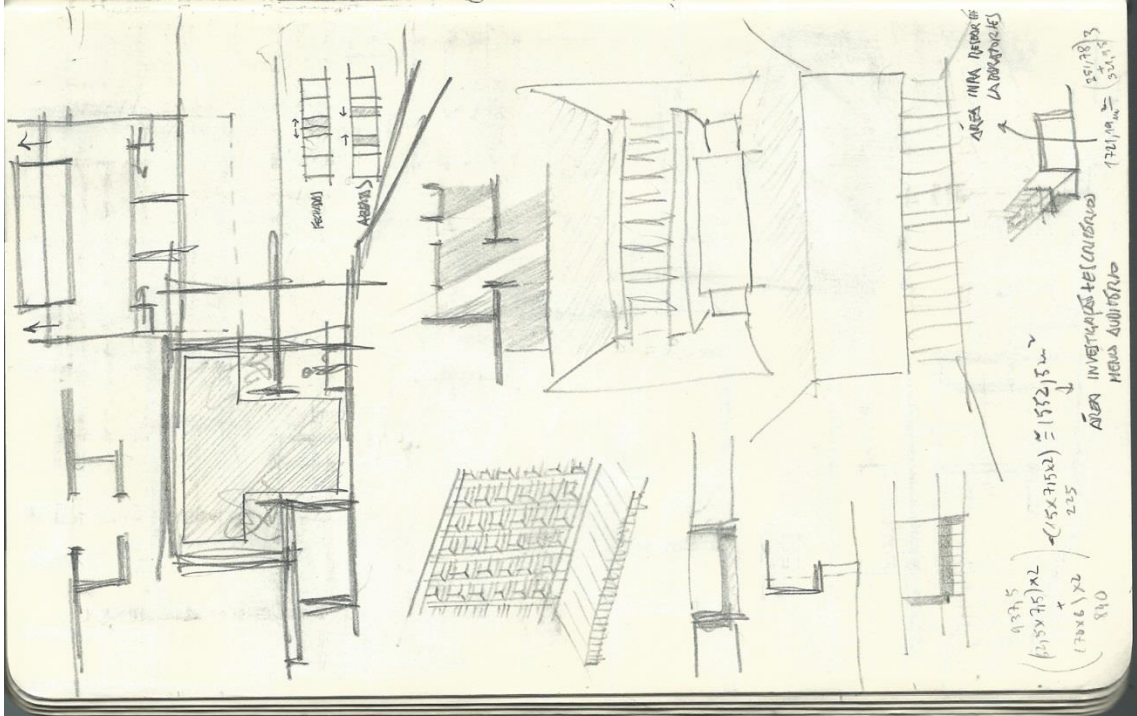
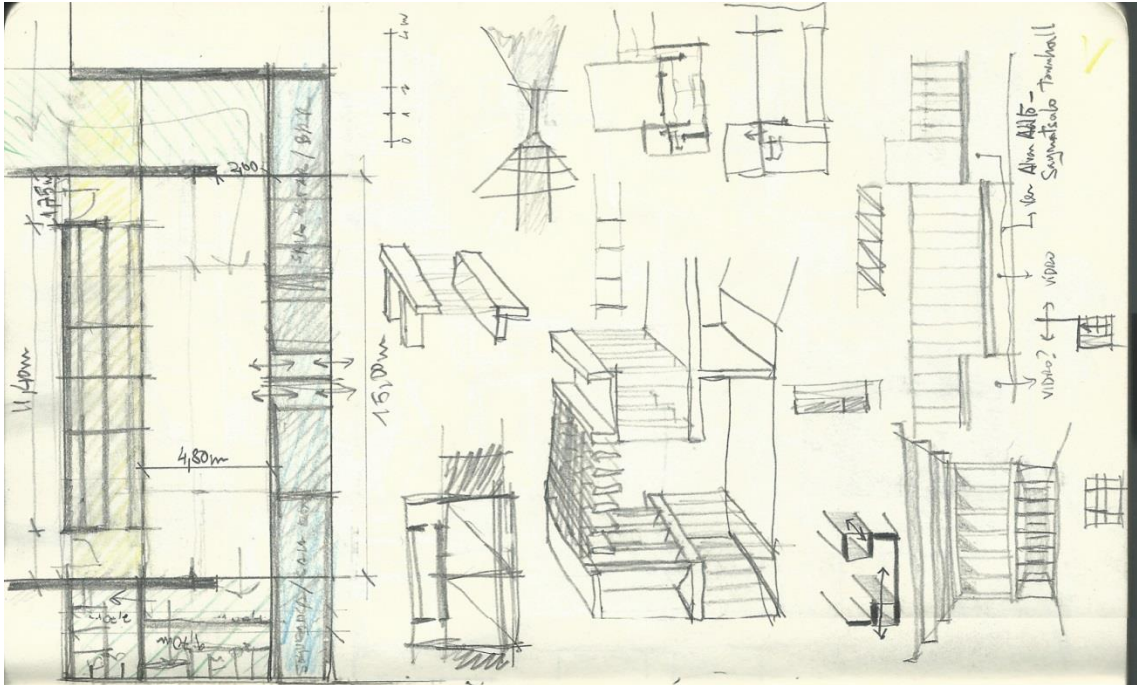


possibilidade de todo o conjunto ser apenas uma biblioteca?







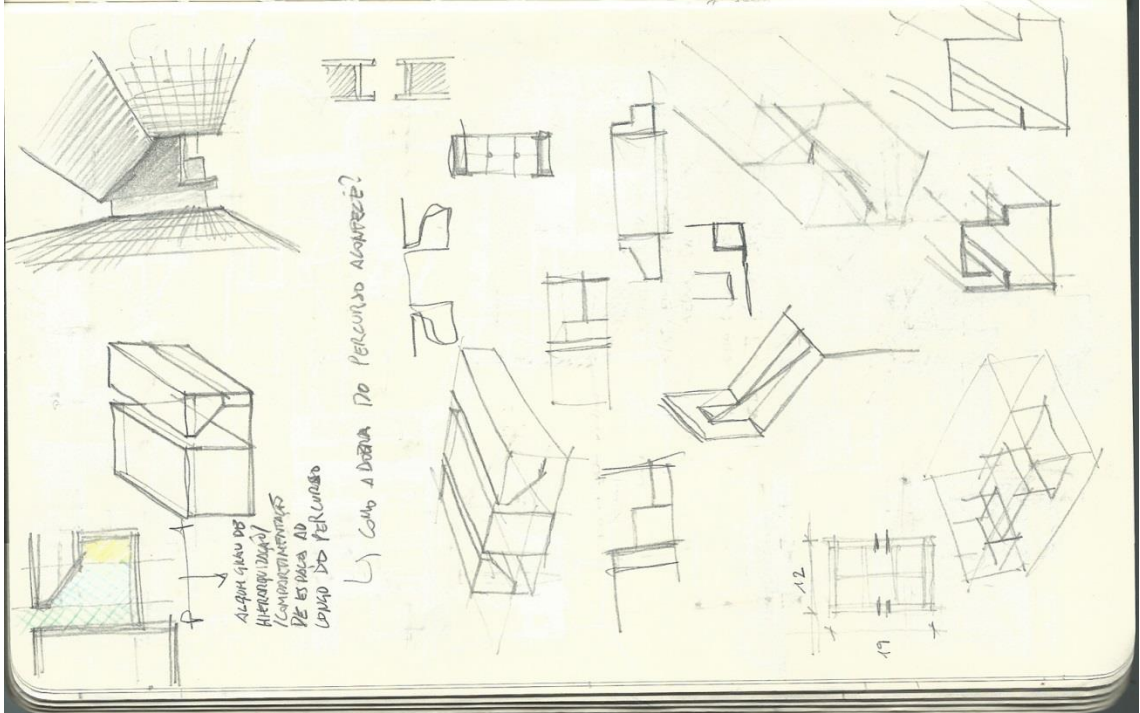
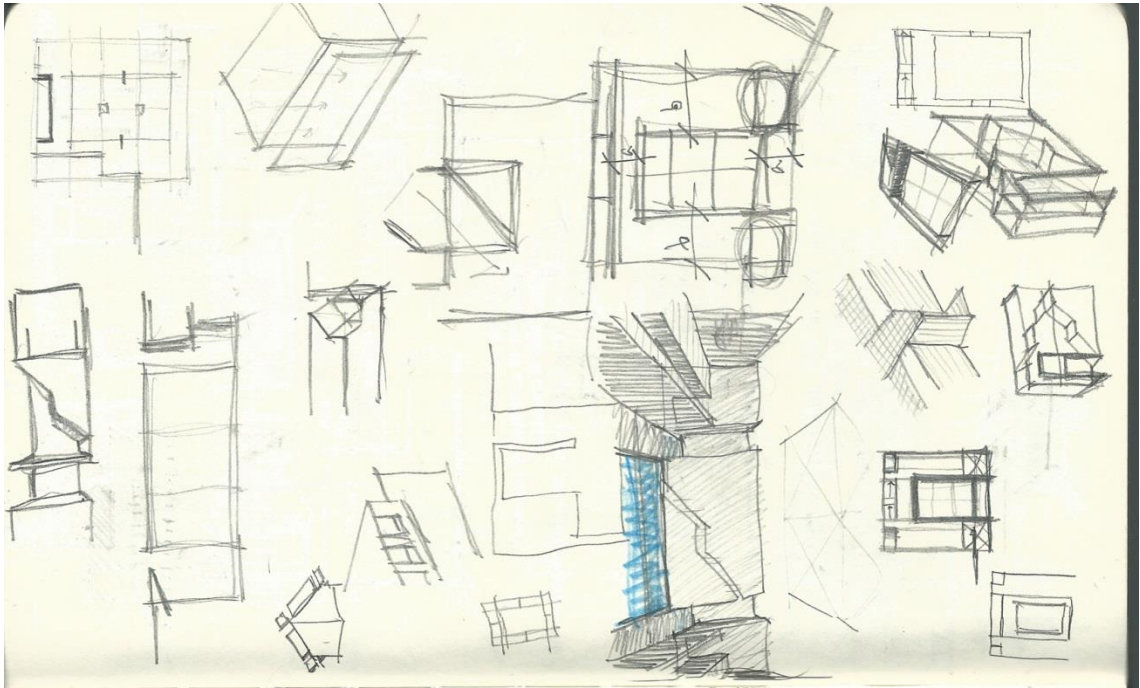


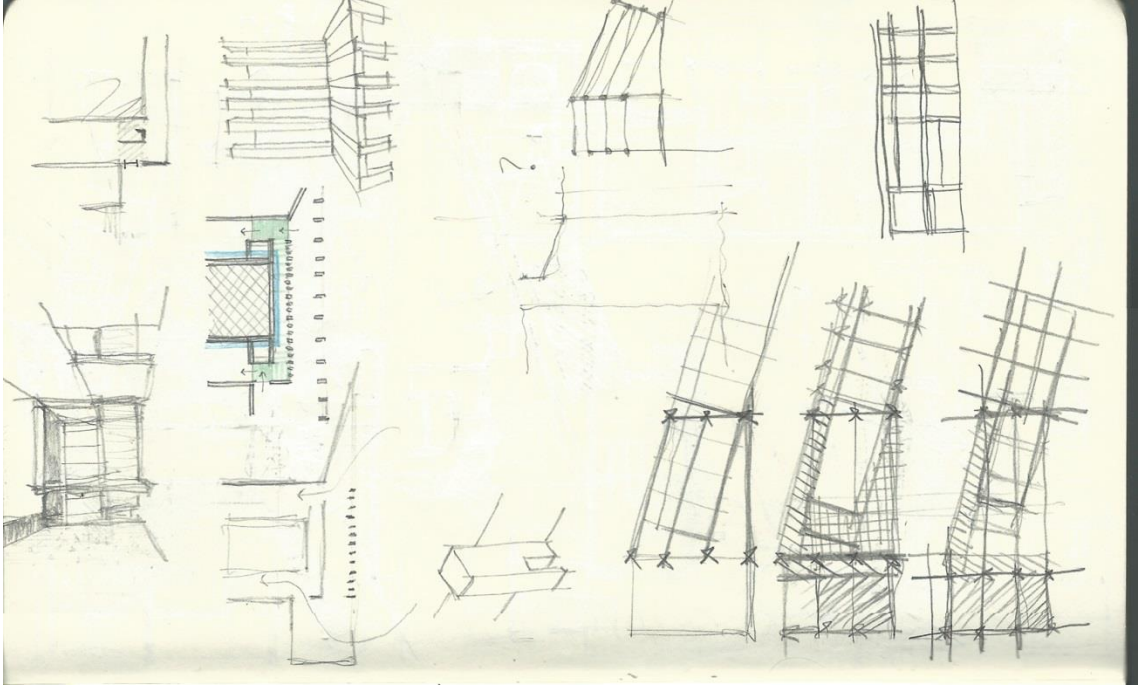
Ver. Alm. Adif. -
Santísimo Tribunal

AREA INVESTIGADA TE (CUBICADA)

AREA INVESTIGADA TE (CUBICADA) 1552,5m²

AREA INVESTIGADA TE (CUBICADA) 1701,00m² (551,43)



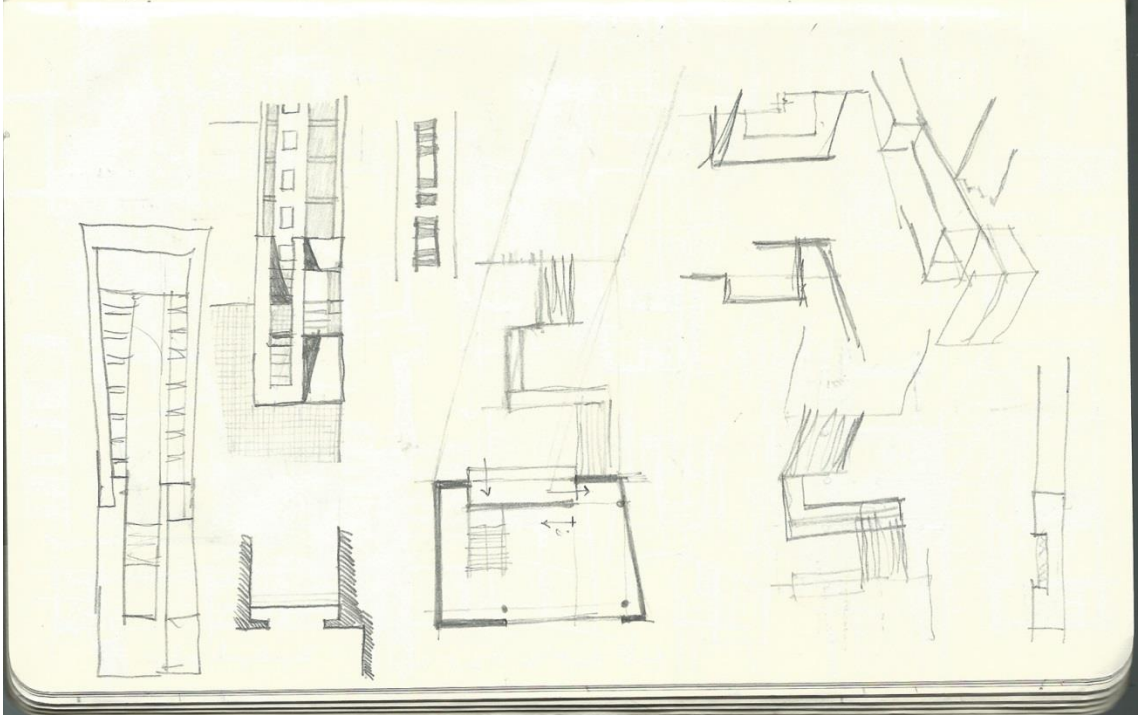
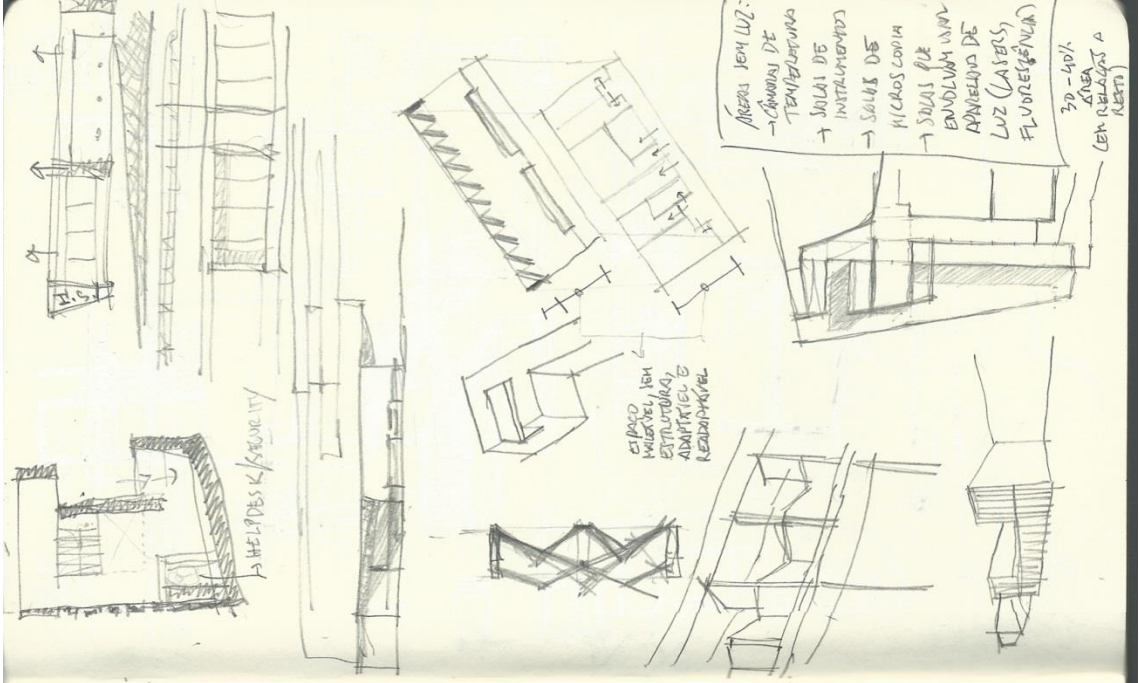


O QUE É ESTE ESPAÇO?
 1,70m

O QUE ESTÁ SENDO FEITO?
 → PAPEL ANTES DE LUMINÁRIAS / BRILHOS?
 → ONTEM PARTE DA CIRCULAÇÃO?
 → CIRC. EM CÍRCULO DO EN. BOMBAJO / TRANSMISSÃO?

O QUE DIVIDE ESTA MADEIRA?
 → MADEIRA INTEIRA SISTEMA ESTRUTURAL
 → DIVIDIRIA UM EXPLANT. ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E CIRCULAÇÃO EM REDOR DA USTERNIA
 → SE ALO MISA A NÃO INTEGRAR CIRCULAÇÃO, PAREDE NÃO É NECESSÁRIA

O QUE SE TORNA ENTÃO ESTE ESPAÇO?
 ① → ESPAÇO P/ SER VISTO?
 ② → ESPAÇO P/ SER VISITADO? (SENA DO SISTEMA DE ACESSO COMO PONTE DE (M. DE CISTERNAS))
 ③ → ESPAÇO COMO PONTE DE ACESSO ENTRE DOIS LUGARES?



Renders/modelos 3D

